



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROSICLEA RODRIGUES DA SILVA

**MÉTODO INTUITIVO E INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARANAENSE:
UMA ANÁLISE DA REVISTA A ESCOLA (1906-1910)**

Londrina
2021



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2021

ROSICLEA RODRIGUES DA SILVA

**MÉTODO INTUITIVO E INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARANAENSE:
UMA ANÁLISE DA REVISTA A ESCOLA (1906-1910)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato

Linha de Pesquisa: Perspectivas filosóficas, históricas, políticas e culturais da educação.

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586 Silva, Rosiclea Rodrigues da.
Método Intuitivo e Instrução Pública Paranaense: uma análise da revista A Escola / Rosiclea Rodrigues da Silva. - Londrina, 2021.
115 f.

Orientador: Tony Honorato.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Método Intuitivo - Tese. 2. Instrução Pública paranaense - Tese. 3. Imprensa Pedagógica - Tese. 4. Revista A Escola - Tese. I. Honorato, Tony. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

ROSICLEA RODRIGUES DA SILVA

MÉTODO INTUITIVO E INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARANAENSE:
UMA ANÁLISE DA REVISTA A ESCOLA (1906-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –
UESB

Prof^a. Dra. Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof^a. Dra. Marlene Rosa Cainelli
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 21 de maio de 2021.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Tony Honorato, meu orientador e amigo de todas as horas, que me acompanhou durante todo o meu processo de pesquisa compartilhando seus saberes, sempre me encorajando a fazer novas leituras e a construir saberes cada vez mais sólidos. Sou grata pela honra de tê-lo conhecido no mestrado, sua sabedoria e generosidade impulsionam o desejo de aprender cada vez mais.

Ao Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta, pela leitura e pelas valiosas sugestões na Banca de Qualificação desta pesquisa.

À Prof^a. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, pela leitura, pelas correções, sugestões de leituras e pelo envio de textos.

À Prof^a. Dra. Marlene Rosa Cainelli, pelo acompanhamento desta pesquisa desde os primeiros seminários; suas leituras e sugestões foram de extrema importância.

À Prof^a. Dra. Simone Burioli Ivashita, pela inspiração e pelo compartilhamento de referências bibliográficas importantes para a realização deste trabalho.

Aos professores do PPEdu da Universidade Estadual de Londrina, que sempre alimentaram o meu desejo de ser discente do programa.

Aos profissionais da Biblioteca Pública do Paraná, que me instruíram por contato telefônico e presencial quando fui à biblioteca.

À Secretaria Municipal de Educação de Londrina, por compreender e deferir o afastamento parcial para estudos, pois com isso pude realizar as atividades do programa.

À minha família, que esteve presente em todos os momentos, colocando-me em suas orações e, com isso, fortalecendo a minha caminhada.

Aos amigos, pelos incentivos, pelas palavras de apoio, pelo companheirismo em todos os momentos.

Aos colegas de mestrado por terem compartilhado seus conhecimentos e experiências.

*A alegria não chega apenas no encontro do achado,
mas faz parte do processo da busca. E ensinar e
aprender não pode dar-se fora da procura, fora da
boniteza e da alegria.*

(Paulo Freire)

SILVA, Rosiclea Rodrigues. **Método Intuitivo e Instrução Pública Paranaense: uma análise da revista *A Escola***. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

Esta dissertação, situada na área da História da Educação, visou compreender como o Método Intuitivo foi pensado para a instrução pública paranaense pelos colaboradores da revista *A Escola* (1906-1910). Para tal, as fontes históricas utilizadas foram as edições da revista *A Escola: Revista do Gremio dos Professores Publicos do Paraná*; o recorte temporal foi o mesmo período de elaboração e publicação da revista, ou seja, de 1906 a 1910; e, por ser o foco das discussões presentes na revista, o recorte espacial delimitado foi o Estado do Paraná. Nossas premissas estiveram ancoradas na perspectiva da História Cultural, e as nossas discussões respaldadas em autores que pesquisam sobre o Método Intuitivo, como Valdemarin (2004) e Schelbauer (2003); autores que investigam e analisam a imprensa educacional como fonte de pesquisa, tais como Catani (1996), Bastos (2002), Rodrigues e Biccás (2015), Nóvoa (2002), Catani e Sousa (1994), Carvalho (1998); e autores que pesquisam tomando a revista *A Escola* como fonte, são esses Marach (2007), Zanlorenzi (2014) e Bogoni (2018); bem como autores que pesquisam sobre a instrução pública paranaense no período da Primeira República, como Miguel (2006) e Machado (2019). Após a localização das edições da revista *A Escola* na Biblioteca Pública do Paraná, iniciou-se a leitura na íntegra das publicações da revista, em seguida, organizou-se uma ficha catalográfica para selecionar e identificar os eixos de discussões presente nos documentos. Essa catalogação resultou na seleção do Método Intuitivo como eixo temático. Ao tomar esse método como eixo temático desta dissertação de mestrado, considerou-se os tipos de publicações em que o método apareceu. Com isso, delimitamos o seguinte problema de pesquisa: Como o Método Intuitivo foi pensado para a instrução pública paranaense pelos colaboradores da revista *A Escola* (1906-1910). Como resultado da pesquisa, pudemos considerar que o Método Intuitivo teve predominância em relação a outros métodos mencionados na revista, e que esse fato esteve diretamente relacionado aos ideais republicanos seguidos pela diretoria da revista. Consideramos, ainda, as evidências sobre o Método Intuitivo que foram notadas nas legislações do período, nos relatórios dos professores, nas produções de alunas da escola primária, nas sugestões de cantos infantis. Ressaltamos que havia dificuldades quanto a concretização do método, como a formação de professores, a confusão sobre o Método Intuitivo e as Lições de Coisas e a falta de políticas que colaborassem com os recursos necessários ao ensino por meio do Método Intuitivo. No entanto, a revista *A Escola* foi utilizada pelos seus colaboradores para disseminar as ações que estavam sendo feitas, e, em nossas análises, notamos aproximações dessas ações com o Método Intuitivo.

Palavras-chave: método intuitivo; instrução pública paranaense; imprensa pedagógica; revista *a escola*.

SILVA, Rosiclea Rodrigues. **Intuitive Method and Public Education in Paraná: an analysis of the magazine *A Escola (The School)***. 2021. 121 p. Dissertation (Master's in Education) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

This dissertation, located in the field of History of Education, aimed to understand how the Intuitive Method was thought for Public Education in Paraná by the collaborators of the magazine *A Escola (The School)* (1906-1910). To this end, the historical sources used were the editions of the magazine *A Escola: Revista do Gremio dos Professores Públicos do Paraná* (The School Magazine: Guild's Magazine of Public Teachers in Paraná); the time frame was the same of the design and publication of the magazine, from 1906 to 1910; and because it was the focus of the magazine, the space of study was the state of Paraná. Our premises were anchored in the perspective of Cultural History and our discussions were supported by authors who research the Intuitive Method, such as Valdemarin (2004) and Schelbauer (2003). Authors who investigate and analyze the education press as a source of research, such as Catani (1996), Bastos (2002), Rodrigues and Biccas (2015), Nóvoa (2002), Catani and Sousa (1994), Carvalho (1998). And authors who have *A Escola* as their sources, such as Marach (2007), Zanlorenzi (2014), and Bogoni (2018), as well as authors who research about Public Education in Paraná during the First Republic, such as Miguel (2006) and Machado (2019). After finding the editions of the magazine *A Escola* in the Public Library of Paraná, a full reading of the magazine's publications was started, then a catalog card was organized to select and identify the axes of discussions present in the documents. This cataloging resulted in the selection of the Intuitive Method as the thematic axis. By taking this method as the thematic axis of this master's dissertation, the types of publications in which the method appeared were considered. Thus, we delimited the following research problem: How the Intuitive Method was designed for public instruction in Paraná by the collaborators of the magazine *A Escola* (1906-1910). As a result, we were able to consider that the Intuitive Method prevailed in over other methods indicated in the magazine and that this fact was directly related to the republican ideals followed by the magazine's board of directors. We also consider that the evidence about the Intuitive Method was noticed in the legislations of the period, in the teachers' reports, in the productions of primary school students, in the suggestions of children's songs. We emphasize that there were difficulties in implementing the method, in teacher training, the confusion about the Intuitive Method and the Lessons of Things, and the lack of policies that contributed with necessary resources when teaching using the Intuitive Method. However, the collaborators of the magazine *A Escola* used this press to disseminate the actions that were being carried out, and, in our analysis, we were able to notice approaches with the Intuitive Method.

Key words: intuitive method; public education in paraná; pedagogical press; the magazine *a escola*.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Capa da revista <i>A Escola</i> | 20 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Comparativo das publicações | 29 |
| Quadro 2 – Gastos com a instrução pública nos estados brasileiros..... | 34 |
| Quadro 3 – O termo método na revista <i>A Escola</i> | 47 |
| Quadro 4 – As Lições de Coisas..... | 63 |
| Quadro 5 – Método Intuitivo..... | 64 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| GPROC | Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores |
| LEPHE | Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Educação |
| PR | Paraná |
| PPEDU | Programa de Pós-Graduação em Educação |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 | CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO | 20 |
| 2 | MÉTODO INTUITIVO: OS CAMINHOS DESSA ESCOLHA | 25 |
| 2.1 | O ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO A REVISTA <i>A ESCOLA</i> | 31 |
| 2.2 | OS ESPAÇOS DE DIVULGAÇÃO E CIRCULAÇÃO DA REVISTA | 36 |
| 2.3 | OS AUTORES QUE PUBLICARAM EM <i>A ESCOLA</i> | 38 |
| 2.4 | TIPOS DE PUBLICAÇÕES QUE COMPÕEM A REVISTA | 42 |
| 2.5 | MÉTODOS MENCIONADOS NA REVISTA | 47 |
| 3 | A PRESENÇA DO MÉTODO INTUITIVO E DAS LIÇÕES DE COISAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE SEGUNDO A REVISTA <i>A ESCOLA</i> | 61 |
| 3.1 | AS LIÇÕES DE COISAS | 63 |
| 3.2 | MÉTODO INTUITIVO..... | 64 |
| 3.3 | QUEM FORAM OS COLABORADORES QUE CITARAM O MÉTODO INTUITIVO NA REVISTA <i>A ESCOLA</i> ? | 72 |
| 3.4 | A DEFESA DO MÉTODO INTUITIVO | 77 |
| 3.5 | O MÉTODO INTUITIVO E OS “GRAUS DE INSTRUÇÃO” | 80 |
| 3.6 | ORIENTAÇÕES DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO..... | 84 |
| 4 | POLÍTICAS PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA REVISTA <i>A ESCOLA</i>: O MÉTODO INTUITIVO | 91 |
| 4.1 | AS LEGISLAÇÕES PARANAENSES SOBRE O MÉTODO INTUITIVO | 91 |
| 4.2 | MÉTODO INTUITIVO NOS RELATÓRIOS DOS PROFESSORES | 98 |
| 4.3 | OS PROGRAMAS DE ENSINO E O MÉTODO INTUITIVO | 100 |
| 4.4 | AS ESCOLAS NORMAIS | 102 |
| 4.5 | COMPÊNDIO DE PEDAGOGIA..... | 104 |
| 5 | CONCLUSÕES | 109 |
| | FONTES | 112 |
| | REFERÊNCIAS | 116 |

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) na Linha de Pesquisa intitulada Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais de Educação, sendo esta vinculada ao Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (GPROC). Desde os primeiros meses, antes mesmo do início das aulas, eu já conversava com o meu orientador e, a partir dessas conversas, obtive sugestões de leituras, com isso intensifiquei os estudos sobre a imprensa pedagógica. Em março do mesmo ano, com o início das aulas, eu me sentia realizada em ir de três a quatro vezes por semana para a UEL.

Para além do aprendizado quanto aos conteúdos das disciplinas cursadas, eu também aprendi nos corredores, nas conversas informais com os professores, com os colegas de sala, de outros cursos, de outras cidades, o que me permitiu uma riqueza de aprendizado. Em meio a essa felicidade, tive uma segunda chance de viver, pois sobrevivi, sem nenhuma sequela, a um trágico acidente de carro, e não perdi o gosto e a vontade de continuar aprendendo, colocava as pomadas e comprimidos para dores na bolsa junto aos textos e cadernos e seguia para a UEL, grata por essa oportunidade.

A vida seguiu e, já no segundo semestre, participei de eventos na UEL, submeti e obtive aceite de resumos para apresentação em congressos acadêmicos. Tais ações aguçavam meus interesses e objetivos para 2020, mas nem imaginava o que estaria por vir. Após duas semanas do início do calendário do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEL, as atividades foram suspensas devido à pandemia da Covid-19, que por onde passava deixava medo, dor e sofrimento. Nesse período, tive medo, angústia e ansiedade ao pensar como seguiria com as atividades do mestrado, pois embora eu já tivesse cumprido os créditos das disciplinas obrigatórias e optativas em 2019, havia outras atividades: as orientações, as reuniões do GPROC e a minha pesquisa de mestrado.

Foi então que tudo mudou, e nossos encontros presenciais deram lugar aos encontros virtuais via aplicativo *Google Meet*¹. Foi um dos meios que

¹ Google Meet (*Hangouts Meet*) é um aplicativo de videoconferência que permite criar reuniões por vídeo com até 250 pessoas, dependendo do plano do usuário. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.google.android.apps.meetings&hl=pt_BR&gl=US.

encontramos para manter nossos vínculos, mas nada se compara ao aprendizado no espaço presencial da Universidade, porém, diante do cenário incerto, as reuniões e orientações virtuais permitiram a continuidade da nossa formação e do vínculo criado ao longo dessa trajetória do mestrado.

As narrativas sinalizam o contexto em que esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida. Sendo assim, neste trabalho, é apresentado o resultado de análise acerca da divulgação do Método Intuitivo no contexto da Instrução Pública paranaense segundo a revista *A Escola* (1906-1910).

Pesquisar sobre o Método Intuitivo, tendo como fonte a revista *A Escola* (1906-1910), foi decorrente da concepção de que, no campo da História da Educação, elementos que, por muito tempo, não tinham espaços na historiografia começaram a ser problematizados, visto que a construção da História ficava restrita aos estudos documentais considerados como estratégias seguras para estabelecer verdades absolutas (LOPES; GALVÃO, 2005).

A mudança quanto à compreensão sobre a historiografia, bem como o alargamento do significado de fontes, é um marco para aqueles que se debruçam em pesquisar e colaborar com a compreensão dos processos relacionados à História da Educação na perspectiva da Nova História.

Destaca-se que o movimento que culminou com a abertura de novas temáticas e fontes para as pesquisas em História da Educação é decorrente da influência dos *Annales*². Nesse processo, os historiadores, especificamente os da História da Educação, foram alicerçando, cada vez mais, suas pesquisas com base em elementos do cotidiano das instituições escolares. Nessa perspectiva, tem-se valorizado o ambiente interno das instituições, tais como os aspectos físicos, as arquiteturas, as fotografias, bem como o modo como os indivíduos constroem, representam e disseminam as relações que se concretizam no espaço das instituições educativas, como no nosso caso por meio da imprensa pedagógica.

Diante das novas possibilidades de fontes e temáticas, tem-se a possibilidade de estudar o campo da educação a partir da imprensa especializada. Assim, pautamos a metodologia aqui adotada na perspectiva da História Cultural

Acesso em: 20 ago. 2020.

² Foi um movimento de historiadores franceses que ficou conhecido como *Escola dos Annales* iniciado em 1929. Nesse movimento, historiadores como Marc Bloch e Jacques Le Golf, por exemplo, defendem a “[...] prática da interdisciplinaridade, da ampliação de temáticas historiográficas, a gradual expansão de tipos de fontes históricas” (BARROS, 2012, p. 306). Para saber mais, consultar Barros (2012).

uma vez que, segundo Chartier (1991), a análise da história das representações compostas nos textos escritos colabora com uma melhor compreensão em relação aos indivíduos envolvidos com dada produção que circula em lugares específicos.

Para haver um aprofundamento teórico e analítico a respeito de uma dada temática, é preciso selecionar um recorte que contribua para a elaboração da questão norteadora do trabalho de pesquisa. Diante disso, buscamos por meio da imprensa pedagógica responder a seguinte questão: Como o Método Intuitivo foi pensado pelos colaboradores da revista *A Escola* (1906-1910).

Por que a revista *A Escola*? Essa escolha é decorrente de um processo de formação acadêmica, no qual tive a oportunidade de ampliar a concepção de fonte que formei durante a educação básica. A minha participação no projeto de pesquisa intitulado *Localização e catalogação de fontes para pesquisa da história das instituições escolares e não escolares de Londrina*, vinculado à área de História da Educação do curso de Pedagogia da UEL e cujas atividades foram desenvolvidas no Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Educação – LEPHE, transformou significativamente a minha maneira de olhar para a educação e, de modo especial, para a história da educação.

A participação no referido projeto contribuiu para aguçar minha curiosidade quanto ao processo de organização da educação, conhecer as concepções estruturantes históricas da educação, bem como dimensionar as fontes numa perspectiva da História Cultural. Assim realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no qual tomei como fonte a produção discente, em nível de TCC, dos acadêmicos de Pedagogia da UEL. Durante esse trabalho, vivenciei possibilidades de questionar documentos a ponto de torná-los fontes de pesquisa. Com isso, fui aumentando o meu interesse em estudar outros documentos e me deparei, assim, com algumas referências sobre imprensa pedagógica. A exemplo de Catani (1996) e Carvalho (1998), realizei leituras sobre a temática e me interessei por ela, pois percebi que a imprensa, em especial a imprensa pedagógica, permite a compreensão de elementos importantes dentro das suas possibilidades enquanto fonte para a escrita da História da Educação.

O uso da imprensa pedagógica como fonte de pesquisa tem sido tema dos trabalhos de diversos autores, entre eles Catani (1996), Bastos (2002), Rodrigues e Biccás (2015), Nóvoa (2002), Sousa e Catani (1994) e Carvalho (1998). Tais trabalhos contribuem para uma definição do termo imprensa pedagógica, bem

como a importância dessa fonte no campo da história da educação.

Por meio da literatura sobre imprensa pedagógica, compreendemos que os conteúdos que compõem a imprensa dizem muito sobre os anseios e receios referentes ao campo educativo em um determinado tempo e espaço. Eles são de caráter único e permitem uma percepção contextualizada dos acontecimentos em relação às orientações e às determinações legais, o que, de fato, se concretizou. Catani (1996), ao discorrer sobre as revistas especializadas, destaca que:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional [...] (CATANI, 1996, p. 117).

Nota-se que há variedade de temas possíveis em uma determinada revista pedagógica, e isso caracteriza a importância de um periódico especializado como fonte histórica de pesquisa, uma vez que seus conteúdos são únicos e refletem concepções de um público seletivo, bem como um contexto marcado por suas especificidades.

Para Bastos (2002), a imprensa pedagógica:

[...] capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo que organiza um futuro – as possíveis consequências desses fatos no presente – e, assim, legitima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos no presente futuro (BASTOS, 2002, p. 49-50).

Pesquisas que usam a imprensa pedagógica como fonte conseguem alcançar as tendências, consensos e desacordos sobre as concepções de educação vigente em um dado contexto.

Para Sousa e Catani (1994), a imprensa periódica educacional é entendida como uma perspectiva de trabalho. Quanto à definição de imprensa, as autoras recorrem a Pierre Caspard, o qual salienta que a imprensa de ensino diz respeito ao “[...] conjunto de revistas que, destinadas aos professores, visam principalmente a guiar a prática cotidiana de seu ofício, oferecendo-lhes informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a condução da aula e a

didática das disciplinas” (SOUSA; CATANI, 1994, p. 178).

Sousa e Catani (1994) asseveram que existem duas diretrizes para se trabalhar a partir da imprensa pedagógica, sendo estas: informar sobre os conteúdos que compõem o periódico; a partir dos periódicos situar os movimentos realizados por professores e a fim de “explicitar funcionamento do campo educacional” (SOUSA; CATANI, 1994, p. 178).

As autoras dão ênfase à segunda diretriz, visto que, para elas, “o estudo da imprensa periódica especializada em educação pode trazer elementos extremamente úteis para a compreensão histórica do sistema de ensino e colocar novas questões acerca da ‘cultura escolar brasileira’.” (SOUSA; CATANI, 1994, p. 178). É nessa segunda diretriz que alicerçamos esta pesquisa de mestrado, pois direcionamos nossos olhares para as evidências das articulações realizadas pelos colaboradores em relação ao Método Intuitivo na revista *A Escola*.

Tomamos a revista *A Escola* (1906-1910) como imprensa pedagógica e consideramos que esta tem muito a contribuir para o conhecimento e compreensão da escolha do Método Intuitivo na Instrução Pública Paranaense em detrimento de outros métodos de ensino divulgados no período equivalente à primeira década do século XX, época de elaboração e disseminação dos números da revista *A Escola – Grêmio dos professores públicos do Estado do Paraná*.

Convém destacar que foram as leituras sobre a imprensa pedagógica que direcionaram a escolha da revista *A Escola* como fonte para esta pesquisa, pois tínhamos em mente os seguintes critérios para a escolha: documento que fosse elaborado no contexto educativo; que fosse uma imprensa direcionada a professores; que expressasse, na medida do possível, elementos da educação paranaense no início do século XX e que estivesse disponível para pesquisa. Assim, a revista *A Escola* atendeu a esses critérios e, somado a isso, as buscas sobre essa revista nos levaram a trabalhos acadêmicos que também utilizaram a referida revista como fonte. Além disso, esta também foi organizada por professores e seu público era de professores. Entendemos ser essa uma possibilidade de análise sobre os saberes necessários aos professores em um período de estruturação da profissionalização docente no Estado do Paraná.

A revista *A Escola* tem sido utilizada como fonte para o desenvolvimento de dissertações e teses, a saber: dissertação intitulada *Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola*

(1906-1910), defendida em 2007, pela autora Caroline Baron Marach; a dissertação *Ensinar a ser cidadão: as abordagens dos docentes do Paraná na Revista A Escola*, defendida por Marcia Ferreira Pinto Bogoni, no ano de 2018; e a tese com o título *A Expressão do liberalismo na Revista A Escola (1906-1910) no Paraná*, defendida em 2014, por Claudia Maria Petchak Zanlorenzi.

Ao dirigir o nosso olhar para esses trabalhos, reforçamos a nossa hipótese inicial de que a revista *A Escola* foi um periódico elaborado no e para o contexto educativo, e que na atualidade tem sido considerada como fonte para pesquisas cuja intencionalidade é compreender por diferentes aspectos relacionados, direta ou indiretamente, ao modelo educativo, a estruturação da educação paranaense no início do século XX.

Para Zanlorenzi (2014), a revista *A Escola* foi um periódico cujo público-alvo eram os professores que atuava em instituições paranaenses nas primeiras décadas do século XX, época em que a formação de professores era muito escassa.

Além da transmissão de novos conhecimentos por meio dos processos educacionais, como a educação escolar, a imprensa foi utilizada como veículo de propagação da ideologia liberal, visando em particular, orientar o trabalho docente e o método de ensino das séries iniciais, no sentido de adequar o sistema de ensino às condições materiais e ideológicas do período (ZANLORENZI, 2014, p. 18).

Devido à falta de recursos para a formação de professores, viu-se a revista *A Escola* como um meio “rápido” e “efetivo” de interferir na formação de professores, pois acreditava-se que na medida em que os professores tivessem contato com o conteúdo da revista mudariam sua forma de pensar e, com isso, também a sua forma de ensinar.

Marach (2007), ao sinalizar a relação entre a revista *A Escola* e o *Grêmio dos professores públicos do Paraná*, enfatiza a possibilidade de compreensão de “discursos referentes à educação veiculada por parte desses professores que, por sua vez, compunham uma comunidade de debate que imbuíu seus discursos da importância da educação para a reforma social” (MARACH, 2007, p. 18). Para Bogoni (2018, p. 12),

[...] a relevância dessa fonte para a História da Educação no Brasil, decorre do fato de possibilitar uma observação de como o tema civismo [...] foi apresentado pela Revista “A Escola” no Paraná, nos primeiros anos da República brasileira.

Mediante a leitura dos trabalhos supracitados, consideramos que a análise da revista *A Escola* contribui para compreensão de elementos pertinentes à história da educação paranaense e à (re)construção desta, visto que seus conteúdos versam sobre elementos políticos, culturais, educacionais, econômicos e sociais, bem como o viés pedagógico de formação de professores. Os conteúdos da revista estão para além das reivindicações da profissão docente, uma vez que explicitam um ideal de educação, escola e sociedade a ser formada e transformada.

Os trabalhos supracitados, bem como as discussões tecidas neste estudo, não esgotam as possibilidades de uso da revista *A Escola* como fonte de pesquisa, uma vez que cada pesquisador elege objetivos e eixos temáticos que colaboram com a produção de um arcabouço teórico acerca da compreensão de elementos que compõem ou se relacionam de diferentes formas com os conteúdos presentes na revista.

Consideramos que a delimitação dos objetivos norteadores de uma determinada pesquisa está diretamente relacionada às intencionalidades e aos processos formativos de cada pesquisador. Desse modo, acrescentamos que a leitura da revista *A Escola* permitiu traçar diferentes eixos.

Ao realizar a leitura da revista *A Escola*, juntamente com a literatura sobre esta, fomos aos poucos buscando elementos para delimitar um eixo para a pesquisa aqui apresentada. Inicialmente, assumimos como eixo os métodos de ensino que representam as preocupações do professorado até os dias atuais. Este tema foi eleito a partir da leitura atenta acerca dos conteúdos da revista *A Escola*, o que permitiu identificar como eles foram abordados pelos colaboradores da revista. Em seguida, direcionamos o nosso foco para o Método Intuitivo, visto que este foi defendido como o método mais coerente para atender as concepções de educação ligadas aos ideais republicanos.

Partimos da premissa de que os métodos acompanham a história da educação escolar. Eles explicitam concepções de educação, de aluno e de materiais pedagógicos. Nas palavras de Antonio Oliveira (2003, p. 231), “A história dos métodos de ensino liga-se à história da educação da humanidade, e tão intimamente

que não se pode falar de uma sem também falar da outra”. O autor, ao discorrer acerca dos materiais produzidos em relação aos métodos, especialmente aqueles relacionados à leitura e que foram elaborados por alguns professores do século XIX, acrescenta que “[...] os métodos que existem são filhos de longos e penosos esforços dos seus autores, e foram preparados pacientemente debaixo de um plano ou de um princípio, que nasceu, fecundou e desenvolveu-se à luz da experiência” (OLIVEIRA, A., 2003, p. 240).

Os métodos são elaborados por meio de um dado contexto e das experiências decorrentes das relações estabelecidas nesse contexto. Ao definir métodos, Morandi (2002, p. 26) afirma que o método é, etimologicamente, aquilo que permite ascender ao lugar que se busca: é um caminho (*odos*, “estrada”) que permite atravessar (*meta*, “através”). O sentido de um método é o de caminhar e de um procedimento, da continuação finalizada e organizada de uma atividade num caminho que permite encontrar. O método depende ao “mesmo tempo daquilo para que se pretende e do caminho que para lá conduz: ele é conduta e encaminhamento” (MORANDI, 2002, p. 26)³.

A presença dos métodos de ensino na imprensa pedagógica nos auxilia na compreensão dos limites e possibilidades educacionais em um determinado período e lugar social. A nossa pesquisa buscou, em termos gerais, compreender como o Método Intuitivo foi pensado para a Instrução Pública paranaense pelos colaboradores da revista *A Escola* (1906-1910). Para tanto, elegemos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a presença do Método Intuitivo em detrimento de outros métodos na revista *A Escola*;
- Discutir o uso dos termos Método Intuitivo e Lições de Coisas nas publicações da revista *A Escola*;
- Analisar a implantação do Método Intuitivo na Instrução Pública paranaense por meio das publicações na revista *A Escola*;

Amparando as discussões desta pesquisa nos objetivos supracitados, julgamos pertinente apresentar o modo como delimitamos o eixo

³ Optamos por não aprofundar em diferentes significados de métodos, uma vez que apontamos o entendimento colocado nas publicações da revista pelos colaboradores.

temático e a fonte. Portanto, na subseção a seguir, discorreremos acerca do caminho construído.

1.1 CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO

Figura 1 – Capa da revista *A Escola*



Fonte: Arquivo da autora produzido na Biblioteca Pública de Curitiba

A propositura do Método Intuitivo na revista *A Escola*, a nosso ver, merece um olhar indagador, visto que, nesse espaço de imprensa pedagógica, ele foi colocado como método inovador e moderno. Assim, formulamos a seguinte indagação: que relação de moderno e inovador do Método Intuitivo foi estabelecida pelos colaboradores da revista *A Escola*? Isso ao considerar que o referido método tem suas origens ao final do século XVIII, na Alemanha.

Nessa perspectiva, adotamos a revista *A Escola* como fonte de pesquisa para compreender quais especificidades foram divulgadas pelos colaboradores da revista. O nosso primeiro contato com a revista ocorreu durante a elaboração do projeto para o ingresso no mestrado do PPEdu-UEL. Na ocasião, realizou-se uma busca no site da Biblioteca Nacional Digital Brasil⁴ e foram

⁴ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

coletados dados pertinentes para aquele momento. No entanto, nem todos os números da revista estavam disponíveis. Com o ingresso no mestrado e visando ter acesso aos impressos da revista *A Escola* (1906-1910) na íntegra, primeiramente ligamos para a Biblioteca Pública do Paraná, localizada em Curitiba (PR), para certificar a disponibilidade dos impressos e a possibilidade de ida até aquele espaço. Em maio de 2019, fomos até a referida biblioteca. Nessa ocasião, foram digitalizadas as páginas da revista. Tal atividade resultou no encontro de cinco anos de publicações da revista, os quais somaram 38 números, com um total de 776 páginas.

A revista *A Escola* foi identificada nas prateleiras da Biblioteca, na divisão de periódicos do Estado do Paraná. Embora fosse um período de mudanças na Biblioteca, decorrentes de reformas, os impressos estavam organizados com etiquetas de identificação e de fácil localização. Cabe ressaltar que, no momento da pesquisa, havia duas opções de acesso aos volumes impressos, a saber: 1) edições organizadas por anos separadamente; 2) edições de todos os anos organizadas em uma única encadernação. Para a realização desta pesquisa, optamos por utilizar a digitalização das edições organizadas em caderno único, mesmo tendo acesso a outra forma de organização, visto que, durante a consulta da primeira opção, observamos a falta de algumas páginas, as quais poderiam promover algumas dificuldades no momento da catalogação e de análise dos conteúdos das publicações.

A respeito do estado de conservação do periódico, salientamos que embora tenham se passado 114 anos desde a primeira publicação, deparamo-nos com materiais bem conservados, e que são plausíveis de leitura, e apenas 10 folhas, de um total de 776, estão rasgadas.

Seguindo as orientações dos profissionais da biblioteca, digitalizamos as páginas da revista por meio do aplicativo *CamScanner*⁵, que fotografa sem flash. Dispondo de todas as publicações da revista, realizamos a impressão e encadernação e, posteriormente, uma primeira leitura, visando conhecer os conteúdos presentes, bem como seus objetivos e público-alvo. Desse modo, deparamo-nos com um arcabouço de possibilidades de eixos, visto que a fonte permite inúmeras possibilidades temáticas de pesquisa, que, por sua vez,

⁵ Trata-se de um aplicativo gratuito que tem por objetivo escanear e organizar em pastas documentos que o usuário tenha a pretensão de preservar em formato digital.

contribuem para a história da educação; porém, realizamos novas leituras, guiadas por uma tabela de catalogação. Pudemos observar os diferentes tipos de publicações que compõem a revista e elementos, aqui nomeados de estruturantes, pois se repetem nas edições da revista, sendo eles: produções de alunas da Escola Primária, Cantos Infantis, *Syntaxiologia*, *Noticiario*, *Relatórios*, *Expediente Oficial*, *Biographia*, *Estudinhos de Francês*, *Epistolas Pedagógicas*, *Bibliografia*⁶. Cabe ressaltar que a seção noticiário era dividida em subtemas.

Desse trabalho inicial, pudemos eleger o eixo analítico intitulado métodos de ensino para a realização desta pesquisa de mestrado, no qual foi feito um novo recorte para o Método Intuitivo.

Para o direcionamento e organicidade de uma posterior leitura, bem como a seleção de artigos que contribuíssem para a compreensão de como os métodos de ensino foram abordados na revista, partimos das experiências de outras pesquisas e construímos uma tabela para catalogação dos dados. Elaboramos, inicialmente, uma tabela com os seguintes itens: ano, mês, número, título e autor. No decorrer do processo de estudos, encontramos referências que foram ampliando o olhar para elementos que facilitassem e enriquecessem a análise. Desse modo, Biccás (2008) contribuiu nesse processo ao considerar a pertinência de se observar a página inicial e a página final da publicação; fonte referida (conferência, discurso, palestra etc.); tradução ou adaptação; tema; palavras-chaves; e, por fim, comentários (BICCAS, 2008).

Assim, elencamos, a seguir, os itens que compuseram a tabela de catalogação da revista *A Escola* (1906-1910):

- Ano: refere-se ao período cronológico no qual a revista foi editada. A revista *A Escola* foi publicada durante cinco anos;
- Mês: facilita momento de busca de determinada publicação, bem como o mapeamento rápido de sua época exata;
- Número de páginas: possibilita o momento de citações diretas;
- Título: contribui para a orientação de busca e análise da temática, uma vez que os títulos fazem menção aos conteúdos abordados no texto. Nas palavras de Menegassi e Chaves (2000, p. 28), o título

⁶ Nas citações e no uso de termos presentes na revista *A Escola*, mantivemos a ortografia conforme normas da época.

tem a seguinte definição:

[...] é uma síntese precisa do texto, cuja função é estratégica na sua articulação: ele nomeia o texto após sua produção, sugere o sentido do mesmo, desperta o interesse do leitor para o tema, estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, e contribui para a orientação de conclusão à que o leitor deverá chegar.

- Tradução ou adaptação: permite classificar os artigos originários de outras línguas;
- Fonte referida: indica o local onde o texto foi comunicado (conferência, palestra, inauguração);
- Tipo de documento: classifica as publicações de acordo com as nomenclaturas da revista;
- Comentários: frutos da nossa leitura, dizem respeito ao nosso entendimento sobre as concepções, abordagens e críticas dos autores presentes em cada publicação.

Os itens compuseram a tabela de catalogação dos textos identificados e selecionados na revista *A Escola*. Analisamos, particularmente, os que versam a respeito dos métodos de ensino, eixo maior que direciona nossa análise e discussão.

A reflexão sobre as leituras realizadas e o processo de catalogação e organização dos dados da revista em tabelas permitiu novas delimitações, pois embora pontuássemos os métodos de ensino divulgados na revista enfatizamos o Método Intuitivo, tomamos esse caminho uma vez que muitos dos artigos que abordam o termo método — que, em algumas situações, foi acompanhado de um segundo termo —, bem como algumas definições são resultados de trabalhos de alunos da Escola Normal, dentro da exigência de uma lição para o curso de formação de professores.

Pontuada aqui a organização que seguimos para a realização desta pesquisa, na próxima seção (2), discorreremos sobre os caminhos percorridos para a delimitação do Método Intuitivo como objeto desta pesquisa, bem como tratamos da relação entre método de ensino, revista *A Escola* e seu contexto de elaboração e divulgação. Já na seção (3), abordamos as confusões entorno do Método Intuitivo e

das Lições de Coisas presentes nas publicações da revista *A Escola* e tratamos dessa confusão com base na literatura especializada. Na seção (4), discorreremos, por meio das evidências da revista, sobre as políticas para a Instrução Pública paranaense e as possíveis aproximações com o Método Intuitivo. Por fim, na seção (5), apresentamos as conclusões e, na sequência, a lista de fontes e as referências.

2 MÉTODO INTUITIVO: OS CAMINHOS DESSA ESCOLHA

Nesta seção, discorreremos a respeito da presença do Método Intuitivo na revista *A Escola*, e as questões que norteiam essa abordagem são: quais motivos levaram a escolha do Método Intuitivo? Quais razões amparam essa escolha em detrimento de outros métodos? Tais inquietações foram decorrentes das leituras dos artigos da revista, nos quais encontramos evidências quanto à defesa do Método Intuitivo. No entanto, convém destacar que esse não foi o único método abordado na revista, porém foi o método defendido para formar os indivíduos pelo viés do ensino prático e voltado para a vida, ou seja, o ensino capaz de preparar as pessoas para a nova sociedade, uma sociedade republicana que estava em processo e visava à modernidade para sua época. Cabe ressaltar que o Ensino Intuitivo vai muito além do preparo para a vida, uma vez que estava fundamentado na perspectiva de ensino experimental, no qual as Lições de Coisas, os exercícios manuais, cantos, ensaios de desenhos e leitura configuravam como processo inovador de ensino (SOUZA, 2004).

Para contextualizar os motivos que direcionaram a ênfase do Método Intuitivo, é necessário sinalizar o contexto no qual a revista foi elaborada e divulgada, visto que ela é composta de evidências do ideário de educação e de cidadãos típicos de um contexto cujos ideais republicanos faziam parte dos discursos e dos objetivos a serem alcançados.

Com a Proclamação da República em 1889, os movimentos em prol da escolarização passaram a ser cada vez mais enfatizados, o que resultou na disseminação dos ideários republicanos de democracia e ilustração. Quais motivos levaram à Proclamação da República? A leitura de Reis Filho (1981) contribui para o entendimento de que esse acontecimento foi a solução encontrada para resolver a crise sociopolítica enfrentada desde o II Império, decorrente da insatisfação e instabilidade política, fruto da escravidão e das questões militares e religiosas. O Decreto n. 1, de 15 de novembro de 1889, resultou na Proclamação da República Federativa do Brasil, transformando as províncias em Estados e declarando o direito universal a todos os brasileiros. Cabe uma ressalva ao termo “todos”, pois, na prática, era restrito aos homens que soubessem ler e escrever.

Nos primeiros anos da República, o ensino brasileiro não estava consolidado, pois era necessário o fortalecimento do ensino elementar por meio de

novos métodos, bem como novas possibilidades de desenvolvimento. Souza (1998) delimita a reinvenção da escola primária brasileira no final do século XIX. Nesse percurso, o método individual deu lugar ao simultâneo, a escola passou a ser multisseriada, o método tradicional foi substituído pelo Método Intuitivo, bem como a presença de materiais pedagógicos e de mulheres para atuarem no magistério.

Importante situar que, a partir de 1880, o Método Intuitivo começa a ser citado nas legislações sob recomendação dos presidentes das províncias e inspetores escolares, bem como passa a ser citado também em relatórios elaborados por professores atuantes no período (SCHELBAUER, 2003).

Inácio *et al.* (2006) situaram as discussões sobre método no Brasil no início do século XX. Para os autores,

[...] a partir da modernidade o método tornou-se a espinha dorsal do conhecimento de um modo geral, de conhecimento escolar, de forma mais específica. Os discursos modernos são atravessados de alto a baixo pela discussão do método de ensino” (INACIO *et al.*, 2006, p. 46).

A revista *A Escola*, como imprensa pedagógica curitibana, possui discussões acerca dos métodos de ensino, enfatizando a defesa do Método Intuitivo. É importante situar que a referida defesa esteve diretamente relacionada ao viés político, ou seja, a concepção de sociedade liberal republicana adotada pela diretoria da revista. Nas palavras da diretoria da revista:

[...] a nossa maior preocupação, o interesse mais íntimo, o anelo mais intenso do povo que avança desassombrado pelas veredas rutilas da evolução, impulsionando pelas idéas liberaes victoriosas em consequencia do desaparecimento do throno que derruiu. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1).⁷

Como podemos perceber, a diretoria da revista compactuava com os ideais republicanos e enfatizar essa concepção é importante, pois a defesa do republicanismo foi componente dessa revista. Ademais, convém salientar que foi comum, no período republicano, a elite fazer a defesa da educação para todos; no caso da revista, ela expressa interesses da elite intelectual curitibana em relação à

⁷ Para diferenciar as citações da revista, incluímos o ano e o número das edições consultadas e referenciadas, a fim de auxiliar na identificação das fontes. Trata-se de exceção à regra de normalização da ABNT NBR 10520:2002 – Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação.

organização da Instrução Pública paranaense.

A revista *A Escola* foi criada pelo Grêmio dos professores públicos do Paraná. Seu primeiro número impresso foi em fevereiro de 1906, e suas publicações se estenderam até dezembro de 1910⁸. A revista era impressa pela *Tipografia a Vapor Impr. paranaense*, localizada em Curitiba. Na primeira página da revista, encontra-se o objetivo pelo qual ela foi criada:

Ella vem, não só preencher uma lacuna mais ainda lidar sincera e descabeladamente em pró do progredimento da instrução pública do nosso futuroso Estado e da classe que a dirige, em labuta quotidiana e profícua. Fazer o mestre, dotar a escola de um pessoal aparelhado para os prélios edificantes e gloriosos da inteligência, - Eis felizmente a preocupação quase unanime dos paranaenses, maximé do proeminente depositário do poder público local (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1).

Conforme a seção Noticiário, constata-se que o Dr. Sebastião Paraná foi o redator principal da revista até junho de 1906. A partir de agosto desse mesmo ano, Dario Vellozo passou a ocupar essa função, permanecendo até o encerramento das edições, em 1910.

Ao que se refere ao público-alvo, a própria revista evidencia:

Enviámos o primeiro número da A ESCOLA a todos os srs. Professores públicos e diretores de collegios particulares do Estado, bem como também a muitas outras pessoas. Aqueles que nol-o o não recambiarem em tempo, serão considerados assignantes. Aos srs. sócios do Gremio dos Professores Públicos é grátis a assinatura (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 13).

Os professores e diretores eram o público-alvo, porém o acesso à revista, salvo a primeira edição, dependia do pagamento da assinatura. Para os filiados do Grêmio, a assinatura era gratuita. É importante destacar que, para filiar-se ao Grêmio, era necessário ser professor e contribuir mensalmente.

No período de elaboração e disseminação da revista *A Escola*, o Estado do Paraná passava por transformações em diferentes aspectos: social; econômica; cultural e educacional. Bogoni (2018) situa a criação da revista em um período pós-movimento intenso quanto à necessidade de transformação no que tange à instrução pública. A autora destaca que, no período de criação da revista,

⁸ O último número da revista foi de 7 a 12, ou seja, de julho a dezembro.

“[...] houve uma propagação dos debates, para a reformulação do ensino e que o modelo considerado adequado privilegiava projetos para a modernização da sociedade” (BOGONI, 2018, p. 38). O fato é que entendiam que a instrução renovaria a sociedade ao difundir valores morais, civis e patrióticos, além da instrução intelectual.

Ao considerar essa premissa, buscamos, nas páginas da revista, identificar como o Estado do Paraná foi divulgado, bem como quais concepções foram pontuadas pelos colaboradores em relação ao Paraná. Consideramos, ainda, que as transformações decorrem de processos e que a elaboração de uma revista inicia muito antes da sua concretização física.

No caso da revista *A Escola*, a organização do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná a precede. Tal entidade, conforme Marach (2007), provavelmente se organizou a partir da Congregação do Gymnasio e da Escola Normal, instituições curitibanas existentes já no final do século XIX. Os encontros da Congregação aconteciam em uma das salas do Gymnasio paranaense. Para Marach (2007, p. 35), “Essa agremiação docente foi, possivelmente, uma das primeiras de caráter laico a ocorrer no Paraná”.

Marach (2007) ainda pontua o objetivo da Congregação que era “promover o debate sobre assuntos educacionais” (MARACH, 2007, p. 83), bem como destaca que os objetivos do Grêmio tinham um alcance maior, pois, enquanto as reuniões da Congregação eram restritas à Congregação do Gymnasio e à Escola Normal, o Grêmio — como seu próprio nome evidencia — seria um lugar para muitos professores “públicos do Paraná”.

Nas primeiras páginas da revista, encontramos as perspectivas de seus colaboradores em torno da consolidação do Grêmio dos professores públicos do Paraná, uma vez que preconizava “[...] a fraternização e progredimento espiritual dos membros da nobre classe do professorado paranaense” (A ESCOLA, 1907, ano 2, n. 1-4, p. 43).

Para se filiar ao Grêmio, eram necessários dois requisitos: ser professor e realizar a contribuição mensal de 2.800 réis (A ESCOLA, 1909, ano 4, n. 4-5, p. 81).

O Grêmio dos professores públicos do Paraná, criado na primeira década do século XX, teve como presidente Francisco Guimarães e Tesoureiro Brazilo Costa. Eram os secretários Veríssimo de Souza e Lourenço de Souza,

primeiro e segundo secretário respectivamente. Ambos contribuíam na escrita dos artigos que compuseram as páginas da revista.

Durante os cinco anos de publicações periódicas, o tamanho das folhas permaneceu o mesmo, suas edições foram feitas em papel jornal, no formato de tabloide. As publicações não contavam com propagandas e imagens, com exceção do símbolo oficial que acompanhava as publicações do *Expediente Oficial*, a imagem com um conjunto de materiais, que identificamos como livros e um globo, figura esta que aparece na capa do ano de 1907 e a qual se repete nos dois anos seguintes, ou seja, 1908 e 1909, e o retrato do Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, que aparece na edição de 1909. O referido retrato foi justificado no texto próprio:

Publicando este retrato, presta a nossa modesta revista pedagógica um preito sincero de civismo à venerável memória do digníssimo presidente da grande República Brasileira, que no dia 14 do presente mez cessou de viver a vida temporal, havendo concretizado a sua dedicação imperterrita pãra com a gloriosa Patria de que foi um dos mais incansaveis servidores e desvelados chefes. Honra pois dêste modo o Gremio dos Professores do Paraná ao inclyto e immenso Brazil, consagrando ésta esmaecida homenagem ao nosso grande concidadão que, descendo ao adito escuro do sepulcro, entrou a viver perennemente no seio augusto da História (A ESCOLA, 1909, ano 4, n. 1, p. 2).

Quanto ao número de páginas, este variava de acordo com o período compreendido pelo número da revista, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Comparativo das publicações (continua)

| Ano | Número | Mês | Quantidade de páginas |
|------------|---------------|------------|------------------------------|
| 1906 | 1 | Fevereiro | 20 |
| | 2 | Março | 25 |
| | 3 | Abril | 18 |
| | 4 | Maio | 21 |
| | 5 | Junho | 14 |
| | 6 | Julho | 31 |
| | 7 | Agosto | 15 |
| | 8-9 | Set./out. | 19 |
| 1907 | 1-4 | Jan./abr. | 45 |
| | 5 | Maio | 20 |
| | 6-7 | Jun./jul. | 39 |

Quadro 2 – Comparativo das publicações (conclusão)

| Ano | Número | Mês | Quantidade de páginas |
|------|--------|-----------|-----------------------|
| | 8-9 | Ago./set. | 33 |
| 1908 | 1 | Março | 41 |
| | 2 | Maió/jun. | 38 |
| | 3-5 | Jul./set | 38 |
| | 6-8 | Out./dez. | 32 |
| 1909 | 1 | Junho | 40 |
| | 2-3 | Jul./ago. | 39 |
| | 4-5 | Set./out | 41 |
| 1910 | 1-3 | Jan./mar. | 69 |
| | 4-6 | Abr./jun. | 70 |
| | 7-12 | Jul./dez | 80 |

Fonte: elaborado pela autora com base na revista *A Escola* (2020)

O quadro reafirma a variação do quantitativo de páginas, e é possível perceber que, nos últimos dois anos de existência, houve a organização dos 12 volumes em 3 impressões da revista. Para esse fato, como justificativa, na própria revista, há uma passagem que evidencia a dificuldade em manter o veículo devido aos custos e à falta de recursos governamentais.

Atacada de anemia porque, sem assinaturas, sem auxílios senão dos membros do Grêmio dos professores, sem MERECER DO PATRIÓTICO CONGRESSO ESTADUAL um ceítil ou animação, não pode continuar a viver, a advogar a causa tão simpática da instrução, quando das sobras de quanto larga e amplamente comem tantos e tantos lhe bastariam algumas migalhas para continuar dezasombradamente (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 7-12, p. 349).

Havia um descontentamento dos professores colaboradores/editores para com o poder público local, explicitando o sentimento de indignação quanto ao fato de encerrar a produção da revista por falta de recursos provenientes do Congresso Estadual; sem essa ajuda, a revista seria custeada com os valores das assinaturas, o que, por sinal, eram decorrentes de cobranças. Em diferentes números, a cobrança dessa assinatura era publicada, lembrando aos devedores a importância dos pagamentos para que as despesas da revista estivessem em dia.

Convém salientar que o caminho trilhado para chegar à revista *A Escola* tem suas origens no final do século XIX, por meio da Congregação e do

Grêmio dos Professores Públicos do Paraná. É importante destacar que a existência de um não anulou a existência do outro, pois ambos coexistiram em um determinado período da história da educação do Paraná.

Por falar em Paraná, faz-se importante questionar: por quais transformações no campo educacional o Estado estava passando? Para responder a essa questão, não podemos olhar tão somente para a década de 1900, período de criação da revista, é preciso olhar para períodos anteriores, até porque as transformações são decorrentes de processos, por isso mencionamos a Congregação e o Grêmio dos professores Públicos do Paraná, bem como observamos as publicações da revista de modo a compreender como esta descreveu o referido Estado. Consideramos que a revista *A Escola* e seus conteúdos, no caso específico o Método Intuitivo, eixo desta pesquisa, não podem ser analisados de modo descontextualizados, pois se faz necessário tecer relações em específicos contextos. Desse modo, iremos pontuar elementos que direcionaram nossos olhares para o contexto paranaense narrado pela revista.

2.1 O ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO A REVISTA *A ESCOLA*

Na revista, era comum a exaltação do Estado do Paraná, enaltecendo seu potencial de progresso educacional. Em sua primeira “Epistolas Pedagógicas”, dirigida “aos irmãos Verissimo e Lourenço de Souza”, Azevedo Macedo (1906) descreve, segundo a sua ótica, o Estado do Paraná:

[...] o governo do Estado, pelos melhoramentos da Escola Normal, pelas garantias que oferece aos professores normalistas, por uma melhor distribuição das escolas primárias, pelo rigor na observância do Regulamento do Ensino, pela equiparação de nosso Gymnasio ao Nacional, pela criação do Jardim da Infancia, manifestar o mais patriótico empenho em prol do progresso da instrução e da educação (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 11).⁹

Para Azevedo Macedo, o progresso no campo da instrução no Estado do Paraná estava relacionado às instituições escolares criadas ou

⁹ O Governo do Estado referido era Vicente Machado da Silva. Conforme citação do noticiário “Dr. Vicente Machado chefe do poder estadual” (ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 12). Com a morte de Vicente Machado, em 1907, a presidência do Paraná é assumida por Dr. João Candido Ferreira, que, até então, ocupava o cargo de vice (ESCOLA, 1907).

estruturadas no período.

Nessa mesma edição, no Noticiário da página 12, tem-se a seguinte passagem:

Relativamente, o Paraná é um dos estados que mais despendem com a instrução popular, certo de que as grandes verbas orçamentarias votadas em favor do ensino são padrões de glórias dos governos verdadeiramente democráticos (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 12).

Acrescenta também que:

É inegável que a instrução publica tem progredido notavelmente em nossa terra, especialmente na Capital, muito também contribuído para esse bello resultado alguns dos estabelecimentos de ensino particular, que aqui funccionam com grande proveito para a mocidade paranaense. E, a continuar assim, os não pequenos sacrificios do erario serão perfeitamente compensados (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 12).

De acordo com a diretoria da revista, as palavras de Vicente Machado deveriam ser “o bastante para que as crianças das escolas saibam estimar com intemerato sentimento de gratidão o maior impulsionador do progredimento do ensino público do Paraná” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 12). Há exaltação do então governador Vicente de Machado, referindo a ele como “a primeira auctoridade da instrução publica, que elle dirige de modo alteroso” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 12). Em se tratando das preocupações de Vicente Machado quanto ao ensino, foi mencionada a “escolha como escrupuloso cuidado do pessoal docente e ininterrupta fiscalização sobre o ensino” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 12).

Com os excertos, cabe ressaltar que o foco estava voltado para a realidade da Capital, Curitiba, que, segundo as informações da revista, contava com 31 escolas públicas, das quais 21 eram escolas urbanas e 10 eram escolas suburbanas (A ESCOLA, 1906). Nessa realidade, havia as escolas particulares, as quais eram frequentadas pelos filhos da elite curitibana e, com isso, era somada a elevação da instrução pública, uma vez que o aumento das instituições fazia parte do ideário republicano. Assim, quanto mais instituições, mais pessoas sendo educadas e preparadas para participarem da sociedade, participação essa restrita ao ato de votar e ser votado. Convém destacar que as mulheres não usufruíam desse todo, pois seu direito ao voto foi conquistado tão somente em 1934 com a

promulgação da Constituição Federal (BARBOSA; MACHADO, 2012)¹⁰.

A inauguração do Jardim de Infância foi divulgada como uma das conquistas do Estado:

Perante 60 alumnos matriculados, de 4 a 6 annos de idade, e avultado numero de famílias e cavalheiros, S. Exa. Proferiu formosíssima allocução, declarando, ao terminar, inaugurado mais este interessante estabelecimento de ensino publico primário, que vem pôr em evidencia o grau de expansão a que tem atingido o ensino na prospera capital paranaense (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 15).

A criação de instituições educacionais era divulgada pela revista como um grande feito para o Estado e a sua população. A criação do “Ensino Commercial” ganhou destaques:

Minas Geraes, S. Paulo e o Distrito Federal já possuem o ensino comercial regularmente organizado. O Paraná, que é relativamente um dos Estados mais prósperos do Brazil, referente á instrucção publica, não podia contribuir indifferente a esse fecundo movimento evolucionista (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 2, p. 27).

Havia o interesse de que o Estado do Paraná acompanhasse o desenvolvimento de outros Estados, considerados como modelos no tocante à instrução da sua população.

Os gastos com a instrução pública ganharam espaço nas páginas da revista, com a publicação do relatório do Ministro da Fazenda com dados referentes aos gastos com a instrução pública no Brasil. A partir desses dados, organizamos o quadro a seguir:

¹⁰ O direito das mulheres ao voto fez parte do processo de lutas da Federação Brasileira para o Progresso Feminino-FBPF, fundada em 1920. O Código Eleitoral Provisório e o Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 determinavam o direito ao voto de forma restrita, uma vez que as mulheres casadas precisavam da permissão de seus esposos para votar e, para aquelas solteiras ou viúvas, era necessário que tivessem renda própria. Diante desse cenário, o direito ao voto feminino só foi consolidado em 1934. Para saber mais, ler Barbosa e Machado (2012).

Quadro 3 – Gastos com a instrução pública nos estados brasileiros

| ESTADO | ARRECADAÇÃO | GASTO COM INSTRUÇÃO (CONTOS) |
|---------------------|--------------------|-------------------------------------|
| Alagoas | 2.089 | 449 |
| Amazonas | 15.000 | 700 |
| Bahia | 11.300 | 749 |
| Ceará | 2.683 | 625 |
| Distrito Federal | 24.500 | 4.283 |
| Espirito Santo | 2.967 | 227 |
| Goyaz | 894 | 100 |
| Santa Catharina | 1.304 | 155 |
| Maranhão | 2.700 | 364 |
| Matto Grosso | 1.721 | 156 |
| Minas Geraes | 17.733 | 2.526 |
| Pará | 11.800 | 1.156 |
| Paraná | 6.762: 6338755 | 436 |
| Pernambuco | 9.000 | 845 |
| Rio de Janeiro | 8.180 | 1.167 |
| Rio Grande do Norte | 1.120 | 118 |
| Rio Grande do Sul | 8.800 | 2.492 |
| S. Paulo | 35.000 | 7.090 |
| Sergipe | 1.539 | 350 |

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações presentes na revista (2020)¹¹

Embora fosse significativo o valor gasto pelo Estado do Paraná com a instrução pública — gastava-se 436 contos dos 6.762: 6338755 contos de receita — os Estados com arrecadações menores, como Alagoas (2.089) e Ceará (2.683), gastavam mais com a instrução: 449 contos e 625 contos respectivamente (A ESCOLA, 1906). Esses números permitem questionar sobre a intencionalidade em divulgar esses gastos: seria para chamar atenção do poder local para maiores investimentos na educação? Talvez fosse um questionamento plausível, visto que publicações da própria revista indicavam a falta de recursos para a instrução pública paranaense, bem como chamavam atenção para a “importância” que o Estado de

¹¹ Manteve-se a grafia dos nomes dos Estados conforme ortografia vigente no período da revista.

São Paulo dava à instrução primária (A ESCOLA, 1906). Convém destacar que o Estado de São Paulo não era citado por acaso, mas sim por suas condições modelares e de interesses de outros estados, sobretudo, em transportar esses modelos.

Para além de divulgar gastos com a instrução, a criação de instituições e contribuição do governo para que fosse alcançado o objetivo educacional almejado, também encontramos sugestões, visando melhorias para a educação. Desse modo, Lourenço A. de Souza (1906), em seu relatório, aponta a necessidade de que a instrução pública fosse obrigatória, pois a frequência dos alunos era irregular, e a ausência desses também era notória. Nas palavras do colaborador: “Si exequível fôra a obrigatoriedade da frequencia ás escolas em nossa Patria, grande serviço poderia a decretação dela prestar á instrucção pública do Paraná, diminuindo assim consideravelmente a infelizmente ainda grande porcentagem dos analphabetos” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 78-79).

Sobre a necessidade da escola primária obrigatória, Olavo Bilac, ao falar sobre a importância da língua materna, no caso o português para o Brasil, salienta que “o que constitue a nacionalidade é, principalmente, a língua” e que “emquanto não for instituída a instrucção primaria obrigatória, não estaremos aparelhados para dar combate a essa inimiga impblacavel: a ignorância” (BILAC, 1906, ano 1, n. 4, p. 65).

O contexto paranaense foi marcado por diferentes desafios, dos quais os colaboradores e as diretorias da Revista publicaram críticas e/ou sugestões. Dentre esses desafios, cita-se a tentativa paranaense de adotar um método de ensino coerente com a nova população a ser formada e transformada. As análises nos permitiram olhar para a falta de professores com formação esperada, bem como a dificuldade em organizar essa formação. Era comum alguns professores visitarem outros estados brasileiros e até mesmo outros países, considerados modelos, e, ao retornarem, buscavam reproduzir aquilo que tinham visto. Como exemplo desse acontecimento, temos a narrativa de Santos (2019) sobre as idas da professora Maria Francisca Correia de Mirada para São Paulo, na escola modelo Jardim de Infância, para “observar os métodos de sistemas ali adotados”.

O autor acrescenta o empenho do poder público em:

[...] conhecer, organizar e oferecer serviços educacionais em todos os segmentos. Do ensino secundário ao infantil, procurava-se por meio de viagens e visitas regulares, os métodos mais atuais para se instruir, visando a qualificação das escolas paranaenses. A visita de uma professora nos oferece subsídios para entendermos a importância da aproximação dos mestres e não somente dos políticos, ao cotidiano paulista (SANTOS, 2019, p. 137).

Esse contexto de formar professores para atuarem conforme o novo ideal de sociedade culminou com a elaboração e disseminação de revistas pedagógicas, assim como a Revista *A Escola*. Para Zanlorenzi (2014, p. 97), esta “tornou-se um instrumento eficaz e rápido para a ampla divulgação dos ideais propostos para a sociedade capitalista”.

A seguir, tecemos considerações sobre os possíveis alcances da Revista, traçando os espaços de divulgação e circulação dela durante sua fase de publicação.

2.2 OS ESPAÇOS DE DIVULGAÇÃO E CIRCULAÇÃO DA REVISTA

A respeito dos espaços de divulgação e circulação da revista *A Escola*, buscamos indícios na própria fonte, sobre onde e quem teve acesso à revista. Com base em tais vestígios, não é possível afirmar se todos os que receberam realizaram a leitura. Conforme publicado na própria revista, “[...] enviámos o primeiro número da¹² *A Escola* a todos os srs. Professores públicos e directores de collegios particulares do Estado, bem como também a muitas outras pessoas” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 13).

Na publicação de 1907, consta que o número anterior da revista foi entregue aos alunos de diferentes anos do curso normal de Curitiba, bem como os números posteriores deveriam ser também enviados, pois essa foi uma determinação do então diretor, Dario Vellozo. Nessa publicação, foi colocado que as normalistas têm apreciado a revista (A ESCOLA, 1907, ano 2, n. 5, p. 66).

Outras imprensas existentes no período tiveram acesso a números de *A Escola*, os agradecimentos por esses recebimentos foram divulgados pela própria revista. Com isso, a “imprensa diária” da Capital, ou seja, *A Notícia*, que após apresentar um breve resumo dos assuntos tratados na revista bem como listar seus

¹² Citação conforme texto na revista.

colaboradores, parabeniza o Grêmio dos professores “[...] pela brilhante revista pedagógica, que vae ocupar lugar saliente entre as congêneres do Brazil” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 2, p. 40-41).

Igualmente foram publicadas as palavras de *A Republica*, que desejou à revista *A Escola* “[...] vida longa, sempre cheias de Prosperidades” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 2, p. 41). O *Diário da Tarde* também teve a seguinte passagem publicada: “[...] bellissima revista do Gremio dos professores, foi hoje distribuída nesta capital” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 2, p. 41). Foi transcrito o julgamento do redator da seção *Curso de línguas*, de *O Paiz*, o qual agradece e elogia pelo recebimento de um exemplar do número 4 da revista *A Escola* (A ESCOLA, ano 1, n. 6, 1906, p. 114).

Ao agradecer o recebimento do periódico *O Estado do Amazonas*, a revista *A Escola* indicou que “[...] mui gostosamente lhes enviaremos a nossa modesta revista” bem como, enfatizou que “[...] temos remetido regularmente “A Escola” aos colegas que se dignam de permutar conosco”¹³ (A ESCOLA, 1906, p. 146). Americo José Rodrigues, colaborador do jornal *Concordia*, publicado em São Paulo, dirigiu-se à *A Escola* da seguinte forma: “Uma das melhores revistas que nos visitaram” (A ESCOLA, 1909, ano 4, n. 2-3, p. 80), bem como informou que o primeiro número recebido continha 40 páginas.

Os espaços de divulgação e circulação da revista *A Escola* envolviam os alunos do curso normal de Curitiba, os professores das escolas públicas e diretores das escolas particulares do Paraná, bem como a imprensa local e de outros estados. Essa realidade contribui para que possamos traçar o alcance que a revista teve. Entretanto, não permite afirmar se todos os que receberam a revista realizaram sua leitura, porém cabe destacar que, nos excertos supracitados, encontramos evidências de que as imprensas que tiveram acesso à revista pontuam elementos dessa, o que indica o contato. É importante destacar que não é possível saber se o envio ocorreu em outros momentos, visto que, conforme os trechos supracitados, há situações em que uma determinada imprensa agradece o recebimento de um número, ou conjunto de números específicos. A nosso ver, os espaços alcançados pela revista foram decorrentes de intencionalidades dos colaboradores e, por essa questão, abordamos sobre os autores que publicaram na

¹³ Grafia conforme texto da revista.

revista no subtítulo a seguir.

2.3 OS AUTORES QUE PUBLICARAM EM *A ESCOLA*

As edições da revista *A Escola* contaram com a colaboração dos seguintes autores: A. B., A. M.; A. da Silva Tullio; Alcedio Ribeiro; Alfredo Munhoz; Alicia Moreau; Antonia Reginato Vianna; Antonio de Souza Macedo; Armando C. de Azevedo, Arnand Ledent; Azevedo Macedo; C. de I; Caetano de Andrade; Candido Costa; Candido de Figueiredo; Celmira Fortes; Cezar Sartori; Claudino dos Santos; Claudio dos Santos; Clinton D. Smith; Conego Braga; Curvelho de Mendonça; Cyro Silva; Dario Vellozo; Doutor Eiper; Dr. Cadaval; Dr. L. Azambuja; Edmond Demolins; Elvira F.; Enrico Ferri; Ermelino de Leão; Ernest Hceckel; Ernesto Silva; Esculapio; Esther Pereira, Euclides Bandeira; Euzebio Mota; Fernando Moreira; Florentina Vitel; Francis Aliston Channing; Francisco Ferrer; Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo; G. Lourenço Bickerstaph; Gastão Faria; Georgina Mangruel; Guerra Junqueiro; Gurgel Guerra; Isodoro Costa Pinto; J. A. de Barros Junior; J. Amandio Sobral; J. Verissimo; J.B.V.; Joanna Falce; João Roberto Junqua; José Guahyba; Julio D' Alva; Lauro Vannier Droz; Leoncio Correia; Lourenço de Souza; Lourenço Filho; Luiz Mcrat; Lysimaco F. da Costa; Marguerite Solherd; Maria Esther Ferreira de Souza; Monteiro Tourinho; Myrte Codega; Noemia Machado de Luz; Olavo Bilac; P. João B. Peters; Pamphilo D' Assumpção; Paulo Tavares; Rachel Prado; Raul Rodrigues Gomes; Raymundo Silva; Rui Barbosa; Sebastião Paraná; S. E. Vos Saporski; Sanches de Frias; V. Emile-Michelet; Verissimo de Souza; Vicaldo Coaracy; Victor do Amaral; Victor Grein; Victor Hugo; e Willian W. C. de Souza.¹⁴

Dentre os autores citados, percebemos alguns nomes que se destacam nas 22 edições da revista, com isso voltamos nossos olhares para aqueles que tiveram no mínimo 5 publicações. Desse modo, listamos os seguintes colaboradores: Conego Braga; Dario Vellozo; Azevedo Macedo; Lourenço de Souza; Sebastião Paraná; e Verissimo de Souza.

Entendendo que os autores possuem concepções, as quais se fazem presentes em suas produções, ao olharmos para aqueles com mais publicações, partimos da premissa de que seus ideais estavam em constante

¹⁴ Optamos pela ordem alfabética como critério para organização dos nomes dos colaboradores.

disseminação, assim, consideramos pertinente apresentar informações encontradas na literatura sobre a formação e trajetória desses autores.

Dentre os autores com mais atuação na revista *A Escola*, Dario Vellozo é destaque, seus artigos versam sobre duas temáticas principais, ou seja, críticas ao governo, pois para Vellozo os investimentos em educação pública ficavam aquém do necessário, e a defesa por uma educação laica. Segundo Andrade (2007), Vellozo foi o precursor da educação laica no estado do Paraná e usou da revista *A Escola* como meio para disseminar suas concepções; outro espaço usado por ele foi a própria sala de aula. Cabe ressaltar que por suas ideias serem condizentes com o ideal de modernidade do período, outras pessoas foram se interessando e “[...] passaram a reunir-se em sua casa, a qual tornara-se uma espécie de catalizador da elite intelectual e literária” (ANDRADE, 2007, p. 194).

É importante ressaltar que os outros autores da revista estavam envolvidos com a educação. Para Marach (2007, p. 13),

Os escritores de *A Escola* compunham uma parcela da elite letrada local, que se propunha encaminhar a população brasileira ao progresso e ao desenvolvimento moral, intelectual e econômico. Em seus artigos, sintetizaram a passagem do século XIX para o XX, momento de um repensar a sociedade brasileira, bem como de sua educação, atentando para vários problemas sociais, culturais e políticos do contexto.

As publicações da revista tiveram início em fevereiro de 1906, cuja direção ficava a cargo de Sebastião Paraná. Nesse contexto, a revista

[...] foi expressão de um grupo restrito de professores preocupados em fazer o mestre e nobilitar a escola, além de dar diretrizes ao professorado paranaense e elevar o padrão dos estabelecimentos de ensino do estado conforme os modelos europeu e norte-americano (MARACH, 2007, p. 22).

Os intelectuais que publicavam na revista partiam da premissa de que a educação boa seria aquela sob os moldes norte-americano e europeu. Seus escritores consideravam que “a educação seria uma das chaves para o progresso moral, intelectual e material da população, o qual já se iniciara com a instauração da República brasileira” (MARACH, 2007, p. 22).

A educação potencializaria o processo de formação da nova sociedade, pois era vista como o caminho para a transformação social. Zanlorenzi

(2014, p. 15) assevera que a revista *A Escola* “cumprir a função de disseminação de um ideal educacional num período em que a educação assumiria papel central, no início do século XX”.

Era comum o discurso de que por meio da educação seria possível resolver os problemas da sociedade; para isso, bastava instruir e educar o povo, lembrando que a instrução e educação eram baseadas em conteúdos cívicos e morais, uma crença exacerbada que desconsiderava as transformações sociais de forma aprofundada. Sobre essa exacerbção do ensino, Fausto (1978, p. 97) assevera que esse fator é comum em sociedades em “passagem do sistema agrário comercial para o sistema urbano industrial”.

A sociedade era vista como atrasada em relação aos recursos existentes, uma vez que, desde o século XIX, “o tempo das certezas”, a necessidade da renovação do método de ensino esteve diretamente relacionada ao processo econômico, com isso se evidenciava o interesse pela formação que trabalhasse tanto com “o progresso conquistado quanto a determinação social que lhe é intrínseca” (VALDEMARIN, 2004, p. 134). Nesse contexto, tem-se a materialização da confiança quanto ao conhecimento científico e ao progresso por meio da inserção de recursos do cotidiano no ambiente escolar. Recursos que, embora não fossem utilizados por todos, deveriam ser ensinados, pois eram considerados símbolos da “civilização”. Dentre esses símbolos, Valdamarin (2004, p. 134) menciona:

[...] a locomotiva elétrica, o telégrafo, o navio, a fotografia, a bicicleta, o clorofórmio, o elevador, a refrigeração, a dinamite, a pilha seca, a tabela periódica dos elementos, o telefone, o princípio da vacina, o linotipo, o automóvel movido a gasolina, o pneu de borracha, a ferrovia, [...] a luz elétrica.

Embora esse conjunto de símbolos da civilização não fosse usado por todos, ele começou a fazer parte do contexto escolar. Era preciso saber fazer uso desses elementos, bem como passar pelo processo republicano, uma vez que o homem já possuía domínio da natureza e lhe faltava o domínio da mente humana, que deveria:

[...] ser disciplinada, regulada, de modo que compreenda “corretamente” o conhecimento dele advindo: é preciso educar as crianças desde cedo, com um conteúdo que desvende a possibilidade de domínio da natureza, por meio de um método que

afiance a obtenção desse resultado (VALDEMARIN, 2004, p. 134).

O método considerado como o mais eficiente para a civilização foi o Método Intuitivo. Assim, podemos pensar de que forma os colaboradores se organizaram para articular e disseminar suas concepções sobre o Método Intuitivo. Com base nas evidências, os autores que mais publicavam na revista, em sua maioria, se conheciam desde o período que frequentavam as instituições particulares de Curitiba, sendo o Colégio Curitibano um espaço de destaque para a época. É importante destacar que, anteriormente à criação da revista *A Escola*, os colaboradores se organizavam e publicavam de outras formas, bem como em outros espaços. Marach (2007) explicita e discute acerca do Clube Curitibano, fundado em 1882, com o objetivo de ser um centro destinado às reuniões de estudos e entretenimento. A autora destaca que, em pouco tempo, o espaço destinado às reuniões do Clube Curitibano se tornou pequeno, devido à quantidade de pessoas que participavam.

Com alguns membros do Clube, foi organizada a *Revista Club Curitibano*, no ano de 1890, sendo que dela participavam “Azevedo de Macedo, Dario Vellozo e Sebastião Paraná, os dois últimos sendo seus editores” (MARACH, 2007, p. 34). Como outro espaço importante para estudos e disseminação de concepções, tem-se o *Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, o qual teve os seguintes membros: Ermelino de Leão; Dario Vellozo; Azevedo de Macedo; Sebastião Paraná (MARACH, 2007). Outro espaço ocupado foi a imprensa local:

Cada agremiação política, literária ou grupo de interesses buscou estar inserido nas editorias de vários periódicos. [...] Dentre importantes veículos da imprensa da época, podem ser citados *A República*, *Diário da Tarde* e *A Notícia*. Esses três veículos, não por acaso, mantinham quase o mesmo grupo de colaboradores (MARACH, 2007, p. 35).

Um dos espaços de destaque foi o Gymnasio Paranaense, fundado em 1900. Nessa instituição, existiu uma sala para a Congregação dos professores do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal, sendo essa “agremiação docente [...] uma das primeiras de caráter laico a ocorrer no Paraná” (MARACH, 2007, p. 36). Para a autora, há poucos registros sobre a Congregação do Gymnasio e da Escola Normal, porém as atas existentes permitem identificar que parte de seus membros

se posiciona como autores da revista *A Escola*, bem como intelectuais (MARACH, 2007). Como intelectuais, portavam três características:

A primeira consiste na assunção, por esses escritores, da missão de guiar a nação rumo ao progresso e ao desenvolvimento sócioeconômico. Por isso, escreviam para outros professores públicos do Estado, de forma a estabelecer as bases de seus projetos de reforma social.

Eles previam que, por meio da instância educacional, atingir-se-ia o progresso almejado para o país. E eis aí uma segunda característica [...] terceira característica do intelectual, categoria na qual se insere o grupo que se pretende analisar, é o estabelecimento de laços identitários evidenciados na criação de regras próprias de conduta, de instituições culturais, de veículos de divulgação de idéias e de projetos compartilhados. A identificação da existência desse grupo *educacionista* é o objetivo maior do empenho historiográfico aqui realizado (MARACH, 2007, p. 20).

Existiu um ideal de intelectual cujos quesitos eram atendidos pelos colaboradores da revista, visto que suas concepções eram compatíveis com as mudanças pretendidas para a nova sociedade, ou seja, uma sociedade do progresso com conhecimentos práticos, com mão de obra capacitada para atender às demandas do comércio e da indústria e a qual deveria ser formada pelos valores morais e cívicos.

2.4 TIPOS DE PUBLICAÇÕES QUE COMPÕEM A REVISTA

Para analisar o termo Método Intuitivo presente nas páginas da revista *A Escola*, foi preciso olhar para os tipos de publicação que compunham essa imprensa pedagógica, visto que cada publicação possui especificidades e objetivos que as diferem.

Marach (2007) destaca que encontrou na revista *A Escola*:

Manifestas opiniões, traduções de textos estrangeiros, poesias e outros tipos de fragmentos diversos escritos por professores públicos do Paraná. O periódico conta também com artigos de literatos e professores de outras cidades, bem como trabalhos de alunos do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal (MARACH, 2007, p. 11).

A organização da revista *A Escola* era composta por alguns elementos que se repetem durante os cinco anos de sua elaboração e divulgação,

elementos os quais denominamos de estruturantes, sendo eles: Nossa Revista; Escola Normal; Biographia; Conteúdos de Francês; Conteúdos de Português; Noticiário; Expediente Oficial e Relatórios. Cabe ressaltar que os noticiários eram divididos em subtemas.

Os elementos estruturantes possibilitaram um olhar mais atento para observar e classificar os diferentes tipos de publicação da revista. Assim, delimitamos os seguintes tipos de publicações: Produções de alunas da Escola Primária; Cantos Infantis; Noticiário; Relatórios; Expediente Oficial; Conteúdos de Português; Conteúdos de Francês; Produção de estudantes; Traduções; Divulgação de Eventos; Biografia; Correspondência; Parecer; e Artigos. A seguir apontamos algumas características desses tipos de publicações.

As produções de alunas da Escola Primária foram três, sendo publicadas no ano de 1907, eram descrições solicitadas pela professora Elvira Faria Paraná da 2ª Cadeira Promíscua da Capital.

Os Cantos Infantis foram publicados nos números 1 e 2 de 1908, e para além das letras dos cantos, *A Escola* apresentou como o professor deveria organizar as crianças para realizar a brincadeira, considerando o que a canção indicava.

Os Noticiários aparecem praticamente em todos os números da revista *A Escola*, com exceção dos números 6/7 e 10 de 1907, 6/8 de 1908, 1 e 4/5 de 1909 e 1/3 de 1910, alocados, geralmente, nas páginas finais, tendo sido organizados por meio da divisão em temas, sempre visando noticiar um fato ocorrido ou algo que estava por vir.

Os Relatórios foram assinados por professores que atuavam em escolas da Capital paranaense, pois esse tipo de publicação era uma exigência do Regulamento da Instrução Pública. Cabe ressaltar que esse tipo de publicação não se faz presente em todos os números da revista, pois compuseram tão somente os números 1, 2 e 4 do primeiro ano de publicação de revista, em 1906. Nesses relatórios, os professores, ao cumprirem a determinação presente no artigo “62 n. 11 do Regulamento da Instrução Pública” (*A ESCOLA*, 1906, ano 1, n. 1, p. 17), descreviam a realidade em que atuavam, pontuando e contabilizando os materiais e recursos disponíveis na instituição, bem como os métodos e modos de ensinar utilizados. Esse espaço foi usado para solicitar melhorias para a qualidade no ensino.

O referido documento aponta a seguinte exigência:

[...] 11^o dirigir ao diretor-geral, por intermédio dos inspectores escolares, no fim de cada anno, um relatório sobre os estado de suas escolas, mencionando o nome, dos alumnos, acompanhado de um mappa em que figurem todos eles, com as declarações respectivas sobre cada um (PARANÁ, 1901, n. 93, p. 101).

Os relatórios divulgados nos números supracitados da revista correspondem àqueles referentes ao final do ano de 1905, como colocado pela própria revista. Segundo a publicação, os professores que atenderam a legislação foram:

Brazilio Costa, Julia Wanderley, Lourenço de Souza, Vidal Natividade, Raymundo Ramos, Antonia Reginato, Elvira Faria, Leonor Machado, Alexandrina Pereira, Amelia França Gomes, Itacelina Teixeira, Oliveira Caron, Josephina Rocha, Carolina Moreira, Maria da Luz Ascensão e Maria Rosa Bittencourt. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 17).

Entre os professores, apenas três deles tiveram seus relatórios publicados, sendo eles: Julia Wanderley; Josephina Rocha; e Lourenço de Souza. Os critérios usados para essas escolhas não constam descritos, apenas há a informação de que “daremos publicidade a alguns desses interessantes trabalhos” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 17).

Expediente Oficial foi elemento presente em todos os números do ano de 1906 e no número de 1/4 da revista, sempre nas últimas páginas. Abordava uma gama de assuntos considerados oficiais, os quais estavam relacionados à carreira docente e ao financiamento da educação: nomeação; exoneração; remoção; licenças de professores; aposentadorias; verbas para a educação; dentre outros.

Conteúdos de Português, em grande parte, foram assinados por Conego Braga. Nesse tipo de publicação, estiveram presentes diferentes elementos gramaticais. Tais conteúdos constaram em todos os anos (1096, 1907, 1908, 1909, 1910) da revista *A Escola*, porém não se fizeram presentes em todos os números.

Conteúdos de Francês eram assinados por Conego Braga e se fizeram presentes nos de 1906 e 1907, em números específicos (3 e 4 de 1906 e 1/4 e 6/7 de 1907). Faz-se necessário destacar que os conteúdos tinham continuidade no próximo número, assim sendo, os números 3 e 4 de 1906 abordam a mesma

temática, o mesmo aconteceu nos números 1/4 e 6/7 de 1907. Nessas publicações, Conego Braga abordava elementos da gramática e da pronúncia francesa em forma de palestras.

Em Produção de estudantes, encontramos publicações de estudantes da escola primária da época e da Escola Normal, que foram elaboradas para atender determinadas lições solicitadas pelos professores. A publicação desses trabalhos foi considerada, por Marach (2007), como uma forma de aumentar o número de assinantes da revista:

A partir de 1909, nota-se uma maior variedade de colaboradores, visto, que para além daqueles que já participavam, alunos e jovens normalistas passaram a assinar os artigos. Nos primeiros anos, ao contrário, a revista, mais seletiva, havia publicado apenas professores do Gymnasio, bem como outros intelectuais de destaque na imprensa local (MARACH, 2007, p. 25).

Outro fator a se considerar naquele contexto é a possibilidade de divulgar os trabalhos (modelos) dos estudantes do Paraná, para servir de exemplo e para disseminar o que estava sendo feito nesse estado.

As Traduções estiveram presentes na revista, permitindo visualizar quais conteúdos e excertos foram considerados importantes para serem traduzidos e publicados.

A tradução de “A Pedagogia e a Eschola”, original de “uma das sessões do Congresso do Livre Pensamento, em Buenos Aires”,¹⁵ assinado por Alicia Moreau, salientou a necessidade de que a educação comece desde cedo, pensando em uma educação que fosse capaz de abranger a ciência como fundamento do ensino secundário e normal. Para tanto, “[...] necessário seria abandonar o methodo mnemotechnico; assaz arraigado em nossa eschola, tornando o ensino experimental” (MOREAU, 1906, ano 1, n. 10-11, p. 159). Esse excerto reforça a necessidade de instruir o mais cedo possível, tornando o ensino prazeroso, de forma que as crianças não precisassem decorar conteúdos inúteis. Para tanto, o ensino precisava ter dois fins, que seriam:

[...] educar o indivíduo disciplinando-lhe o espírito, facilitando-lhe o desenvolvimento, mental e dar-lhe a somma de conhecimentos que permitam, não só suas relações com os semelhantes, mas também,

¹⁵ Informação divulgada em nota de rodapé da revista *A Escola* (1906, ano 1, n.10-11, p. 155).

do ponto de vista prático, uma base para sua ação na sociedade actual, o desenvolvimento da industria e a intervenção cada vez maior da sciencia na vida diaria, é a que do ponto de vista pratico pode responder melhor ao objeto da educação (MOREAU, 1906, ano 1, n. 10-11, p. 156-157).

As intencionalidades do ensino moral e prático estavam diretamente relacionadas aos interesses republicanos. O ensino moral e prático buscava inculcar o princípio de obediência à pátria, do homem bom e seus vícios, trabalhador incapaz de se rebelar contra o novo modelo de sociedade e pregava os conhecimentos científicos responsáveis pelo desenvolvimento econômico, ocupando lugar nos grandes centros. Esse ensino, de certa forma, fazia parte do cotidiano das pessoas que precisariam saber sobre esses aparatos, em especial, ter conhecimentos para manutenção e reprodução deles.

O excerto intitulado “A geometria”, assinado por Lysimaco Ferreira da Costa (1907), foi traduzido, especialmente, para a revista *A Escola* e trouxe a diferença entre a função do ensino do Gymnasio e da Escola Normal, bem como teceu considerações sobre a função do professor quanto ao ensino de geometria. Enquanto a tradução intitulada “O self-government na escola”, oriunda da revista *Minerva*, de Roma, apresentou uma experiência pedagógica que consistiu em “[...] confiar o governo da escola, no que concerne á disciplina, á ordem e a boa conduta, aos próprios alumnos, estimulando, assim, o seu amor próprio e o seu sentimento de responsabilidade” (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 173-175).

Nas publicações, eram comuns Divulgações de eventos, que abordavam dias, locais e temas de eventos considerados importantes para os professores paranaenses, os quais, portanto, deveriam participar.

Em Biografia, há publicações sobre a vida de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Carlos Gomes. O primeiro foi enfatizado como “um dos maiores henemeritos da instrução no Brazil” (P. C., 1906, ano 1, n. 5, p. 93-95). O segundo foi colocado como “o maior cultor musical do Novo Continente” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 6, p.106-107).

A Correspondência era um tipo de publicação que apareceu no corpo da revista e foi assinada por Raymundo Silva. Trata-se de “Germenismo em Santa Catharina”, correspondência de S. Francisco, Santa Catarina, ao *Diario da Tarde*, imprensa de Curitiba, que traz uma crítica sobre as influências dos alemães em relação à Santa Catarina (SILVA, 1910).

O Parecer diz respeito ao documento assinado pela comissão, composta por João Podelek Boué, Lysimaco Ferreira da Costa, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, sobre o Compêndio de Pedagogia elaborado por Dario Vellozo. Nesse parecer, consta a organização do compêndio, que diz respeito aos anos no curso da Escola Normal e às lições para esse grau de ensino, bem como a indicação de que essa obra deveria ser adotada pelo Governo do Estado (BOUÉ; COSTA; MACEDO, 1906, ano 1, n. 6-7, p. 72-74).

Do Artigo, faziam parte os textos que, com base em seus conteúdos e especificidades, a nosso ver, não puderam ser classificados nos tipos de publicações que elencamos anteriormente, visto que os artigos, assim por nós nomeados, possuem objetivos próprios, como denunciar, criticar, informar, pontuar elementos de cunho moral e cívico.

Feita a apresentação dos tipos de publicações que compuseram a revista *A Escola*, discorreremos, no próximo tópico, a respeito dos métodos de ensino presentes na revista, buscando com isso tecer considerações sobre as colocações dos colaboradores, bem como perceber os interesses pelo Método Intuitivo em detrimento a outros métodos.

2.5 MÉTODOS MENCIONADOS NA REVISTA

Nas páginas da revista *A Escola*, deparamo-nos com o uso do termo método, às vezes sozinho ou, por vezes, acompanhado de um segundo termo que o especifica. Vejamos, no quadro a seguir, como o termo método foi aparecendo nos diversos tipos de publicações:

Quadro 4 – O termo método na revista *A Escola* (continua)

| ANO | TÍTULO | TIPO DE PUBLICAÇÃO | AUTOR | TERMOS USADOS |
|------|--------------------|--------------------|-------------------------|---|
| 1906 | A Escola | Artigo | Sebastião Paraná | Metodo |
| 1906 | Syntaxiologia | Syntaxiologia | Conego Braga | Methodo Syntactico Intuitivo |
| 1906 | Relatorios | Relatorio | Julia Wanderley Petrich | Methodo Inductivo ou Analytico, Deductivo ou Synthetico |
| 1906 | Inspetoria Escolar | Noticiario | | Licçoes de Cousas |

Quadro 3 – O termo método na revista *A Escola* (continuação)

| ANO | TÍTULO | TIPO DE PUBLICAÇÃO | AUTOR | TERMOS USADOS |
|------------|------------------------------------|---------------------------|---|---|
| 1906 | Relatorio | Relatorio | Josephina Carmen Rocha | Intuitivo |
| 1906 | Recreios | Noticiário | | Licções |
| 1906 | Epistolas Pedagogicas | Epistolas Pedagogicas | F.R.A. Macedo | Methodos de Ensino Inductivo, Deductivo, Licções |
| 1906 | A Nossa Historia | Artigo | Verissimo De Souza | Methodo Moral De Giraldo Intuitivo |
| 1906 | A Pedagogia e a Escola | Tradução | Alicia Moreau | Licção de Cousas. Methodo Mnemotchnico, Ensino Experimental |
| 1907 | Conferencias Pedagogicas | Noticiario | | Methodos de Ensino |
| 1907 | Parecer | Parecer | João Podelek Boué, Lysimaco Ferreira da Costa, Francisco R. Azevedo Macedo. | Methodos de Ensino, Licções de Cousas |
| 1907 | A Geometria | Tradução | Lysimaco F. da Costa | Methodo, Methodo de Ensino, Methodo de Trabalho, Methodos de Demonstração |
| 1907 | Subsidios Pedagogicos | Artigo | Dario Vellozo | Methodos, Methodos de Ensino |
| 1907 | O Ensino Romano e a Escola Moderna | Artigo | P. João B. Peters | Methodos |
| 1907 | Ensino Didactico | Artigo | Georgina Mangruel | Methodos |
| 1907 | A Escola-Modelo Anglo-Saxonia | Artigo | Rocha Pombo | Methodo |
| 1908 | Instrução Publica | Artigo | N.R | Lições de Experiências |
| 1908 | Projecto | Projecto | Diario | Methodos Adoptados, Lições de Cousas. |
| 1908 | O Ensino Nacional | Artigo | Manoel P. Frazão | Intuitivo |
| 1908 | Educação Agricola | Artigo | Francis Aliston Channing | Methodos, Lição de Cousas |
| 1908 | Pedagogia | Artigo | Ermelino de Leão | Methodo |

Quadro 3 – o termo método na revista *A Escola* (conclusão)

| ANO | TÍTULO | TIPO DE PUBLICAÇÃO | AUTOR | TERMOS USADOS |
|------|--|--------------------|---|--|
| 1908 | Principios Didacticos | Artigo (Notas) | Maria Esther Ferreira De Souza | Methodo De Pestalozzi, Inductivo, Deductivo. |
| 1908 | Compendio de Pedagogia | Artigo | J.B.V | Methodos |
| 1909 | Assumptos Pedagogicos | Artigo | Raul Gomes | Methodos Do Tico-Tico |
| 1909 | Subsidios Pedagogicos | Artigo | Dario Vellozo | Methodo, Methiodos De Ensino |
| 1909 | As Escolas | Artigo | Rachel Prado | Methodo De Ensino |
| 1910 | As Theses | Artigo | | Compendios De Methodos |
| 1910 | Congresso dos Professores | Artigo | | Intuitivo, Methodos |
| 1910 | Simple Opnião | Artigo | Antonia Reginato Vianna (Professora Normalista) | Methodos |
| 1910 | Ferrer e Seu Methodo | Artigo | | Methodo |
| 1910 | A Reforma da Escola de Francisco Ferrer | Artigo | Fancisco Ferrer | Methodos |
| 1910 | Educação Esthetica | Artigo | Verissimo De Souza | Methodo |
| 1910 | Ligeira Excursão Pelos Dominios da Psychologia Do Ensino | Artigo | Dr. Claudino Dos Santos | Methodos |
| 1910 | Bibliographia | Bibliographia | Conego João Evangelista Braga | Methodo |
| 1910 | Esripturação Mercantil | Noticiario | Verissimo De Souza | Methodo |

Fonte: elaborado pela autora conforme informações presentes na revista *A Escola* (1906-1910) (2020)

No quadro, observam-se os termos que foram utilizados pelos colaboradores em suas publicações, termos esses que auxiliam na compreensão de como os métodos foram pensados e em quais espaços foram discutidos. O termo método aparece de duas formas: sozinho e acompanhado de um termo

complementar.

O termo método apareceu nas discussões de diferentes tipos de publicações, sendo elas: Noticiário; Relatórios; Expediente Oficial; Conteúdos de Português; Conteúdos de Francês; Produção de estudantes; Traduções; Divulgação de Eventos; Biografia; Correspondência; Parecer e Artigos. Neste espaço, apresentamos como o termo aparece na revista, bem como quais os termos que o acompanham.

Sebastião Paraná (1906) asseverou que o método não era mais importante que o trabalho do professor, pois o uso do método, para ele, só faria sentido após o professor ter educado a “faculdade” dos alunos, o que deveria ser feito pelo exercício racional. Nessa perspectiva, o método viria:

[...] na coordenação das materias, não só conforme a teoria geral do ensino, como em face das particularíssimas condições de cada um de seus discípulos, especialmente no que toca á maior ou menor energia cerebral, á saude e às tendencias, germen da vocação (PARANÁ, 1906, ano 1, n. 1, p. 2).

A forma como esse colaborador expôs suas concepções sobre o método evidencia que não seria possível a adoção de um único tipo para atender as necessidades de cada aluno. Ademais, para ele, o método seria um condutor das matérias, e não a estrutura central do próprio ensino.

Há aproximações entre as concepções de Paraná (1906) e Petrich (1906), pois essa professora normalista considerou que o método deveria variar conforme o grau de adiantamento de cada aluno. Ela conduzia o seu trabalho “[...] aplicando uma vezes o methodo inductivo ou analytico e outras o deductivo ou synthetico, procuro sempre tornar intuitivas e claras as explicações dadas, para que as alumnas possam assim comprehender, assimilar e reter a lição ministrada” (PETRICH, 1906, ano 1, n. 1, p. 23). Nota-se a preocupação em atender a cada aluna com um método diferente, a fim de garantir a retenção da lição.

O modo como os dois colaboradores se posicionaram quanto ao método se distancia do que foi colocado pelos preceptores do Método Intuitivo, isto é, que o Método Intuitivo era suficiente para ensinar a todos. Isso nos faz pensar sobre as possibilidades que levaram a esse distanciamento, a falta de formação para os professores segundo os preceitos do Método Intuitivo, as duas vertentes sobre o lugar e o uso das Lições de Coisas no ensino. Somadas a essas questões, com

vastas discussões bibliográficas, colocamos a condição do professor que é obrigado, via regimentos, a adotar práticas e métodos, porém nem sempre recebe formação e acesso a recursos necessários para tais práticas. Convém salientar, conforme destacado pela própria professora Petrich (1906), que não havia muitos recursos e os que existiam eram adquiridos com recursos próprios. Quanto a isso, podemos pensar sobre o quanto as mudanças educacionais evidenciam os problemas enfrentados no dia a dia dos professores.

No contexto escolar, pouco se pode aproveitar das exigências legais, elaboradas para atender números que não consideram as realidades. Em espaços com materiais e professores formados, é possível a realização do que se propõe, porém esses espaços não podem ser considerados como base para aqueles que não possuem prédios específicos para tal fim, condição comum no Paraná no início do século XX.

Em sua *Epistolas Pedagógicas*, dirigidas a Sebastião Paraná, Azevedo Macedo (1906), ao comentar sobre a obra de Dario Vellozo, cita como elas foram organizadas para atender o curso trienal da Escola Normal. Com isso, ele apresenta as lições de cada ano. Verifica-se que a “7ª lição” para o 1º ano do referido curso era “metodos de ensino em geral (definições): Inductivo, deductivo” (MACEDO, 1906, ano 1, n. 8-9, p. 136). Com isso, podemos aferir que, no Compêndio, elaborado para formar professor, existiu a discussão sobre os métodos de ensino.

Verissimo de Souza (1906) se colocou favorável ao uso do método, para ele, o professor poderia “adaptar o método moral de Girard” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 8-9, p. 141) para ensinar os alunos e os conteúdos de história. Para tanto, ele frisou sobre a necessidade de organização de um compêndio para esse fim.

Alicia Moreau (1906) assinou a tradução de *A Pedagogia e a Eschola*, trabalho que foi lido em Congresso, em Buenos Aires. Na referida tradução, ao defender a ciência enquanto fundamento para o ensino secundário e normal, acentuou que seria necessário abandonar o “Methodo Mnemotechnico” e tornar o ensino experimental.

Dario Vellozo, no artigo *Subsidios Pedagogicos*, defende que “uteis e seguros methodos de instrução e educação, adaptáveis ao meio, com perfeito conhecimento do habitat e do homem” (VELLOZO, 1907, ano 2, n. 1-4, p. 1), seria um dos caminhos para resolver o problema que, segundo ele, era pedagógico:

[...] a supposta decadencia de raças, exgottadas num perpassar de millenios, incompativeis com o progresso, incapazes de assimilar a civilização hodierna e combater vantajosamente pela vida, a par de outras raças, mais novas, talvez, no scenario da Historia, menos remotas em tradições, não repouza em fatalidade ethnica, numa irremediável anemia, numa irreparável ausência de vitalidade orgânica [...].

O autor, em *Subsidios Pedagogicos* de maio de 1907, pontua que o método é necessário para evitar o fracasso. Em suas palavras,

[...] o methodo, a acção contínua e perseverante são necessarios para evitar o fracasso dos tentames por mais judiciosos, dos trabalhos por mais louváveis. A evolução, lenta mas segura, requer orientação, labor e tempo (VELLOZO, 1907, ano 2, n. 5, p. 49).

A subdivisão do Noticiário, *Conferencias Pedagogicas*, ao informar sobre o acontecimento de duas conferências ocorridas, destacou que, em uma dessas, Dario Vellozo tratou dos diferentes métodos de ensino, bem como os modos de empregá-los (A ESCOLA, 1907).

No *Parecer*, de 1907, encontramos o termo método presente nas lições que compunham o Compêndio de Pedagogia. Com isso, observamos a 7ª lição para o 1º ano da Escola Normal que tratava dos “metodos de ensino em geral (definições)” e a 2ª lição para o 2º ano do mesmo curso “metodos de ensino (exposição), inductivo, deductivo, subdivisões” (BOUÉ; COSTA; MACEDO, ano 2, n. 6- 7, p. 73).

Ao olhar para as colocações de Lysimaco (1907) sobre a importância do ensino de geometria nas escolas normais, percebemos que ele não só utiliza o termo método diversas vezes, como aponta um diagnóstico sobre o ensino no período, pois, segundo ele, os estudantes queixavam-se da quantidade de conteúdo a ser aprendido, de que lhes faltava a experiência com um método de trabalho. Para esse colaborador, o método faria toda diferença no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, por meio do método correto, os alunos aprenderiam sem a necessidade de “devorar livros”. Acrescentou que o fracasso do aluno era decorrente do método usado pelo professor. Para solucionar esse problema, ele afirmava que o professor deveria voltar sua atenção “[...] especialmente para as definições, metodos de demonstração e teorias

fundamentaes, de modo a dar aos seus alumnos um solido fundamento, capaz de norteá-los logo que penetrem no seio da matéria”. (COSTA, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 73-78). Agindo dessa maneira, o professor possibilitaria que o aluno tivesse contato com um método de trabalho e, com isso, pudesse resolver sozinho os teoremas de geometria.

Diferentemente de Lysimaco (1907), Dario Vellozo (1907) enfatizou que a mudança do método por si só não resolveria o problema da instrução, pois seria mais vantajoso repensar acerca dos programas e conteúdos a serem ensinados. Para ele:

A reforma dos *regulamentos*, o clamor contra os *methodos* é insufficiente; mais adiantaria substituir os *programas*, melhor distribuir as matérias, selectadas com sobriedade e critério. Por superiores que sejam os *methodos* de ensino, o professor está adstricto aos programas, arcaicos e tremendos, espalhafatosos, complexos e inassimiláveis... A questão já não é só de *como ensinam*, mas, principalmente, *do que ensinam* (VELLOZO, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 111).

A crítica de Vellozo (1907) repousa no fato de que os regulamentos traziam a mudança do método, porém, segundo ele, não havia um interesse em mudar os conteúdos a serem ensinados, esses eram obsoletos e, portanto, distantes da concepção de ensino voltado para a vida, concepção essa fortemente defendida por ele.

João B. Peters (1907), em seu artigo *O ensino romano e a escola moderna*, usou do termo método para justificar que, indiferente do contexto, o método tem como finalidade o “aperfeiçoamento do homem como indivíduo e no preparo do mesmo como membro da collectividade” (PETERS, 1907, a. 2, n. 6-7, p. 113).

Georgina Mongruel (1907) menciona o termo método em seu artigo *Ensino Didactico* da seguinte forma:

[...] compreenderemos muito facilmente o deplorável efeito que causa na educação de nossos jovens filhos, a entrada na vida pratica de normalistas recentemente sahidos da Escola, a cabeça cheia de theorias, mas completamente inhabeis na applicação dos *methodos* da *diversidade* de intelligencias que lhes são confiadas (MONGRUEL, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 115 -116).

A colaboradora criticava as alunas que entravam de imediato no curso normal, pois as concebia como pessoas com a cabeça cheia de teorias, porém incapazes de aplicar os métodos. Para ela, seria preciso que as alunas frequentassem o curso preparatório com duração de um ano, antes de frequentar o da Escola Normal.

Ao descrever a formação na Escola Normal, Mongruel anotou a relação entre as normalistas e a Escola de aplicação, enfatizou a organização da *licção didáctica* e da *licção modelo*. A segunda, caracterizada pelo momento em que:

É trazida uma nova classe e o seu professor lecciona deante dos assistentes. Os alumnos normalistas tomam suas notas e apresentam, escripta, no dia seguinte, uma critica completa da licção; o assumpto em resumo, _ os methodos empregados, _ porque taes methodos em taes circumstancias e não outros, em que ponto o professor foi mais hábil e, se deixou de o ser, citar-lhe os defeitos (MONGRUEL, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 116).

Rocha Pombo (1907), ao discorrer sobre *A Escola-Modelo Anglo-Saxonia*, descreveu como o método era utilizado:

Isso fazem ali mesmo, durante a aula, sob as vistas do professor (o qual percorre as filas dos alumnos, respondendo ás questões que lhe são feitas, ajudando o menino a achar a solução das dificuldades que vae encontrando, rectificando de prompto os maos methodos de trabalho [...]) E eis ahi o unico methodo pedagógico eficaz, aquelle que consiste, como diz Montaigne, em *polir seu cerebro contra o cérebro do professor* [...] Eu proprio vi outrora praticar este methodo com successo na Escola dos Altos Estudos, na Sorbona, sob a direcção de M. Gabriel Monod. Mas não conheço de semelhante methodo mais que um ou dous exemplos em nosso ensino secundário. No entanto, as consequências deste methodo de trabalho são decisivas, sobretudo se compara com o que se passa nos nossos lyceos e collegios [...]. As consequências desses dous methodos tão differentes_ continua o Dr. Demolins_ se fazem sentir muito além da escola: influem sobre toda a vida do menino (POMBO, 1907, ano 2, n. 8-9, p. 127-129).

Para Pombo, o método acompanha o aluno para a vida, pois uma vez que o professor ajudasse o aluno a solucionar as dificuldades encontradas na realização de alguma atividade, este teria condições para, mais tarde, solucionar os problemas do cotidiano, visto que saberia identificar o melhor método para isso.

O termo *Methodos adoptados* foi citado no artigo 3º do *Projecto* do Congresso Legislativo do Estado do Paraná.

O poder executivo deverá commissionar anual ou biannualmente, por tempo determinado, até 3 professores ou professoras de instrução primaria, dos mais hábeis e aptos, para estudarem a organização, disciplinas e methods adoptados nos Estados, onde a educação for mais moderna e completa, afim de fazerem nas escolas diversas circumscripções escolares do Estado preleções, oraes sobre os methods mais preconizados de ensino, seguidos nos centros mais adiantados, mostrando ao mesmo tempo como devem ser ensinadas pratica, intuitiva e synteticamente todas as matérias ou disciplinas elemental primário, intermediário e complementar, principalmente qual o methodo mais facil e racional de ensinar a ler e escrever [...] (CONGRESSO LEGISLATIVO DO PARANÁ, 1908, ano 3, n. 1, p. 17-18).

Era comum a visita desses professores às escolas paulistas, consideradas modelos a serem seguidos, pois suas instituições contavam com os mais modernos materiais didáticos, bem como a adoção do Método Intuitivo como método de ensino. Ao voltar, esses professores ensinavam o que tinham visto àqueles que não foram, pois acreditavam que tal prática formasse o professor moderno. No entanto, convém destacar que nas escolas paranaenses, os recursos didáticos eram escassos e isso dificultava a prática dos professores no retorno para suas realidades de ensino.

No artigo *Educação Agricola* de Francis Aliston Channing (1908), o termo “methodo” foi usado para afirmar que:

[...] o objetivo das escolas dinamarquezas tem sido o de fortalecer a capacidade cerebral, a facilidade dos methods lógicos, o despertar a paixão pelo campo e a seriedade no proposito de bem se desempenhar de todos os deveres cívicos e pessoaes [...] Elle veio a verificar nas suas propriedades que os rapazes que tiveram o ensejo de se educar um pouco, que aquelles que entendem os modernos methods de fertilizar as terras, só obtêm um pequeno salario pelo trabalho que executam [...] Possuimos importantes escolas agrícolas, como as de Cirencester, Dowton’s pátria, etc. onde se ensinam as applicações scientificas e praticas dos princípios e methods da cultura agrícola no que ella oferece de melhor (CHANNING, 1908, ano 3, n. 1, p. 60-61).

O excerto anterior evidencia um fato comum nas publicações da revista *A Escola*, isto é, as abordagens do ensino em outros contextos considerados modelares. Isso por adotarem o ensino moderno, o método moderno e, com isso, tornar a sociedade produtiva, caminho esse desejado para a educação agrícola do

Paraná.

O termo método esteve presente no artigo *Pedagogia* de Ermelino de Leão (1908). Ao discorrer sobre o *Compêndio* de Dario Vellozo, o autor considerou que a história da Pedagogia é importante, pois “é a experiência colhida através das idades e dos ambientes que guia os nossos passos na investigação dos melhores métodos, na adaptabilidade dos melhores processos do ensino: as gerações mortas transmitem às vivas estes grandes ensinamentos” (LEÃO, 1908, ano 3, n. 1, p. 73).

O colaborador acrescenta ainda que “[...] o método, dil-o a prática, demonstra a excelência do livro: após cada expositivo da lição, vem o *synthetic schema*, abrangendo as linhas gerais, os principais relevos do capítulo estudado” (LEÃO, 1908, ano 3, n. 1, p. 73).

No artigo *Princípios Didáticos*, a professora normalista Maria Esther Ferreira de Souza (1908, ano 3, n. 1, p. 89), ao afirmar que “a qualidade primordial do ensino é a *intuição*”, situa a necessidade de usar do “excelente método de Pestalozzi”, pois dessa forma o professor “transmite os conhecimentos exercitando e aproveitando os sentidos corporais das crianças”.

O colaborador J. B. V. (1908), ao dissertar acerca do *Compêndio* de Pedagogia, salienta que, nas páginas deste, continha a “exposição dos mais aceitos métodos pedagógicos” (J. B. V., 1908, ano 3, n. 1, p. 91).

Raul Gomes (1909) utilizou do termo método para exemplificar a crítica por ele feita, visto que, conforme esse colaborador,

[...] desconhecer a pedagogia é deixar-se ficar na anarquia apavorante dos ranceiros métodos do *tico-tico*; é apegar-se, com os tentáculos do ignorantismo crasso, à intolerável coorte dos piores meios de transmissão de ensinamentos que, séculos e séculos, no domínio da instrução, teve fora de cidade” (GOMES, 1909, ano 4, n. 1, p. 24).

Dario Vellozo (1909), em seu artigo *Subsídios Pedagógicos*, fez uso do termo método em algumas passagens:

Os vícios da nossa organização escolar desapareceriam sem grandes sacrifícios, apenas com energia e método [...] E’ abri- os: e as decepções multiplicam-se aos olhos do pedagogo: uns, irriscerios e ridículos, sem vibração e estilo, phanstasticos e inverossímeis, _ são *livros de leitura*: a moral que encerram é a toleima theologica,

ambigua e falsa, nem civismo, nem directriz, nem methodo, nem ordem; outros pesadões, recheiados, inutilmente minuciosos, calcados nos mesmos vetustos moldes dos manuais archaicos, _ são *compendios de geografia e historia*: trazem a relação de todos os rios, ilhas, peninsulas, cabos, montanhas, paizes cidades, etc., etc., etc.; mas não dizem o papel de um rio na economia dos povos, o valor de um porto, a importancia de uma cidade; trazem todos os factos e pormenores que se prendem aos reis, aos tyrannos, aos aulicos, o tamanho do nariz de Cleopatra, a elegancia da Pompadour, os amores de Pedro I, mas não dizem os costumes, a evolução dos usos e das ideas, o caminho dos povos, sua marcha atravez das edades (VELLOZO, 1909, ano 4, n. 2-3, p. 50-51).

No artigo *As Escolas*, Rachel Prado (1909) enfatiza que a falta de métodos traz resultados negativos para as aprendizagens das crianças. Nas palavras da autora: “Assim é que há diversas escolas em que os professores não têm um methodo de ensino justificavel e aprofitavel: as creanças continuam a fazer uma barafunda de tudo quanto aprendem sem tirar um resultado satisfactorio” (PRADO, 1909, ano 4, n. 1, p. 79).

No artigo intitulado *As Theses*, o termo método foi usado para tratar dos elementos elencados para justificar o fracasso dos congressos realizados. Com isso, a sétima tese trouxe a seguinte ideia:

[...] se refere a assumpto tambem aventado por nós, diversas vezes. Os livros actuaes, em grande parte, não satisfazem aos interesses do Estado e da Patria, por que longe tambem dos modernos dictames pedagogicos e do momento social que atravessamos. São compêndios de methodo condemnado, alguns, outros, como os livros de historia, menos verídicos e imparciaes na exposição dos fastos nacionaes (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 129).

O artigo *Congresso dos Professores* trouxe a concepção de que a pedagogia é um assunto complexo, cujos “[...] methodos evoluem constantemente, aperfeiçoando-se de anno para anno recebendo sempre novos subsídios de novas orientações” (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 131).

A professora normalista Antonia Reginato Vianna (1910), ao anotar sua opinião, fez uso do termo método diversas vezes:

Um dos pontos, porém, que mais me prendeo a atenção, quando o illustre orador usou da palavra, foi aquelle em que disse *ser altamente conveniente dar ampla liberdade aos professores para a escolha dos compendios e methodos que melhores resultados tragam a cada um*. [...] O professor primário, uma vez sendo guiado

com o maximo criterio durante o lapso de tempo em que recebe o precioso preparo para vir a ser educador da infância, saberá, também com criterio e acerto escolher os methodos e compêndios de conformidade com a natureza das creanças e exigências do meio [...]. Esses obstáculos eu agora julgo conhecel os todos, consistindo eles especialmente na custosa selecção de methodos e compendios que satisfaçam plenamente as exigencias pedagogicas, consoante o meio em que o preceptor exercite sua actividade. [...] emendei-me e permiti-me o direito de ir paulatinamente substituindo os compendios e modificando o methodo por mim até ali seguido, e isso com real proveito para meos alumnos, sem notavel desperdicio de forças, devido indubitavelmente á suavidade então encontrada na transmissão do ensino. [...] declaro-me francamente ao lado dos que pugnam pela ampla liberdade aos professores, para a escolha dos compendios e methodos que melhores resultados tragam a cada um (VIANNA, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 137-138).

Vianna (1910), como professora normalista, era contrária à imposição de métodos aos professores. Para ela, o professor em sala de aula seria capaz de perceber as dificuldades dos alunos e por isso os métodos e compêndios deveriam ser escolhidos por eles. É importante mencionar que, ao fazer referência ao “illustre orador”, a professora diz respeito a Azevedo Macedo, que expôs suas considerações sobre a questão: “Haverá conveniência para o Brazil na unificação da instrução publica?” Essa questão foi discutida juntamente a outros nomes, que participaram ativamente do Congresso, sendo eles Conego Evangelista Braga, Lysimaco Costa, Verissimo de Souza, Lourenço de Souza, Dario Vellozo e Dr. Sebastião Paraná (COSTA; MOREIRA; SOUZA, 1910, ano 4, n. 1-3, p. 123-127). Convém salientar que Lourenço de Souza (1910) acrescentou outros três colaboradores para essas discussões, sendo eles Julio Theodorico, Victor Grein e Avelino Lopes (SOUZA, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 122-123).

A questão supracitada referiu-se à segunda das dez teses discutidas no Congresso. Esta, assim como outras, não tinha consenso entre os congressistas ativos, enquanto para uns a escola do método e dos compêndios deveria ser universalizada e caberia ao Estado a oferta desses materiais aos alunos, já outros afirmavam que a universalização dos métodos e compêndios seria impossível por conta do tamanho do país e acrescentavam que os professores — pessoas que conhecem a realidade escolar e o nível intelectual de cada aluno — teriam condições de escolher os melhores métodos e compêndios a serem adotados em sua classe (A ESCOLA, 1910).

No artigo intitulado *Ferrer e o seu methodo*, encontramos a seguinte

assertiva:

Ninguem melhor do que elle soube condemnar debaixo de formulas preciosas as demonstrações da psychologia e da philosophia para estabelecer um methodo de educação capaz de colocar o ensino em conformidade com as leis naturaes, o professor em perfeita condição de comprehender o adolescente (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 144).

A morte de Ferrer foi comparada na revista a um “grande maremoto”, pois acreditava-se que sua forma de ensinar era condizente com as leis naturais, sendo o seu ensino baseado na ciência e nos fatos. Ele criticava o ensino distante do cotidiano, no qual os alunos aprendiam a aceitar a sociedade sem questioná-la; pois, para ele, era preciso pessoas capazes de transformá-la, para tanto, propunha o ensino atrelado ao cotidiano e à natureza, visto que isso permitiria a aplicação dos dados da ciência.

O artigo *A Reforma da Escola de Francisco Ferrer* possui citações sobre o termo método:

Grave erro seria crer que os dirigentes não hajam previsto os perigos que para elles traz consigo o desenvolvimento intellectual dos povos e que portanto precisavam mudar de meios de dominação; e, effectivamente, seus methodos adaptaram-se ás novas condições de vida, esforçando-se para melhor encaminhar as idéas, a evolução (FERRER, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 147).

Na concepção de Ferrer, era necessária a mudança na forma de ensinar, bem como era preciso ensinar por meio das leis naturais, uma vez que os governantes já não podiam restringir a educação das massas, pois “[...] os progressos da sciencia e os múltiplos descobrimentos revolucionaram as condições do trabalho e da produção; já não é possível que o povo permaneça ignorante” (FERRER, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 146). Sendo assim, era preciso reformar a escola, para que ela pudesse contribuir para a liberdade das crianças. Ademais, ele fez críticas aos governos que usam da instrução para conformar de acordo com seus ideais, e aos professores que, conscientemente ou não, se conformam com a dominação e ensinam de modo a obedecer à estrutura governamental.

Verissimo de Souza (1910) fez uso do termo método para defender o ensino da música nas escolas primárias, para ele, o “[...] ensino desta arte requer

muito methodo e uma especial maneira de transmitir, e a organização d'uma *Artinha infantil* feita de acordo com a moderna pedagogia” (SOUZA, 1910, ano 5, n. 4-6, p. 210, grifo do autor). Nesse sentido, Claudino dos Santos (1910) fez as seguintes ponderações usando o termo método:

Não venho fazer a critica dos systemas entre nós adoptados, nem dos methodos de ensino em geral; outra a diretriz que tracei. Limito-me a coligir reflexões, perlustrando os domínios da psychologia infantil, sobre duas entidades, principaes e absolutas, que influem poderosamente sobre o desenvolvimento, sobre a sua integralização, sejam quaes forem os systemas e os methodos, sejam quaes forem os regulamentos e os programmas: A mãe e o mestre! (SANTOS, 1910, ano 5, n. 7-12, p. 264).

Conego Braga (1910), ao dissertar a respeito da *Grammatica Descriptiva* de Maximiano Maciel, ressaltou que “na 3ª parte ou *Syntaxiologia*, é, o estudo da palavra como *função*, collectivamente considerada, de pag. 252 a 408, excede a outros, pela orientação, método, concisão, clareza e originalidade característica ou genial, sistematizadora, exclusivamente, sua” [...] (BRAGA, 1910, ano 5, n. 7-12, p. 344).

Na subdivisão do Noticiário, *Escreituração Mercantil*, Verissimo de Souza (1910) teceu considerações sobre a obra do Dr. Modesto Carvalhosa, enfatizando que

[...] seu methodo é claro e o mais conveniente a uma exposição da matéria, facilitando aos estudantes mesmo insipientes a aquisição dos conhecimentos que lhes são imprescindiveis para o exercicio das profissões mercantis (SOUZA, 1910, ano 5, n. 7-12, p. 346).

Assim, temos um conjunto de anotações acerca dos métodos, as quais buscaram entendê-los, apresentá-los, criticá-los, defendê-los e sugeri-los. Olhar para os tipos de publicação permitiu direcionar o olhar desta pesquisa de mestrado para o Método Intuitivo, uma vez que considerando as especificidades dos tipos de publicações, percebemos na totalidade da revista que o referido método se tornou central. Pois, diferentemente de outros, ele diz respeito à proposta de educação moderna a ser implantada no contexto educacional do Paraná no início do século XX. Sobre os termos Método Intuitivo e Lições de coisas, discutiremos na próxima seção.

3 A PRESENÇA DO MÉTODO INTUITIVO E DAS LIÇÕES DE COISAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE SEGUNDO A REVISTA A ESCOLA

No final do século XIX, as discussões sobre a instrução pública paranaense baseavam-se nos ideais republicanos. Nessa perspectiva, a educação era concebida como “instrumento redentor” (NUNES, 2010), capaz de resolver os problemas sociais. Esse movimento foi decorrente de acompanhar o que era feito em países republicanos, a exemplo dos Estados Unidos e dos países europeus. Em território nacional, esse movimento ganhava força no Estado de São Paulo.

Para Souza (1998), o período Republicano brasileiro, em seus primórdios, teve como marca as transformações políticas decorrentes do interesse em superar a Monarquia. O significativo aumento de trabalhadores, tanto em regiões urbanas quanto em regiões rurais, evidenciou o elevado número de pessoas sem acesso à educação. Nesse contexto, São Paulo, na década de 1890, tem os primeiros Grupos Escolares, instituição marcada pela racionalidade científica e pela divisão de trabalho, e, diante de tais especificidades, não demorou muito para que esse modelo chegasse às demais regiões do País.

Conforme Souza (1998) e Nunes (2010), o movimento republicano foi liderado pela elite, grupo que tinha acesso à educação e que defendia discursivamente a educação a todos, pois com isso seria possível a civilização do povo brasileiro o que resultaria na constituição de uma sociedade moderna. Com base nessa assertiva, a educação serviu a interesses de pequenos grupos, em particular, a elite oligárquica republicana, uma vez que o objetivo era formar de acordo com valores pré-estabelecidos.

No Paraná, não foi diferente, circulava a ideia de que a educação era importante para a sociedade e isso desencadeou na abertura de novas instituições escolares. Para Marach (2007), essa expansão da instrução pública foi vista positivamente, uma vez que distanciava o Paraná do passado imperial quando existia apenas um estabelecimento de ensino secundário, o Liceu, que teve suas atividades suspensas por falta de alunos.

As mudanças do contexto, passagem de uma sociedade monárquica para uma sociedade republicana, aumento do número de trabalhadores livres resultante da abolição da escravatura, crença da educação como meio para a transformação do Brasil para um estágio moderno, culminou com o pensar acerca de

um método de ensino para o novo modelo educacional. Assim, o Método Intuitivo passou a ser defendido e disseminado como o mais adequado ao modelo educacional moderno no contexto do republicanismo.

Schelbauer (2003), ao traduzir excertos da obra de Buisson¹⁶ (1912), enfatiza a concepção do Método Intuitivo como método popular, que tinha como proposta partir da intuição como meio de conhecimento mais natural. Para a autora, isso justificava a escolha desse método para a educação republicana, pois um dos ideais desse modelo de sociedade era o educar a todos, educar para que esses fossem capazes de votar e serem votados. Decorrentes desse modo de pensar o Método Intuitivo, na segunda metade do século XIX, passou a ser destaques nos debates educacionais de Congressos Pedagógicos e Exposições Internacionais. Dentre as conferências citadas, a autora pontua a Conferência de 1878, *Conférence sur l'enseignement Intuitif faite aux instituteres delegates à Exposition de Paris*, pois, nesse evento, Buisson discutiu sobre a polêmica sobre o Método Intuitivo e Lições de Coisas. A polêmica em questão era decorrente de colocar as Lições de Coisas, por vezes, como um programa a ser trabalhado em todas as disciplinas e, por vezes, como uma disciplina única. Ao considerar essas duas possibilidades, Buisson fez críticas ao uso das Lições de Coisas como uma disciplina, pois defendia que deveria perpassar todas as disciplinas, conforme acontecia nos Estados Unidos.

A polêmica supracitada esteve presente nas publicações da revista *A Escola*, fato que nos permite o encontro com evidências sobre as concepções dos colaboradores em relação ao uso do Método Intuitivo na instrução pública paranaense e, com isso, a possibilidade de tecer considerações acerca das críticas e defesas para com esse. Ademais, pontuamos o uso do termo “Lições de Coisas”, presente na revista, pois consideramos pertinente elencar as diferenças e as semelhanças entre ambos os termos, visto que a literatura específica aponta “confusão” em relação a eles.

Valdemarin (2004) enfatiza que o Método Intuitivo tem suas divulgações amparadas em outras denominações, a exemplo de Lições de Coisas e Método Objetivo. Ao direcionar seus estudos sobre Lições de Coisas, a autora situa

¹⁶ Ferdinand Buisson (1841-1931) foi educador e intelectual francês. Suas ideias foram bases para a elite intelectual brasileira, representada por Rui Barbosa (1849-1923) e Menezes Vieira (1848-1897). A influência dele no Brasil decorre da sua posição e atuação política e profissional, visto que ele foi “Inspetor Geral da Instrução Pública na França (1879), Diretor do Ensino Primário (1879), redator da Revue Pédagogique, Professor da Sorbonne (1887)”. (BASTOS, 2000, p. 83). Para saber mais, consultar obra de Bastos (2000).

a compreensão presente nas reformas elaboradas por Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa, pois o primeiro colocava as Lições de Coisas como exercícios a serem ensinados à parte, enquanto, para o segundo, estas deveriam abranger todo o ensino e que, portanto, não poderiam ter um horário específico.

Os modos pelos quais os colaboradores se apropriaram das discussões relacionadas tanto ao Método Intuitivo quanto às Lições de Coisas agregaram aos debates oriundos de conhecimentos e posicionamentos do contexto de elaboração e circulação na revista *A Escola*, bem como o modo como esse Método foi pensado para a instrução pública paranaense. Diante dessa exposição, direcionamos os dois tópicos seguintes para apontarem, com base nas evidências da revista, os termos Método Intuitivo e Lições de Coisas.

3.1 AS LIÇÕES DE COISAS

No quadro seguinte, reunimos informações sobre o termo Lições de Coisas presente na revista *A Escola*.

Quadro 5 – As Lições de Coisas

| ANO | TÍTULO | TIPO DE PUBLICAÇÃO | AUTOR | TERMOS USADOS |
|------|------------------------|--------------------|---|-------------------|
| 1906 | Inspetoria Escolar | Noticiário | | Licções de Cousas |
| 1906 | A Pedagogia e a Escola | Tradução | Alicia Moreau | Licção de Cousas |
| 1907 | Parecer | Parecer | João Podelek Boué, Lysimaco Ferreira da Costa, Francisco R. Azevedo Macedo. | Licções de Cousas |
| 1908 | Projecto | Projecto | Diário | Lições de Cousas |
| 1908 | Educação Agrícola | Artigo | Francis Aliston Channing | Lição de Cousas |

Fonte: elaborado pela autora conforme informações presentes na revista (2020)

A concepção de Lições de Coisas foi colocada pelos colaboradores como uma disciplina à parte, e isso predominou nas publicações. Por sua vez, a determinação do Inspetor Escolar era de que, aos sábados, um professor usando a

última hora do período de trabalho no Museu deveria dar a seus alunos explicações simples das Lições de Coisas (A ESCOLA, 1906).

Na tradução assinada por Alicia Moreau (1906), o termo “lições de coisas” foi usado para enaltecer que qualquer objeto simples, a exemplo de uma pedra, poderia ser usado pelo professor como “matéria” para a Lição de Coisas. Nessa consideração, destaca-se que, para os estudiosos, o simples fato de olhar e descrever os objetos não poderia ser considerado aprendizado.

No parecer sobre o Compêndio de Pedagogia, encontramos Lições de Coisas como uma disciplina que, juntamente a outras, compunham o curso da Escola Normal, disciplina presente no terceiro ano do curso. Essa realidade se aproxima da concepção criticada por Rui Barbosa (1947) de que a lição de coisas deveria ter um espaço específico no ensino, em vez de ser o próprio curso. Ao contrário, o projeto de Lei apresentado à Sessão de 17 de fevereiro de 1907, no Paraná, situou as Lições de Coisas como a “base fundamental de toda a escola elementar” (DIÁRIO, 1908, ano 3, n. 1, p. 18). O fato supõe a concepção de que as Lições de Coisas não deveriam ser consideradas como um conteúdo à parte. Não havia um consenso em relação às concepções sobre as Lições de Coisas.

Na discussão sobre Educação Agrícola, publicada na revista *A Escola*, o termo Lições de Coisas era utilizado para justificar a necessidade do ensino vivo, no qual os alunos pudessem observar as coisas, conhecer, aprender a lidar com as técnicas de cultivo, e não, simplesmente, memorizá-las.

3.2 MÉTODO INTUITIVO

O Método Intuitivo fez parte do contexto educativo paranaense das primeiras décadas do século XX e também de discussões presentes na revista *A Escola*. No quadro a seguir, visualizam-se as publicações que citam o termo Método Intuitivo.

Quadro 6 – Método Intuitivo (continua)

| ANO | MÊS | NÚM. | Nº DE PÁGINAS | TÍTULO | TIPO DE PUBLICAÇÃO | AUTOR | TERMOS USADOS |
|------|-----------|------|---------------|---------------|------------------------|--------------|------------------------------|
| 1906 | Fevereiro | 1 | 5-7 | Syntaxiologia | Conteúdos de Português | Conego Braga | Methodo Syntactico Intuitivo |

Quadro 5 – Método Intuitivo (conclusão)

| ANO | MÊS | NÚM. | Nº DE PÁGINAS | TÍTULO | TIPO DE PUBLICAÇÃO | AUTOR | TERMOS USADOS |
|------|-----------|------|---------------|------------------------|--------------------|--------------------------------|-----------------------|
| 1906 | Março | 2 | 43-46 | Relatorio | Relatorio | Josephina Carmen Rocha | Intuitivo |
| 1906 | Set./out. | 8-9 | 140-141 | A Nossa Historia | Artigo | Verissimo de Souza | Intuitivo |
| 1908 | Maió/jun. | 2 | 41- 46 | O Ensino Nacional | Artigo | Manoel P. Frazão | Intuitivo |
| 1908 | Jul./Set | 3-5 | 89-91 | Principios Diddacticos | Artigo | Maria Esther Ferreira de Souza | Methodo de Pestalozzi |

Fonte: elaborado pela autora conforme informações presentes na revista (2020)

Ao fazer referência ao Método Intuitivo, os colaboradores da revista *A Escola* retratam um contexto marcado pela concepção de que a educação ofertada até então não era condizente com a necessidade de formar pessoas sob os ideais da educação moderna.

Em se tratando do termo Educação Moderna, o texto de apresentação da revista explicita a necessidade de que se fosse “difundida uma instrução sólida, ministrada de acordo com as prescrições da Pedagogia Moderna” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1).

Sobre as primeiras iniciativas da Escola Moderna, em São Paulo, Carvalho (2000) aponta que:

Tão logo proclamada à República, os governantes do Estado de São Paulo, representantes do setor oligárquico modernizador que havia hegemonizado processo de instauração da República, investem na organização de um sistema de ensino modelar. É assim que a escola paulista, estrategicamente, constituiu-se signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse Estado na Federação (CARVALHO, 2000, p. 112).

São Paulo foi o estado que recebeu consideráveis investimentos para estruturação da educação moderna, o que fez dele um modelo para outros estados, entre eles o próprio Paraná, lugar que alguns colaboradores da revista *A*

Escola desejavam que fosse um estado modelo, “a Atenas brasileira”. As evidências na revista bem como os estudos de autores, como Schelbauer (2003) e Reis Filho (1981), permitem situar o quanto a educação paranaense foi influenciada pelo modelo paulista de organização da educação.

Em São Paulo, o modelo escolar moderno pautou-se na “arte de ensinar”. Nessa perspectiva, os futuros professores, por meio da observação, aprendiam o modelo ideal para ensinar as crianças, para que, quando fossem atuar, imitassem os métodos e as práticas aprendidos. Como meio de vigiar e orientar o ensino, foi instituída a inspeção escolar, bem como os relatórios de professores e diretores visando dar visibilidade às práticas consideradas exemplos.

Assim, considerava-se que a maior preocupação da escola deveria ser o:

[...] alevantamento do character da criança, desenvolver-lhe o raciocínio, pouco se importando com a memória, filtrando-lhe no espirito sentimentos de piedade e de proibidade e preparar-lhe o coração para vibrar quando necessário for, quer lamentando os desastres nacionais, quer exultando com os triunfos, com as alterosas conquistas (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1- 2).

As páginas da revista refletem os anseios decorrentes das mudanças do contexto em que ela esteve em circulação. Desse modo, é significativo traçar alguns pontos que julgamos pertinentes para compreender a relação entre a Escola Moderna e a revista. No Paraná, de modo especial, a Escola Moderna trata-se de um projeto divulgado por Dario Vellozo, considerado um dos principais difusores dessa concepção de educação, que aproveitou das oportunidades para defender a necessidade e importância de uma transformação na educação, justificou tal concepção pela sua vivência, experiência e reflexões acerca dos anos de atuação como docente. Em suas palavras:

O fructo sazonou ao sol de infatigáveis estudos, exame de organizações escolares do extremo oriente aziatico, da Europa e da America, em o intuito de solver a crise econômico social que se avoluma nos horizontes da terra brasileira, mais particularmente no Estado do Paraná, cujos recursos naturaes, costumes e orientação melhor conheço (VELLOZO, 1909, ano 4, n. 1, p. 7).

Havia a concepção de escola como meio para solucionar os problemas de ordem social. Para Vellozo, o modelo de educação ofertado, até

então, era “obsoleto” e distante das necessidades do contexto, uma vez que a escola precisava superar “[...] o ensino quase medievo, formado apenas rhetoricos, metapysicos, theoristas, alheios à prática, ao trabalho, à vida em seos moldes os mais comuns, braços e cerebros em maior numero carecendo” (VELLOZO, 1909, ano 1, n.1, p. 7).

Sendo o Método Intuitivo o mais coerente com a proposta de Educação Moderna, este apareceu nas publicações dos seguintes autores: Conego Braga; Julia Wanderley Petrich; Josephina Carmen Rocha; Esther Pereira; Verissimo de Souza, Alicia Moreau; João Podelek Boue; Maria Esther Ferreira de Souza e Dario Vellozo. Convém destacar que não foram todos esses autores que definiram o Método Intuitivo, bem como não podemos afirmar que todos tiveram a mesma concepção acerca dele. No entanto, as definições encontradas nas páginas da revista contribuem para conhecer, parcialmente, como ele era compreendido segundo os colaboradores da revista. É bom lembrar que o termo Método Intuitivo, na prática, teve diferentes abordagens e, ao considerar essa premissa, discorreremos, neste momento, de modo específico, sobre as publicações em que o termo aparece de forma explícita, porém convém destacar que as diferentes concepções sobre o método são decorrentes da aplicação ou prática do método tendo por base os princípios de modernização e inovação, o que assumiu:

[...] interpretações diferenciadas. Enquanto alguns autores o consideram um método geral de ensino que pode ser utilizado para todos os conteúdos de instrução, outros o consideram adequado somente àqueles conteúdos cujos objetos de ensino concretos, tais como desenho, ciências, aritmética elementar etc., isto é, conteúdos que possibilitam percepções diretas aos sentidos (VALDEMARIN, 2004, p. 171).

Essas “interpretações diferenciadas” são percebidas nos discursos dos colaboradores da revista. Em algumas passagens, podemos perceber o diagnóstico sobre a necessidade de mudanças do método. Em seu primeiro artigo sobre *Syntaxiologia*, Conego Braga (1906, ano 1, n. 1, p. 6), embora não defina o Método Intuitivo, salienta que faz seu uso por não concordar com a maneira como os conteúdos são trabalhados, ou seja, a “classificação errônea, irrazoavel, antiscientifica e antisyntaxia da analyse em gramatical ou etymologica e lógica”. Seu ponto de vista é assim explicitado:

Há uma coisa com a qual não me posso conformar, porque destoa desse concerto harmônico; contra ella tento reagir pela imprensa, como o tenho feito nos exames, nas aulas de francês a meu cargo e estou fazendo nos fascículos da monografia sobre o see em romanico e com o meu methodo syntactico intuitivo, ainda inédito porque me faltam recursos para os dar á publicidade (BRAGA, 1906, a. 1, n. 1, p. 6, grifo do autor).

O colaborador fez críticas à metodologia usada nas escolas inspecionadas por ele, de modo específico, os conteúdos de gramática, uma vez que as classificações foram realizadas conforme compêndios oficialmente determinados. Braga (1906) não menciona o compêndio em questão, porém salienta que a não aprendizagem científica dos conteúdos gramaticais por parte das alunas não seria culpa dos professores, pois eles eram obrigados a seguir o compêndio. Com base nas análises que fizemos, o compêndio em questão era *Grammatica Portuguesa* de João Ribeiro, pois, nesse período, os compêndios eram indicados pela Congregação do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. Na colocação desse colaborador, fica evidente a crítica ao compêndio oficialmente adotado, bem como seu interesse em mencionar o que ele nomeou de método próprio; era comum, no período republicano, a elaboração de compêndios e manuais a partir de entendimentos próprios do que seria ou deveria ser o Método Intuitivo.

Para Valdemarin (2004), muitos desses manuais e compêndios traziam, em suas capas, o termo Lições de Coisas ou Método Intuitivo, entretanto seus conteúdos se distanciavam, significativamente, de uma proposta de ensino baseada nos princípios do Método Intuitivo.

As diferentes interpretações acerca do Método Intuitivo foram visíveis nas palavras de Josephina Carmen Rocha (1906):

O ensino é intuitivo, sendo ministrado simultaneamente aos alunos aptos para o estudo em classe, estes são os do Terceiro e Quarto livro de leitura e a classe mais adiantada para a qual adaptei o livro de Gonzaga Duque Estrada *Revoluções Brasileiras* (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44).

Rocha coloca o Método Intuitivo apenas nas situações em que os alunos já tivessem conhecimentos, com isso entendemos que para ela o método não contribuiria com o aprendizado de todos.

Esther Pereira (1906, ano 1, n. 7, p. 123), ao realizar o resumo sobre métodos, lição do segundo ano da Escola Normal, situou que o Método Intuitivo tem “por base a lição de cousas” apontando que Pestalozzi entendia que os sentidos deveriam ser educados e, logo em seguida, ressaltou que Compayré discordava, pois entendia que os sentidos deveriam ser educados conforme houvesse a necessidade. A colaboradora, ao fazer essas colocações, permite que seja fortalecida a concepção dos diferentes entendimentos sobre o Método Intuitivo.

Já Verissimo de Souza (1906) propõe o Método Intuitivo para o ensino de história, pois considerava que “O ensino de História às crianças apresenta múltiplos embaraços em virtude de ser essa materia uma d’aquellas que é mais difícil, se não impossível, a adaptação do methodo pedagógico por excellencia- o intuitivo” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 8-9, p. 140). Nas palavras desse colaborador, seria preciso adaptar o método para, então, ensinar história as crianças. Essa ideia evidencia que, no contexto vivenciado, o método não fazia parte do ensino como um todo.

Esther Pereira (1906) relaciona Pestalozzi como autor referência do Método Intuitivo. Tal evidência aparece na seguinte passagem:

Intuitivo [...] Pestalozzi considerava-o um methodo tanto melhor quanto mais sentidos attrahia; entendia que os sentidos deviam todos ser educados ao mesmo tempo, Compayré discorda desse opinar, entendendo que os sentidos são educados na proporção de sua utilidade e necessidade (PEREIRA, 1906, ano 1, n. 7, p. 123).

A referência a Pestalozzi feita pela colaboradora sinaliza a necessidade de educar todos os sentidos ao mesmo tempo, pois o conhecimento seria adquirido por meio dos sentidos trabalhados. No entanto, a colaboradora coloca uma contradição, pois Compayré tem uma concepção diferente, não sendo necessário educar todos os sentidos de uma só vez.

Nas palavras de Esther Pereira (1908, ano 1, n. 3-5, p. 89),

A qualidade primordial da educação é a intuição. Fazendo aplicação do excellent methodo de Pestalozzi, o professor transmite os conhecimentos exercitando e aproveitando os sentidos corporaes das crianças.

Valdemarin (2004) contextualiza o Método Intuitivo da seguinte

forma:

Em meados do século XIX, o método intuitivo é entendido por seus propositores europeus e americanos como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, que é assim pontuada: forma alunos com domínio insuficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição em detrimento da compreensão e impor conteúdos sem exame e discussão (VALDEMARIN, 2004, p. 103).

A autora destaca que o método tem suas origens na Alemanha no final do século XVIII e sua difusão em território nacional brasileiro é datada no período que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esse recorte temporal nos ajuda a relacionar com o período de elaboração e publicação da revista *A Escola*, evidenciando, com isso, que as referências sobre esse método que nela estavam presentes faziam parte de um movimento de caráter nacional que defendia e difundia o Método Intuitivo.

Nesse movimento nacional, a atuação e a defesa do uso do Método Intuitivo feita por Rui Barbosa¹⁷ foi importante. Em seus Pareceres, de modo especial, no *Projeto Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública, de 1883*, enfatizou que a reforma do Ensino era urgente, pois era preciso tornar o ensino experimental, baseado nos conhecimentos científicos e respeitando as individualidades das crianças (MACHADO; MELO; NAJLA; 2014), colocando-se, desse modo, contra o processo de aprendizagem dos alunos, que, até então, era pautada na memorização e repetição dos conteúdos

[...] como um ato civilização e emancipação humana, uma vez que a razão, adequadamente moldada, criaria a possibilidade de construção de uma sociedade harmônica, espelhando o processo obtido na compreensão do processo de conhecimento. Nessa perspectiva, a experiência e a razão firmam-se como instrumento para a compreensão do mundo natural e social, tornando-se inteligíveis ao homem, e a educação torna-se o meio para desenvolver os talentos naturais dos indivíduos, utilizados tanto em benefício próprio quanto da sociedade. Nessa concepção, o homem educando é entendido como um ser capaz de se autoconduzir

¹⁷ Para saber mais, ler *Rui Barbosa e a educação: as Lições de Coisas e o ensino da cultura moral e cívica* (MACHADO; MELO; NAJLA; 2014).

fazendo uso de sua capacidade racional que reverte em benefício para a coletividade por meio da participação econômica e política (VALDEMARIN, 2004, p. 35).

A ideia de que os sentidos refletem uma nova possibilidade de relação com o mundo físico e natural demandava a necessidade de educação dos sentidos, pois embora esses sejam o ponto de partida para o conhecimento, faz-se necessário desenvolver a capacidade de observação. Assim, a elaboração do Método Intuitivo é decorrente da demanda de

[...] transferir para indivíduos reais – crianças – proposições abstratas elaboradas sobre indevidos genéricos. É justamente nessa tentativa que é elaborado e torna-se uma corrente bastante vigorosa na educação dos sentidos e para a educação pelas coisas e pela experiência (VALDEMARIN, 2004, p. 39).

Conforme já mencionado nas publicações da revista, os colaboradores citam o termo Lições de Coisas, assim, ao elaborar um parecer sobre o *Compêndio de Pedagogia*, escrito por Dario Vellozo, João Podelek Boué (1907, ano 2, n. 6-7, p. 72-73) apresenta as partes que compõem esse compêndio explicitando que a “3ª lição” do “terceiro ano” era composta pela “Lições de coisas”. Um Projeto do Estado do Paraná assinado pelo “Diário” com data de 19 de fevereiro de 1908, em seu Art. 3º, decreta que:

O poder executivo deverá comissionar annual ou biannualmente, por tempo determinado, até 3 professores ou professoras de instrução primaria, dos mais habéis e aptos, para estudarem a organização, disciplinas e methods adoptados nos Estados, onde a educação for mais moderna e completa, afim de fazerem nas escolas das diversas circunscripções escolares do Estado preleções, oraes sobre os methods mais preconizados de ensino, seguidos nos centros mais adiantados, mostrando ao mesmo tempo como devem ser ensinadas pratica, intuitiva e synteticamente todas as matérias ou disciplinas do ensino elementar primario, intermediario e complementar, principalmente qual o methodo mais fácil e racional de ensinar a ler e escrever, e quaes vantagens decorrentes das lições de cousas, base fundamental de toda a educação e instrucção elementar (CONGRESSO LEGISLATIVO DO PARANÁ, A ESCOLA, 1908, ano 3, n. 1, p. 15-16).

Quanto à relação entre o termo intuitivo e as Lições de coisas, Valdamarin (2004) enfatiza que o Método Intuitivo tem suas divulgações amparadas em outras denominações, a exemplo de Lições de Coisas e Método Objetivo. Em

nossa pesquisa, é importante destacar que a repetição do Método Intuitivo/Lições de Coisas pode ser entendida como fruto de uma determinação do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, sob Decreto de n. 93 de 11 de março de 1901, cujo 1º parágrafo do Art. 40º dispõe que:

O methodo adoptado nessa escola será intuitivo, e o seu programma de ensino constará, em linhas geraes, de licções de coisas, conversação familiar, canto, primeiros ensaios de desenho, leitura, rudimentos de calculo, recitação e exercícius manuais, alternando-se o ensino mental com exercícius phisicos, que constarão de jogos, brinquedos e movimentos gymnasticos (PARANÁ, 1901, p. 95-96).

Convém destacar que, conforme explicam Frizzarini e Silva (2016), Rui Barbosa, representante Brasileiro do Método Intuitivo, “[...] defende as lições de coisas como uma metodologia que deve abranger o programa todo, ou seja, seria um processo geral que se subordinam todas as disciplinas da instrução elementar” (FRIZZARINI; SILVA, 2016, p. 15). No entanto, percebemos, de modo especial, no *Compêndio de Pedagogia*, que o termo “licções de coisas” aparece como uma “licção” e não como uma proposta que perpassasse todos os conteúdos.

3.3 QUEM FORAM OS COLABORADORES QUE CITARAM O MÉTODO INTUITIVO NA REVISTA *A ESCOLA*?

Elencamos aqui informações sobre os colaboradores que, em seus artigos, abordaram o Método Intuitivo e, com isso, estabelecemos relações entre esse grupo de colaboradores e o entendimento acerca desse método divulgado na revista.

O Método Intuitivo apareceu, essencialmente, nas publicações dos seguintes autores: Conego Braga; Julia Wanderley Petrich; Josephina Carmen Rocha; Esther Pereira; Verissimo de Souza, Alicia Moreau; João Podelek Boue; Lysimaco Ferreira da Costa, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e Dario Vellozo.

Conhecido como Cônego Braga, João Evangelista Braga nasceu no dia 17 de fevereiro de 1850, na cidade de Lapa. Entre os anos de 1882 a 1885, exerceu a função de vigário da Lapa. Foi Cônego da Catedral de São Paulo (ALMEIDA, 2019). Ele foi professor da cadeira de Francês do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal e professor substituto da cadeira de latim, da mesma

instituição¹⁸.

Conforme o artigo intitulado *Colaboração* da revista *A Escola*, Conego Braga e outros autores foram caracterizados como “festejados escriptores” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 17). Cabe destacar que Conego Braga foi convidado a publicar na revista pela diretoria do Grêmio dos Professores do Paraná.

Em sua primeira publicação, Cônego Braga agradeceu o convite, bem como salientou seu desejo e perspectiva quanto à revista, enfatizando que:

seja, bem aceita, acoroçada e amparada, como e quanto merece, durando largos anos e espargindo a luz da verdade que retempere o caráter moral no presente e a fórme deveras nesse majestoso porvir, que ahi desponta pujante em nosso meio social (BRAGA, 1906, ano 1, n. 1, p. 5-6).

O colaborador dedica sua publicação à professora Julia Wanderley, a qual, para ele, tem contribuído para o processo de formação de “ilustres professores”.

Os conteúdos das publicações de Cônego Braga são frutos das dificuldades percebidas durante sua trajetória enquanto membro de comissões examinadoras de escolas públicas do Paraná. Segundo Braga (1906), é comum a:

[...] classificação errônea, irrazoavel, antiscientifica e antisyntactica da analyse em gramatical ou etymologica e lógica, com os numerosos erros, que dahi flúem quaes corolarios inevitaveis, graças á adopção oficial de compendios de grammaticas, que em muitos pontos não resistem a uma critica imparcial, conscienciosa e justa (BRAGA, 1906, ano 1, n. 1, p. 6-7).

Mesmo diante das situações vivenciadas, Cônego Braga (1906) não julga os professores, e entende que estes acabam seguindo uma rotina que “é mantida por certas grammaticas adoptadas oficialmente” (BRAGA, 1906, ano 1, n. 1, p. 7). No intuito de contribuir para uma nova maneira de trabalhar os conteúdos de gramática, Cônego Braga (1906) viu, na imprensa especializada, uma possibilidade de disseminar e socializar propostas de ensino contextualizado da gramática. Nessa perspectiva, ele buscou em seus artigos abordar as normas gramaticais de francês em forma de palestras.

¹⁸ Informações presentes no Decreto n. 352, de 13 de setembro, publicado na página 174, a. 1, n. 10-11 da revista *A Escola*.

Julia Augusta de Souza Wanderley Petrich nasceu no dia 26 de agosto de 1874, em Ponta Grossa, Paraná. Na publicação intitulada *Relatórios* (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 17), a referida colaboradora foi caracterizada como uma “abalisada professora [...] que rege a 1ª cadeira de 2º grau para o sexo feminino”. Braga (1906) destaca e coloca a professora Julia Wanderley como frente denominada de “pleiade ilustre, civilizadora e patriótica”, acrescentando ser esta uma:

[...] respeitável e emérita directora da Escola Tiradentes, por ser grandemente instruída em todos os ramos de ensino a seu cargo, de modo que ella póde hobrear e competir com as mais inteligentes e preparadas dentre as da Capital Federal ou de S. Paulo. O que muitíssimo nos honra e devêra gloriar-nos si não fôramos tão escravizados a apreciar somente quanto é importado (BRAGA, 1906, ano 1, n. 1, p. 6).

As influências da atuação de Julia Wanderley resultaram em tema de uma dissertação de mestrado defendida em 2010 na UFPR, intitulada *Professora Julia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)*, de autoria de Silvestre Aparecida Crippa Araujo. Para Araujo (2010), Julia Wanderley foi reconhecida como a primeira mulher a fazer parte do curso normal de Curitiba, no estado do Paraná. Sua trajetória de atuação contempla diferentes cargos do âmbito educacional, visto que foi professora primária, diretora do “Grupo Escolar Tiradentes e membro do Conselho Superior do Ensino primário” (ARAUJO, 2013, p. 21732). Julia Wanderley cresceu e foi educada nos moldes de um ideal nacionalista. Foi estudante do Colégio Curitibano, fato este que possibilitou o contato com pessoas consideradas de um elevado nível cultural.

No ano de 1893, quando o governo do Paraná designou a 9ª cadeira à Julia Wanderley, ela inicia sua carreira de professora primária pública. No ano de 1894, foi nomeada para ocupar a 1ª cadeira do sexo feminino de Curitiba. No ano seguinte, passou a ser diretora do Grupo Escolar Tiradentes, que tinha as meninas como público-alvo. Sua atuação no Grupo Escolar possibilitou fosse a primeira professora normalista a desempenhar a função de diretora no Paraná, sendo que tal fato de grande relevância. Porém, Araujo (2010) destaca:

[...] é preciso considerar o quanto nesses tempos de valorização do curso normal e de incentivo a entrada das mulheres no magistério,

seria muito bem vinda à nomeação de uma normalista para um cargo de direção escolar, além disso, eram poucos os normalistas (homens e mulheres) no Paraná. Em 1895, eram apenas 5 professores e 5 professoras formados pela Escola Normal atuando em escolas mantidas pelo governo paranaense. No mesmo ano, atuavam nas escolas públicas paranaenses, 65 professores e 121 professoras não diplomados no curso normal (ARAUJO, 2013, p. 21741).

Durante a função de diretora, Julia Wanderley, concomitantemente, regia nas turmas de 1ª e 2º graus do Grupo Escolar Tiradentes. No ano de 1915, por ter completado 20 anos de profissão, passou a atuar na 3ª classe, e, nesse mesmo ano, foi nomeada–membro efetivo do Conselho Superior do Ensino Primário do Estado. No mesmo período, foi nomeada professora e diretora da Escola Intermediária, a qual era um anexo do Grupo Escolar Tiradentes (ARAUJO, 2013). Julia Wanderley atuou e contribuiu na educação paranaense. Seu trabalho foi interrompido pela sua morte em 1918, aos 44 anos.

Já Josephina Carmen Rocha, outra colaboradora da revista *A Escola*, foi professora na Escola Carvalho, em Curitiba, regia as aulas da 1ª cadeira promiscua da referida Capital. Esta instituição estava localizada na Rua Aquidaban, e tinha como característica a edificação ao centro de terreno e ao entorno área livre que possibilitava momento de brincadeiras às crianças durante o recreio (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 43).

Conforme observado em seu relatório, suas concepções acerca de educação consideravam que o ensino deveria ser significativo e atraente ao aluno, por isso, em sua atuação, buscava facilitar o ensino, pois defendia que o professor deveria dar explicações simples, porém “com a maior somma possível de conhecimentos úteis” (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44). Nessa perspectiva, ela enfatiza que:

Assim é que tendo procurado desenvolver o gosto e a dedicação ao estudo, tornando-o pratico, fazendo com que os alumnos depois de uma explicação de grammatica, por exemplo, applique-a, já fazendo analyse das lições, já escrevendo cartas e fazendo pequenas descrições de objectos do seu conhecimento; o mesmo faço com relação á todas as outras matérias que fazem parte do programma de ensino, partindo sempre do simples para o composto, do concreto para o abstrato, do estudo de cada uma das partes para o estudo de um todo (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44-45).

A professora Josephina evidenciava, em seus relatos, a

preocupação referente à aprendizagem de seus alunos e buscava por estratégias para que estes aplicassem os conteúdos trabalhados e para isso apostava nos exercícios.

Por sua vez, Esther Pereira atuou como professora normalista da 3ª cadeira para o sexo feminino de Curitiba¹⁹; sua colaboração na revista *A Escola* diz respeito à elaboração de um resumo composto por conceitos da pedagogia moderna. Desse modo, a colaboradora apresentou elementos relacionados ao ambiente escolar, sendo estes: métodos; modos; formas; processos; preparo das lições e educação.

Já Veríssimo de Souza se apresentou, em seu artigo intitulado *A nossa História*, como um “pedagogo”. Lemos Júnior (2010), ao fazer referência a Veríssimo de Sousa, salienta o apresenta como “um professor de história”. Essa assertiva nos faz olhar para os argumentos de Souza (1906, ano 1, n. 8-9, p. 140), no que diz respeito “á necessidade que ha da organização de um compendio apropriado ao ensino de Historia Patria nas escolas publicas e collegios particulares”. Outra preocupação desse colaborador diz respeito à defesa quanto ao ensino de música nas escolas primárias. Em sua publicação intitulada *Educação Esthetica*, ele salienta que tem “[...] a honra de ter sido o primeiro que no Paraná aventou a ideia de ensinar-se a música na escola primária, essa disciplina que só agora o novo regulamento inclui no programa do ensino, o que muito me alegra” (SOUZA, 1910, a. 5, n. 4-6, p. 209).

Sobre o ensino de música, Souza (1907, ano 2, n. 1-4, p. 21) enfatiza que

A adoção da Música nas escolas primárias, além de outras diversas vantagens, produzirá a de suavizar as agruras do trabalho mental a que se entregam quotidianamente as crianças, durante cinco horas, esforço que debilita as suas energias, ainda embrionárias.

Desse modo, Souza (1907) defendia que a música era uma ferramenta de grande importância para amenizar a fadiga que afetava os alunos, oriunda de horas seguidas de estudos.

João Podelek Boué (1907) foi um dos elaboradores do parecer sobre

¹⁹ Informações presentes no Decreto n. 89, de 8 de março publicado, na página 64 do ano 1, n. 4 da revista *A Escola*.

o *Compêndio de Pedagogia*, cuja autoria foi de Dario Vellozo. Nesse parecer, percebe-se a ênfase sobre a importância do conteúdo dessa obra para o processo de formação dos alunos da Escola Normal, a justificativa para tal ênfase era a de que o *Compêndio* fora organizado de forma lógica em relação à exposição das matérias.

Por sua vez, Lysimaco Ferreira da Costa foi professor da cadeira de *Physica e Chimica* do *Gymnasio Paranaense* e da *Escola Normal*²⁰, bem como contribuiu com a elaboração do parecer sobre o *Compêndio de Pedagogia* de Dario Vellozo.

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo atuou como professor da cadeira de *Pedagogia e Logica* do *Gymnasio Paranaense* e *Escola Normal*²¹. Cabe sua formação de advogado de formação, conforme destacado na revista (*A ESCOLA*, 1906).

Dario Persiano de Castro Vellozo nasceu no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1869. No ano de 1885, ingressa na oficina tipográfica de Moreira Mazimo e Cia., formando-se como tipógrafo e depois compositor. No mês de agosto do mesmo ano, ele e seus pais mudaram para Curitiba, local em que Dario Vellozo “trabalhou como tipógrafo, na oficina do jornal *Dezenove de Dezembro*”. Foi aluno tanto do *Parthenon Paranaense*, quanto do *Instituto Paranaense* (GONÇALVES JUNIOR, 2010).

Os registros biográficos destacados quanto aos colaboradores dos artigos que fazem diretamente referência ao Método Intuitivo na revista *A Escola*, permitem dizer que cada colaborador, marcado por suas histórias e trajetórias de vida, buscou ao seu modo estratégias para divulgar suas concepções sobre o Método Intuitivo.

3.4 A DEFESA DO MÉTODO INTUITIVO

Na busca de atender ao modelo de sociedade que se instaurava, a qual tinha como base os ideais republicanos para a construção de um “Novo Brasil” (começando pelos grandes centros urbanos e, aos poucos, chegando aos outros

²⁰ Informações contidas no Decreto n. 351, de 13 de setembro, o qual foi publicado revista. (*ESCOLA*, 1906).

²¹ Informações contidas no Decreto n. 305, publicado na página 152 do ano 1, n. 8-9 da revista *A Escola*.

Estados), a escola primária foi

[...] utilizada como veículo de reprodução dos objetivos maiores da nação e como transmissora da mensagem patriótica e civilizatória a todos os cidadãos que ao mesmo tempo, sendo reprodutora, oportuniza a escolarização à população como discurso de Igualdade (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2011, p. 211).

Sobre a ideia de igualdade, os autores chamam atenção, pois esta era “[...] baseada no modelo europeu, branco, masculino, e ao mesmo tempo, em contrapartida, essa mesma escola passou a ser sinônimo de ascensão social” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2011, p. 212).

A afirmativa de escola como “sinônimo de ascensão social” esteve presente na Revista, visto que, em sua primeira página, temos a mensagem de que “Hoje o valor das nações é representado pela expansão intelectual de seus filhos, pelo fulgor de suas escolas, pela alteza, pelos princípios sãos e altruístas consignados na magna carta” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1).

Para atender a essa nova realidade, o Método Intuitivo começou a ganhar espaço, e o método mútuo foi perdendo, gradativamente, seu espaço (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2011). Com isso, a defesa das atividades pedagógicas aparadas no Método Intuitivo fez-se presente nas páginas da Revista, pois considerava que esse método fosse o mais coerente com a formação da população para atuar na indústria e na agricultura, eixos considerados centrais para a economia e o progresso paranaense no período.

Petrich (1906), em seu relatório, defende que, para as classes mais atrasadas, o Método Intuitivo é sempre vantajoso, pois, por meio desse método, seria possível trabalhar de forma concreta, seguindo das partes para o todo e, com isso, “[...] abandonar por completo todo systema fundado em principios abstractos” (PETRICH, 1906, ano 1, n. 1, p. 23). A autora se posiciona contra o ensino baseado exclusivamente na memória, “[...] não devemos, pois, abusar da memória; todas as preciosas faculdades da intelligencia que assim sem exercício, ficarão inevitavelmente atraphiadas” (PETRICH, 1906, ano 1, n. 1, p. 23). A colaboradora destaca ainda que

[...] saber de cór não é saber, como disse o eminente Montaigne, e assim pensando, procuro sempre ministrar as minhas alumnas

verdadeira e solida instrução, aproximando o mais possível a vida escolar da vida real (PETRICH, 1906, ano 1, n. 1, p. 24).

Sobre a ideia de que saber de cor não é saber, Gomes (2011) salienta que:

Os defensores do método intuitivo argumentavam em favor da observação de fatos e objetos pelos estudantes, envolvidos em situações de aprendizagem em que o conhecimento não seria simplesmente transmitido e guardado de cor, mas surgiria no entendimento da criança a partir do instrumento proporcionado pela experiência dos sentidos (GOMES, 2011, p. 55).

Outro ponto que merece destaque é a ênfase dada quanto ao ensino que aproxima a vida escolar com a vida real. Sobre essa perspectiva, a professora Rocha (1906) enfatiza que:

Tenho procurado por todos os meios tornar o ensino fácil e attrahente para que os alumno ao entrar na escola sinta prazer, porque sendo a escola a continuação do lar é mister que o professor empregue todos os esforços para que a creança não se atemorize, o que dificultaria o ensino; ao passo que o professor procurando familiarizar-se com o alumno mais facilmente poderá corrigir certos defeitos e faze-o comprehender as suas explicações, que devem ser simples, mas com a maior somma possível de conhecimentos uteis (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44).

A ideia de conhecimentos úteis fez parte do discurso das professoras supracitadas, sendo, pois, importante destacar a relação dessa ideia com o Método Intuitivo, uma vez que esse método preconizava um ensino prático voltado para a vida.

Rocha (1906) acrescenta:

Assim é que tendo procurado desenvolver o gosto e a dedicação ao estudo, tornando-o pratico, fazendo com que os alumnos depois de uma explicação de grammatica, por exemplo, appique-a, já fazendo analyse das lições, já escrevendo cartas e fazendo pequenas descripções de objectos do seu conhecimento; o mesmo faço com relação á todas as outras matérias que fazem parte do programma de ensino, partindo sempre do simples para o composto, do concreto para o abstracto, do estudo de cada uma das partes para o estudo de um todo (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44-45).

A organização da instrução pública paranaense, para atender as

demandas republicanas, apostava fortemente no Método Intuitivo como o mais coerente com a formação de uma sociedade com mão de obra qualificada, moralmente instruída, bem como patriota. Desse modo, a instrução pública deveria ser pensada a fim de consolidar esse ideal, com isso, o Método Intuitivo passou a fazer parte das discussões sobre os graus de instrução, sendo eles a instrução primária, a escola normal e o ensino comercial.

3.5 O MÉTODO INTUITIVO E OS “GRAUS DE INSTRUÇÃO”

Ao defender o Método Intuitivo como o coerente com a instrução pública, os colaboradores da Revista *A Escola* teceram discussões e apontaram sugestões de trabalho que evidenciam aproximações com o método. Dessa forma, percebemos um olhar para a instrução primária, curso normal e ensino comercial. No entanto, ressaltamos a ênfase nas sugestões para a instrução primária.

Segundo o colaborador Lourenço A. de Souza (1906), a escola primária deveria ser obrigatória para que os estudantes frequentassem a instituição de maneira contínua, e isso contribuiria para diminuir o analfabetismo no Paraná.

O mesmo autor, ao tecer considerações sobre *A missão da Escola*, assevera que a educação primária seria um meio de formação moral:

Escola Primária, quando bem compreendido e realizado o seu objectivo, está destinado o cumprimento de uma elevada missão _ a desenvolvimento e múltiplice aperfeiçoamento dos espiritos infantis; e cabe-lhe também concretizar uma altissimo ideal_ a norsteação feliz do character pelo rumo seguro da moral, a sciencia da conducta humana (SOUZA, 1906, ano 1, n. 1, p. 3).

Para além dos elementos pontuados pelo autor, a instrução primária com bases no Método Intuitivo tinha como alicerce a música, a observação, as recompensas em oposição aos castigos físicos.

Nas páginas da revista, encontram-se modelos de canções com as seguintes orientações de trabalho:

Vamos ver, amiguinhas,
De nós qual há de ser
Que o nome das florinhas
Vae, pelo odor dizer (A ESCOLA, 1908, ano 3, n. 1, p. 19).

Esse excerto foi retirado da *Revista do Jardim da Infância*, constituindo-se como uma forma da criança adivinhar flores ou frutos. A *Escola* descreveu como o professor deveria trabalhar esse canto. Para tanto, era preciso que as crianças se sentassem em círculo, com os olhos vendados e cantando; a professora, por sua vez, tendo uma fruta ou uma flor nas mãos, aproximava-a do nariz da criança; se a criança adivinhasse o nome da flor ou da fruta, a ganhava como recompensa (A ESCOLA, 1908). Vejamos que, nessa proposta, a recompensa era enfatizada, não aparece evidências sobre qual seria a ação do professor caso a crianças não acertasse o nome do elemento.

A canção *Se eo fosse um passarinho*, que tinha como parte da letra “Se eo fosse um passarinho, Cantára, noite e dia [...]” (A ESCOLA, 1908, ano 3, n. 1, p. 19), deveria ser cantada com as crianças em maior parte em círculo, e outras, em menor parte, dentro do círculo. As que estivessem no círculo deveriam imitar os animais da canção e, quando chegasse na parte “[...] mas eo sou creancinha”, essas deveriam juntar-se às crianças do círculo e cantar todas juntas “mas eo sou creancinha” (A ESCOLA, 1908).

Para as canções *O ratinho* e *O peixinho*, era necessário organizar as crianças em círculo, todas de mãos dadas; no centro, deveria haver uma criança para cada representação: o menino; o passarinho; o peixinho e o ratinho e, conforme a letra da canção, um deles deveria “fugir” para fora da roda. Na descrição da organização, enfatiza-se a necessidade de as crianças estarem atentas, pois precisavam agir conforme a letra da canção, ou seja, sair da roda quando a canção mencionasse o animal que ela estava representando.

Na canção *O passarinho preso*, as crianças estariam todas em círculo, com exceção de uma que representaria a passarinho, ela deveria imitar com seus braços um passarinho a voar e ao ouvir “volta ao vergel” ela deveria “fugir”, pois, nesse momento, as crianças abririam o círculo. Deveria dar continuidade à brincadeira, repetindo a canção.

Na *Canção do moleiro*, temos a seguinte letra:

Gira, gira, meo moinho,
Gira sem parar,
Presto, vivo, ligeirinho...
É bom trabalhar!
Vae e vem, rodinha agora,
Dia e noite a toda hora,

Que has de por fim descançar (A ESCOLA, 1908, ano 3, n. 2, p. 19).

Nessa letra, há a expressão “É bom trabalhar” e, ao considerar a importância que os republicanos davam ao trabalho, podemos inferir que canções dessa natureza somavam na tentativa de preparar as crianças para o gosto pelo trabalho. Faz-se necessário destacar que, para realizar essa brincadeira com as crianças, elas deveriam fazer um círculo, com quatro crianças dentro, formando uma cruz com as mãos direitas, em pares, girariam na mesma direção e depois formariam a cruz com as mãos esquerdas e seguiriam girando ao som da canção.

As canções como um todo enfatizam a atenção para o agir, pois conforme o que a letra pedia, a criança deveria fazer. No entanto foram publicados, em *A Escola*, trabalhos de três alunas da professora Elvira Faria Paraná, regente da 2ª cadeira promíscua da Capital. Nesses trabalhos, as alunas descreveram suas observações sobre “Manhã de inverno”, nessas descrições elementos como sol, geada e frio são comuns. Seguem os trechos:

Sobre a folhagem das plantas brilhavam qual se fossem diamantes, ao reflexo dos raios solares, as gottas de orvalho crystalisadas, devido a forte geada (MARGARIDA LOPES).

As ruas ficam todas brancas de gelo, então aas 8 horas vem nascendo o sol; as gottinhas de orvalho com a luz do sol brilham como se fossem brilhantes (BENEDICTA FERNANDES).

[...] Não se vê mais aquelle sol formoso espalhando seos raios fulgurantes por aquelles campos verdes [...] Os campos estão seccos, queimados pela geada (BEATRIZ DA COSTA FARIA)
(A ESCOLA, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 101-102).

As descrições mencionadas podem ser entendidas como possibilidades de colocar os alunos diante dos fenômenos naturais, para que eles pudessem educar seus olhares mediante a observação. Convém destacar que o fato de como essas alunas, sendo de tão pouca idade, duas de 12 e uma de 10 anos, organizam, estruturam e usam as palavras na escrita chamaram a nossa atenção, no entanto não conseguimos aprofundar nesse quesito, pois não era nosso objetivo, e porque elas foram publicadas sem textos complementares. No entanto ressaltamos que, nessas descrições, consideramos a observação como evidência do uso do Método Intuitivo.

Quanto ao curso normal, ele apareceu nas discussões da revista *A*

Escola, pois havia um interesse em formar professores capazes de atuarem na formação de crianças. Assim, o professor normalista era visto como mais preparado que os não normalistas. Vejamos algumas passagens que defendem essa ideia.

Conego Braga (1906), ao comentar sobre seu trabalho enquanto membro da comissão examinadora das escolas públicas da capital, enaltece as professoras normalistas, pois, segundo ele, as escolas da capital as quais ele examinava eram regidas “com inegável competência por distinctíssimas professoras normalistas” (BRAGA, 1906, ano 1, n. 1, p. 6). O colaborador acrescenta que as professoras normalistas têm contribuído para o melhoramento da instrução pública, fato este que, para ele, era consolo ao “patriótico e Exmo. Governo Estadual, que tanto se empenha pelo melhoramento da instrução pública” (BRAGA, 1906, ano 1, n. 1, p. 6).

A consideração pelo curso normal pode ser observada na publicação intitulada *Novos professores*, que trouxe os nomes de formandos normalistas em 1910. Na relação, aparecem os seguintes nomes:

Izabel Lopes, Flaviana Gonçalves da Motta, Joaquim Saboia Junior, Augusta Platz, Palmyra Correia Bompeixe, Osminda Villa –Nova, Augusta Glück, Antonio Leodoro da Silva, Florestina Vitel, Thereza Evangelista, Mariella Augusta Pernetta, Rosa Clotilde Rigotti, Cecilia Pinot de Moira, Gelvira da Cunha Corrêa, Rosa Meira de Vasconcellos, Mercedes Pereira de lemos, Maria Amelia Jardim, Phidias Borges da Cunha, Adolfo N. Brito, Affonso G. Wanderley, Noemia Machado da Luz e Izaura Tores Cruz (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 1-3, p. 172).

O ensino comercial foi abordado na revista, ocupando lugar de destaque, pois, na capa do número II da revista, há a publicação do título *Ensino Commercial*, que trouxe elementos referentes ao Regulamento para “reger provisoriamente o Instituto Commercial” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 2, p. 27).

A criação do ensino comercial foi assim divulgada:

É com alvoroço e com verdadeiro gaudio que vimos aplaudir a criação do Instituto Commercial, destinado a prestar relevantes serviços á indústria a que ele diretamente se relaciona (A ESCOLA, 1906, a. 1, n. 2, p. 27).

Nessa publicação, amparada nas concepções de Laveleye, temos a seguinte afirmação: “é preciso ser cego [...] para não ver que o futuro das nações

depende do grau de instrução a que atingirem” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 2, p. 27).

O programa do ensino comercial era composto por atividades práticas, reforçando a ideia de que:

Conhecer melhor as atividades econômicas e financeiras vinha ao encontro das necessidades da Curitiba do início do século XX, que abria suas portas para negócios e investimentos, tanto na área fabril e industrial quanto na agricultura e no comércio, e oferecia oportunidades aos que possuíam habilidades e conhecimentos artesanais, técnicos e comerciais (SOUZA, 1998, p. 89-90).

Evidencia-se, com isso, a concepção de que, para o Estado do Paraná ter um futuro promissor, era necessária uma educação condutora, desse modo, era comum o olhar para outros Estados e países em que os graus de instrução estivessem mais consolidados. Tal fato fica evidente no seguinte excerto: “Minas Geraes, S. Paulo e o Destricto Federal já possuem o ensino comercial regularmente organizado. O Paraná “[...] não podia continuar indiferente a esse fecundo movimento evolucionista” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 2, p. 27). Temos, assim, a ideia de que os Estados onde o *Ensino Commercial* fosse criado eram lugares evoluídos. Ao tecer considerações sobre esses graus de instrução, os colaboradores defendem a educação para formar o cidadão paranaense.

3.6 ORIENTAÇÕES DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO

Os materiais didáticos divulgados pelos colaboradores na revista *A Escola* permitem tomar conhecimento de quais recursos os professores dispunham ou recebiam orientações para que adquirissem. Ao considerar as possibilidades encontradas, discorreremos pontuando relações, quando possíveis, entre os materiais e o Método Intuitivo.

Quanto aos “Livros Didacticos”, a professora normalista Julia Wanderley Petrich, em seu relatório, anota que, na realidade em que ela atuava, ou seja, a “1ª cadeira para o sexo feminino da Capital”, os livros usados foram indicados pela “ilustre congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal” (PETRICH, 1906, a. 1, n. 1, p. 22). Ela destaca que suas alunas fazem uso dos seguintes “compêndios oficialmente adoptados”:

Iracema, de José de Alencar.
 Grammatica Portuguesa (2º anno), de João Ribeiro.
 Arithmetica Progressiva, de Antonio Trajano.
 O Brazil e o Paraná, do Dr. Sebastião Paraná.
 Geometria Pratica, de Olavo Freire.
 História do Paraná, de Romario Martins.
 Cultura dos Campos, de Assis Brazil
 (PETRICH, 1906, ano 1, n. 1, p. 22).

Petrich (1906) menciona o uso de *Historia do Brazil*, de Joaquim Maria de Lacerda, justificando o seu uso por não ter, naquele momento, uma obra aprovada pela Congregação.

Sobre a adoção dos livros didáticos, Lourenço A. de Souza (1906) exige de Arthur Pedreira de Cerqueira, que, na ocasião, ocupava o cargo de diretor da Instrução Pública do Paraná, o seguinte:

Diversos são os requisitos que devem estes possuir para nem preencher o duplo fim de instrução e educação, a que se destinam. Além das qualidades pedagógico-instrutivas, hão de ter também os predicamentos Moraes que devem ser um dos apanagios dos livros destinados a infância (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 80).

O autor fez críticas ao uso da obra *Iracema*, de José de Alencar, nas escolas primárias, pois, segundo ele, a referida obra “contém trechos lascivos, e deve se *ipso-facto* desterrada, para logo, siquer das escolas primárias, e sua leitura vedada ás crianças, a bem da pureza infantil” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 80). Para Souza, os livros didáticos a serem adotados para a infância deveriam:

[...] ao lado das cousas necessárias e uteis que encerram, despertar na alma das creanças os mais nobres sentimentos, exalçando as belezas extasiantes da virtude, que no dizer de Socrates é uma sciencia a sciencia do bem __, e segundo Platão, é a saúde, a hamonia e o equilíbrio da alma, pois que nos aproxima do Sempiterno Creador (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 80).

Nas concepções do colaborador, para além de abordar conteúdos úteis, os livros deveriam contribuir para a formação da criança boa e amadora da Pátria.

Rocha (1906) fez críticas ao livro *Iracema* que, segundo a professora colaboradora, era impróprio e não vantajoso para o trabalho na escola primária.

Ainda acrescenta que, nessa obra, havia “vários erros typographiscos” (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44). Em substituição a esse livro, a autora fez uso do livro *Revoluções Brasileiras* de Gonzaga Duque Estrada, sendo que a referida substituição teve o “consentimento do ilustre cidadão Dr. Inspector escolar” (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44).

Ao se referir à obra de João Ribeiro, Souza (1906) enaltece esse escritor e sua obra com as seguintes palavras:

[...] a Grammatica do 2º ano de Portuguez, deste notavel escritor, constumo no emtanto fazer algumas adaptações, no ensino da língua vernácula, do methodo empregado pelo exímio Lente de Literatura da Escola Normal de Niteroy, o sr. Dr. J. Ventura Boscoli, um dos mais brilhantes e insignes cultores da sciencia grammatical em nosso paiz, e que é digno de apllausos entusiasticos pelo fulgor com que operou verdadeira reforma no estudo dessa disciplina, adoptando uma excelente divisão Grammatica, definições racionais e philosophicas, e systemas analyticos de inconcussa superioridade e excellencia em comparação de outros (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 81).

Em relação à obra de Antonio Trajano, *Arithmetica Elementar*, Souza (1906) defende o seu uso, pois

[...] é um excellente livro (o melhor que conheço, desse gênero, para escolas primárias) e produz sempre bons resultados, porquanto nelle a exposição dessa importante matéria é feita pelo methodo pedagógico por excellencia o intuitivo (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 81-82).

O autor destaca a relação entre a obra de Antonio Trajano com o Método Intuitivo. Sobre essa relação, Marcus Oliveira (2019) nos ajuda a conhecer Antonio Trajano, bem como a sua relação com o Método Intuitivo. Antonio Bandeira Trajano (1843-1921) foi professor de geografia e aritmética no Rio de Janeiro e, posteriormente, de matemática, em São Paulo. Ele se dedicou a ser pastor, além de ter exercido outras atividades profissionais. Para Marcus Oliveira (2019), as atividades exercidas por Trajano contribuíram para a produção de livros, os quais foram largamente difundidos no território brasileiro, a saber:

Aritmética primária (1ª ed., à venda desde 24 de set. de 1886);
Aritmética elementar ilustrada (1ª ed. publicada desde julho de 1883);
Aritmética progressiva (1ª ed., à venda desde 08 de fev. de 1879);

Álgebra Elementar, Álgebra Superior, Chave da Aritmética Progressiva; Chave da Álgebra (OLIVEIRA, M., 2019, p. 9).

Sobre a obra *Aritmética elementar*, que foi citada na revista *A Escola*, conforme já pontuado, Oliveira (2019) destaca que esse livro foi produzido para ser trabalhado nos últimos anos da escola primária, pois era composto de conteúdos necessários para esse grau de ensino.

No prefácio da 12ª edição da *Aritmética primária*, Antonio Trajano sinaliza que o livro traz uma renovação no método de ensino dessa matéria aos principiantes, porque “as quatro operações sobre números inteiros e frações, [estão] expostas de modo mais claro e simples, indo por meio de lições graduadas, desde o mais fácil até onde o aluno de tenra idade puder compreender e praticar” (TRAJANO, 1895 *apud* OLIVEIRA, M., 2019, p. 14).

Concordamos com Oliveira (2019) em relação à forma com Antonio Trajano organizou os conteúdos da sua obra, “lições se alinham a certos fundamentos do método de ensino intuitivo”. Marcus Oliveira (2019, p. 23) argumenta:

Na pedagogia de ensino prático e intuitivo, ensinar número, utilizando-se objetos ‘concretos’, seria a forma mais intuitiva de se estimular a percepção sensorial da criança. Ao contar, por exemplo, lápis, moedas, botões, bolas, livros, maçãs etc., o conhecimento de número caracterizava-se por meio da percepção imediata e espontânea de enumerar os objetos. Tal princípio foi seguido pelos exercícios presentes na trilogia aritmética.

Na obra de Trajano, o uso de materiais concretos eram elementos reconhecidos e recomendados por ele, pois tal proposta era entendida como a mais intuitiva no processo de percepção da criança.

Marcus Oliveira (2019), com base em suas análises, afirma que:

[...] a trilogia aritmética assumiu algumas dimensões culturais: marcou o início da produção de livros escolares com diferentes tipos de graduação, abordando o mesmo saber escolar; fez circular um modo de ensinar Aritmética que ficou denominado como inovador e modernizador; e, por fim, disseminou no Brasil a cultura educacional ancorada na pedagogia moderna de ensino intuitivo, amplamente difundida na Europa e nos Estados Unidos (OLIVEIRA, M., 2019, p. 26).

Havia a presença de obras específicas para atender a determinados grupos de alunos, pois conforme destaca Rocha (1906), para os alunos com desigualdade de inteligência e de adiantamento, usava-se os “cadernos de calligraphia” de Garnier e Irmão.

Os materiais didáticos, especialmente os livros, foram frutos de escolhas da Congregação dos Professores do Gymnasio paranaense e da Escola Normal e, com isso, adotados no Regimento da Instrução Pública, por isso cabia aos professores seguirem as referências. No entanto, os excertos dos relatórios, conforme já apresentado, evidenciam que, na prática, esses materiais nem sempre eram utilizados, pois o Regimento que cobrava a utilização não garantia o acesso desses professores aos materiais, o que fez com que muitos adquirissem com recursos próprios, a fim de cumprir a legislação vigente no período. Embora a prática nem sempre correspondesse às determinações do Regimento, este fez parte de uma política de imposição de elementos para o trabalho do professor. Nessa perspectiva, abordamos, na próxima seção, a respeito de como as políticas públicas foram organizadas, de modo a adotar o Método Intuitivo, e os recursos prescritos, como o mais adequado à instrução pública paranaense durante a primeira década do século XX.

Diante do exposto, percebemos que a legislação determinava os materiais a serem utilizados em sala de aula, porém não garantia a existência desses materiais nas escolas. Com isso, os professores usaram seus relatórios anuais como espaço para anotar e solicitar materiais que julgavam necessários para o ensino.

A professora normalista Josefina Carmen Rocha (1906) sinaliza que a sua escola possuía:

[...] apenas um mappa de Estado; mas para maior facilidade e compreensão do ensino de Geographia seria bom ter um mappamundi e do Brazil. Assim como deveria ter também um lavatorio com bacia, jarro e toalhas para mais commodidade no ensino de prendas domesticas e um armario para guardar as mesma (ROCHA, 1906, ano 1, n. 2, p. 44).

As prendas domésticas faziam parte da determinação contida no Regimento, no entanto havia a falta de materiais relativos à elaboração, bem como havia a dificuldade de seu armazenamento na instituição regida pela professora

Rocha.

Lourenço A. de Souza anotou sobre os materiais em seu relatório:

A mobília que me foi entregue consta de doze carteiras já bastante usadas, servindo cada uma para assento de dois a três meninos, e uma taboleta com o dístico *Escola Publica*. Os outros moveis utensilios indispensaveis tive que adquiril-os á minha custa. As carteiras nem sempre comportam folgadoamente os meninos, sendo necessário sentarem-se até quatro em cada uma nos dias em que o número de alumnos presente é relativamente grande (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 79).

Nesse excerto, fica evidente que alguns materiais, julgados como necessários ao ensino, foram comprados com o próprio dinheiro. Nesse relatório, o professor expõe uma lista de materiais que faziam falta, sendo estes: “globos e mappas geográficos, sólidos geométricos, quadros históricos, etc.” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 79). Esses objetos seriam importantes para “concretizar as explicações e tornar intuitivo e interessante e attraente o ensino das diversas materias do programa” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 79).

O colaborador enfatizou ainda que “seria conveniente que a illustre directoria ordenasse a distribuição aos professores, de mapas, livros para matrícula, e boletins de aproveitamento mensaes, impressos” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 4, p. 79).

Intencionalmente ou não, nas páginas destinadas ao expediente oficial do ano de 1906, há a presença da Lei n. 641, de 30 de março de 1906, a qual, ao tratar sobre a mobília escolar, determinava em seu artigo único que:

Fica o Poder Executivo auctorizado a abrir um credito suplementar de cinco contos de reis (5:000\$000) para ocorrer à insufficiencia de verba “Mobilia Escolar”, do § 7º do art. 3º da lei orçamentaria vigente; revogadas as disposições em contrário (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 4, p. 83).

É importante destacar que, nos relatórios, a solicitação feita considerou mobília e utensílios necessários ao ensino, porém, no excerto legal supracitado, observa-se apenas o item mobília escolar. As informações contidas na fonte não nos permitiu um alcance maior para aprofundar sobre o entendimento de mobília escolar presente na referida legislação.

Essa solicitação de materiais nos remete aos argumentos de Gomes (2011) de que a “adoção do método intuitivo fez que os profissionais da educação do

período de transição do século XIX estabeleceram uma relação de dependência direta entre o método e o uso de materiais escolares” (GOMES, 2012, p. 66). Autores como Souza (1998), Faria Filho (2000) e Hamdan (2007) consideram que, no Brasil, a dificuldade para o uso do Método Intuitivo esteve relacionada à carência de materiais.

Como continuidade dessas discussões, a próxima seção tratará das possíveis relações entre as políticas públicas e as tentativas de adoção do Método Intuitivo para a instrução pública paranaense. Para tanto, analisamos as publicações da revista em torno dos Regimentos e suas determinações aos professores e demais profissionais da instrução atuantes na primeira década do século XX.

4 POLÍTICAS PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA REVISTA A ESCOLA: O MÉTODO INTUITIVO

Nesta seção, discorreremos sobre as evidências encontradas na revista *A Escola*, as quais ajudam tecer análises e considerações acerca do processo de apropriação do Método Intuitivo na instrução pública paranaense. Na busca de encaminhar essa discussão, olhamos para diferentes elementos presentes na revista: Legislações; Relatórios; Programas de Ensino e Escola Normal. Em seu conjunto, os referidos elementos somam-se a uma estrutura de tentativas de consolidação de um novo modelo de ensino, pautado no Método Intuitivo.

4.1 AS LEGISLAÇÕES PARANAENSES SOBRE O MÉTODO INTUITIVO

Nosso objetivo frente às discussões a respeito da legislação paranaense não está alicerçado em esgotar as discussões, mas sim trazer para o debate evidências de como o Método Intuitivo foi determinado nas legislações vigentes no período e, em consonância a isso, pontuar como esse movimento foi colocado nas páginas da revista *A Escola*. Assim sendo, apontaremos legislações presentes nessa imprensa, bem como outras elaboradas no período referente às primeiras décadas da República, pois o olhar para as legislações assume um caráter único quando nos dispomos a compreender os anseios dos contextos em que essas foram organizadas.

Desde o período da Província, percebemos a intencionalidade de organizar a instrução pública, porém, mesmo sobre uma diversidade de documentos oficiais, a instrução não se concretizou. As justificativas para esse fato foram elencadas por Miguel (2006). O baixo índice de matrículas e de frequência justificava-se pelas dificuldades de locomoção, pelo auxílio das crianças aos pais no cultivo das lavouras e pelo pensamento de que era suficiente aprender na escola as noções básicas de escrita e cálculo. Nem mesmo a obrigatoriedade do ensino adotada pela Lei n. 14, de 1854 conseguiu reverter esse quadro, uma vez que “[...] a população de forma geral, não se interessava pela instrução, pois conseguia sem ela, os meios materiais necessários para viver” (MIGUEL, 2006, p. 51). Essa realidade começa a tomar novos rumos a partir de 1896 por meio das reivindicações

dos imigrantes que elaboraram um abaixo-assinado, cobrando do governo provincial escolas e professores, tratava-se de pessoas alfabetizadas que valorizavam a instrução, portanto queriam que seus filhos tivessem acesso a ela (MIGUEL, 2006).

Já nos anos 1889, com a Proclamação da República, a valorização da educação passou a fazer parte não só dos discursos políticos, mas também dos interesses da população, pois o Paraná passava pelo processo de urbanização, bem como a chegada de imigrantes, o trabalho escravo estava abolido pela legislação e por isso era preciso preparar as futuras gerações para o novo Brasil, o Brasil moderno sobre os moldes da Europa e Estados Unidos.

Desde o início da República, ocorreram discussões, e decretos foram instituídos visando à organização da instrução pública paranaense. Em consonância com os ideais republicanos, a revista *A Escola* publicava leis, decretos e regimentos sobre a Instrução. Em diferentes publicações da revista encontramos referência ao Regulamento de Ensino da instrução pública do Estado do Paraná, documento esse que foi aprovado por meio do Decreto n. 93, de 11 de março de 1901. O conteúdo desse regulamento versava sobre o ensino primário, normal e secundário, havendo também a descrição das matérias a serem trabalhadas em cada nível. Conforme o art. 40º desse regulamento, na Escola Maternal Modelo seria adotado o Método Intuitivo. Nessa instituição, seriam efetuados os exercícios práticos das alunas e alunos da Escola Normal.

O Regulamento de 1901 também determinava que os professores deveriam, ao final de cada ano, enviar um relatório sobre a realidade de sua escola juntamente com um mapa relatando a frequência de seus alunos. Tratava, também, que os livros adotados deveriam ser aprovados pela Congregação e pelo Diretor Geral. Convém salientar que os membros da Congregação eram escolhidos pelo Diretor Geral, essa realidade nos faz pensar o quanto tais escolhas estavam atreladas às concepções e ideais do Diretor Geral. O horário e os dias de funcionamento das escolas também fizeram parte do regulamento.

O conjunto de determinações presentes no Regulamento cobravam muitas ações e condutas dos professores, sendo que aqueles que não realizavam seu trabalho conforme as exigências legais sofriam as penalizações que iam desde a remoção para escolas distantes do centro até a exoneração, ambas as situações foram publicadas no “Expediente Oficial”, presente nos primeiros anos da revista. A nosso ver, essa ação pode ser compreendida como um meio de intimidar os

professores e obrigá-los a cumprir o regulamento.

Para inspecionar e fiscalizar o trabalho desenvolvido pelos professores, foi criado o cargo de inspeção escolar pela Lei n. 640, de 30 de março de 1906. Os Decretos mencionados na revista apresentaram os seguintes nomes para atuar nessa função: Sr. Ismael Martins para as escolas públicas da 2ª *circumscrição*; Dr. Francisco Xavier Teixeira de Carvalho para a 1ª *circumscrição*; Mauricio Tavora para o distrito judiciário de Espírito Santo de Itararé (A ESCOLA, 1906)²².

Conforme se nota na revista, a Inspeção Escolar colocava as determinações cumpridas pelos professores, como foi o caso da cobrança para que, nos dias de sábado, os professores levassem seus alunos ao museu para ensinar sobre história natural e sobre as Lições de Coisas (A ESCOLA, 1906).

A revista evidencia a cobrança quanto à criação de escolas, pois, com o Regulamento de 1901, essa função era do Estado, porém, na prática, não acontecia. Com isso, ao tratar sobre os edifícios escolares, o texto publicado pela direção da revista anotou a realidade da Província de Buenos Aires, na qual o diretor geral das escolas designou verbas para a construção de edifícios escolares, assim denunciando que:

É de edifício dessa espécie que precisamos. As nossas escolas infelizmente, com raras exceções, funcionam em salas particulares, quase todas de pequenas dimensões, faltas de luz, de ar e de outros elementos necessarios ao local, onde dezenas de crianças permanecem quotidianamente durante 5 horas determinadas pelo Regulamento para a aprendizagem (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 3, p. 62).

Há o uso de um modelo para denunciar a falta de ambiente propício ao ensino, uma vez que o tempo determinado para a permanência da criança estava sendo cumprido. O excerto faz compreender que, mesmo a escola sendo obrigatória e necessária para a formação do cidadão republicano, a falta de escolas era um problema existente desde a Província, chegando ao século XX sem solução.

A revista divulgou que, por meio da Lei n. 667, de 4 de abril de 1906, foi criada a escola promíscua no bairro Novo Mundo, em Morretes (A ESCOLA, 1906). Assim, não se nega que houve a criação de escolas, porém a quantidade e as condições dessas não correspondiam à obrigatoriedade desejada.

²² Informações conforme Decretos n. 273, 279 e 287 publicados em *A Escola* n. 7,8 e 9 de 1906.

Ainda sobre a realidade das escolas, a publicação do Decreto n. 179 atendeu à demanda da população do povoado “Pacutuba”, no município de Tamandaré, pois a escola desse povoado estava sem professor regente, logo, não estava funcionando (A ESCOLA, 1906). Existia necessidade de cobrança por parte da população para que o Estado cumprisse com o seu dever, garantindo o funcionamento das escolas.

O Decreto n. 52, de 7 fevereiro de 1906 tratou do Regulamento para reger provisoriamente o *Instituto Commercial* e que, por meio desse instituto, buscava preparar o cidadão com uma significativa bagagem de conhecimento, conhecimentos esses que só poderiam ser aprendidos nessa escola (A ESCOLA, 1906). Anexo a essa instituição, foi criado, por meio da Lei n. 632, de 14 de março de 1906, um curso agrônômico, no qual o ensino deveria ser baseado na prática. Nessa perspectiva, o Art. 1º determinava que:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, auctorizado a crear nessa cidade, annexo ao Instituto Commercial, um curso agronomico, comprehendendo além do estudo pratico das linguas ministradas n'aquelle estabelecimento, uma aula de Agronomia e exercicios praticos correspondentes, que se effectuarão num campo de experiencias (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 3, p. 64).

Manifesta-se a intencionalidade em tornar o ensino prático, com aproximações da vida cotidiana, preparando o cidadão por meio dos conhecimentos da ciência para explorar os recursos naturais abundantes no período.

Como processo para as tentativas de organização da instrução pública aos moldes dos ideais republicanos, a reforma do Regulamento esteve presente nas páginas da revista. Para tanto, no ano de 1907, foi formada uma comissão para organizar um projeto, dessa comissão foi criado o Regulamento da Instrução Pública pelo Decreto n. 479, de 10 de dezembro de 1907 e, nas suas determinações, observamos o § 1º do artigo 2º, que trazia o seguinte texto:

§1º O governo, para a execução desta Lei, mandará confeccionar o Regulamento as aulas, disciplinas ou materiais, officinas, culturas, etc, etc., e tudo quanto tiver relação immediata como ensino livre e obrigatorio, bem como com a organização do ensino pratico profissional-moderno (A ESCOLA, 1908, ano 3, n. 2, p. 17).

Nesse projeto, fica evidente o interesse na formação com base no ensino prático, elemento necessário para a concretização da escola moderna. O

Regulamento da Instrução Pública teve idas e vindas, tal processo foi alvo de críticas daqueles que apostavam nas mudanças da Instrução via legislação e que consideravam inadmissível estar no ano de 1910 utilizando o Regulamento de 1901, sendo que, nesse período, teriam sido elaborados outros dois regulamentos, os quais duraram, em média, quatro meses.

O regulamento de 1909, o melhor que teve o Paraná, adoptava medidas adiantadas e de alto valor pedagógico, e por isso foi julgado superior ao que podia o Paraná, e... foi revogado. O Paraná é mesmo uma infeliz terra, e nunca terá a importância de S. Paulo e muitos outros Estados da Republica. Aqui só se trata de política e nada mais (A ESCOLA, 1910, ano 4, n. 4-6, p. 260).

As idas e vindas do Regulamento foram decorrentes de questões políticas, o que reforçava a instabilidade na instrução pública paranaense. A publicação assinada pelo *Diario da tarde* (1910) critica a atitude de Xavier da Silva, então presidente do Estado. Para a referida imprensa, a amizade dele com Arthur Cerqueira prejudicou o ensino, para Cerqueira, o Regulamento de 1909 não poderia continuar em execução e, com isso, o governador, com o apoio do congresso, revogou e determinou a volta do Regulamento de 1901. Essa atitude do governo foi entendida pelo *Diario da tarde* (1910) como prova de que a administração paranaense era desorientada (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 4-6, p. 261).

Convém destacar que, desde os anos 1890, foram reunidos leis e decretos que normatizavam a organização e funcionamento da instrução pública no contexto paranaense. Em seus estudos, Machado (2019) apontou 14 documentos sobre a instrução pública paranaense²³. Nesse acervo documental, há a presença e

²³ Decreto nº 31, de 29 de janeiro de 1890 – Regulamento da Instrução Pública (PARANÁ, 1911a); Ato de 30 de março de 1891– Regulamento para a Instrução Pública (PARANÁ, 1891a); Ato de 14 de maio de 1891– Aprova Regulamento do Ensino Obrigatório (PARANÁ, 1891b); Lei nº 42, de 12 de julho – Reforma o ensino popular do Estado (PARANÁ, 1911c); Decreto nº 2, de 24 de agosto de 1892 – Estabelece a reforma do ensino popular no Estado (PARANÁ, 1911b); Lei nº 136, de 31 de dezembro de 1894 – Reforma o ensino público do Estado (PARANÁ, 1911g); Decreto nº 35, de 09 de fevereiro de 1895 – Regulamento da Instrução pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 1911i); Lei nº 365, de 11 de abril de 1900 – Dá novo plano ao ensino do Ginásio Paranaense e sobre outros pontos de instrução pública (PARANÁ, 1929a); Decreto nº 93, de 11 de março de 1901– Manda observar o Regulamento de Instrução Pública do Estado (PARANÁ, 1929b); Decreto nº 510, de 15 de outubro de 1909 – Regulamento Orgânico do Ensino público do Estado (PARANÁ, 1910); Lei nº 1236, de 2 de maio de 1912 – Sanciona a lei sobre o ensino público (PARANÁ, 1913c); Lei nº 1.284, de 27 de março de 1913 – Reconhecimento Oficial da Universidade do Paraná e contribuição para o seu patrimônio pelo Governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 1914). Decreto nº 263 de 22 de outubro de 1903 – Regimento Interno das Escolas Públicas no Paraná (PARANÁ, 1929c); Decreto nº 479, de 10 de dezembro de 1907 – Regulamento da Instrução Pública (PARANÁ, 1908); (MACHADO, 2019, p. 1-2).

a orientação do uso do Método Intuitivo para o ensino dos conteúdos condizentes com o modelo republicano. Convém destacar que o Método Intuitivo não tem suas origens após a Proclamação da República, no entanto é importante frisar que sua consolidação ocorreu no período republicano (SCHEUBAUER, 2003).

Como marco do período, havia a preocupação de formar a massa brasileira, grupo esse composto por pessoas que não sabiam ler, escrever e contar. Tais competências eram tidas como necessárias para formar homens modernos, para então colocar o país no mesmo patamar dos Estados Unidos e de países da Europa. No Império brasileiro, período que antecedeu a República, houve discussões sobre a necessidade de escolarização da população por parte de várias províncias, sendo a de São Paulo a de maior destaque. Como fruto das discussões ocorridas, tem-se a obrigatoriedade da frequência das crianças na escola e a dos professores na Escola Normal. No período Imperial, escolarizar a população dependia tanto da obrigatoriedade da frequência das crianças na escola quanto da formação dos professores na Escola Normal. No entanto a solução para esses problemas não foi possível no período, tendo como impeditivos o contexto marcado por uma sociedade escravocrata e as dificuldades financeiras para investimentos na instrução pública (MIGUEL, 2006).

Nos primeiros anos da República, o Paraná almejava o desenvolvimento urbano e industrial em detrimento do seu contexto baseado no sistema agrário. Tal intencionalidade foi expressa nas páginas da revista *A Escola* ao afirmar que era necessário formar a população de modo que ela atendesse às necessidades da sociedade moderna.

As mudanças sociais do período, impulsionadas pelo mercado internacional, revelam a necessidade de modificações frente à forma de trabalho que, até então, se constituía no trabalho escravo, modelo esse que não atraía a imigração e a urbanização. Para atender a nossa forma de organização social, era preciso repensar a instrução pública, pois a imprensa já criticava e indicava mudanças necessárias.

A situação da instrução pública revelava seus sintomas, emergindo os problemas que exigiam solução. A imprensa diária, em 1892, denunciava essa situação ao publicar artigos com críticas à ação do Estado para o cumprimento das leis de reformas de reorganização da instrução pública e a falta de professores no ensino público primário (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 1892a), o uso de metodologias

de ensino consideradas inadequadas à aprendizagem das crianças, entre outros problemas. O Jornal *Diário do Comércio* destacava novas metodologias de ensino que poderiam se opor ao ensino “mecânico”, enfatizando que estas seriam importantes se adotadas no ensino de gramática e aritmética. Defendiam o ensino ao ar livre e as aulas práticas, ministradas fora do ambiente escolar, com estímulo para que os alunos estudassem por meio da arte, do desenho e dos exercícios físicos, como a corrida, o salto e as brincadeiras, seguidos de boa alimentação (MACHADO, 2019, p. 11).

A imprensa do período foi utilizada para apontar a realidade da instrução pública, criticar a postura do governo, bem como cobrar dessas ações consideradas capazes de superar o problema da instrução. Anos mais tarde, em *A Escola*, o problema da instrução pública seguia ainda sem soluções, uma vez que: “No regimen republicano o problema se impõe e reclama prompta solução. Mas que seja difundida uma instrução solida, ministrada de accordo com as prescripções da pedagogia moderna” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1). A defesa dessa imprensa era solucionar o problema da instrução por meio de ideais e concepções modernas pautadas nos ideais republicanos.

O modelo republicano de organização social tinha a instrução pública como um dos elementos bases. Sendo colocado da seguinte forma:

(g) Compete à Assembleia Geral legislar sobre a instrução primária e secundária, tendo por base os princípios de liberdade de ensino. A obrigatoriedade da instrução primária não atinge aos residentes à distância de um quilometro dos povoados onde não haja escola gratuita pública ou particular.

(h) O Estado garante a instrução primária gratuita a todos e fica estabelecida a liberdade de ensino em todos os graus (REIS FILHO, 1981, p. 27).

Reis Filho (1981) assevera que a instrução passou a fazer parte dos discursos de candidatos no período, pois o conhecimento científico era visto como necessário e indispensável à vida do homem moderno, haja vista que essa concepção foi defendida por Caetano Campos na Reforma da Escola Normal de São Paulo.

Sob influência do Estado de São Paulo, o Paraná buscava a modernização. O caminho consolidado pelos republicanos para a modernização era a instrução pública, conforme já anunciado. Nessa perspectiva, a diretoria da revista, pautada nas ideias de “um educacionista do norte”, defendia que, para ser um

verdadeiro republicano, era necessário cuidar constantemente da educação do povo, pois a “ignorancia e República são idéas que se repellem” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1).

As discussões anteriores nos ajudam a compreender que os problemas da instrução pública, encontrados já no Império, seguiram sem solução durante os primeiros anos do século XX, período de disseminação da revista *A Escola*. Por sua vez, a revista era dirigida por homens republicanos, os quais acreditavam que a instrução fosse o meio para modernizar a sociedade, mudando, assim, os costumes da população. Parte das mudanças passava pela obrigatoriedade de frequência das crianças nas escolas, ensino voltado para a vida em detrimento do ensino baseado na memória, formação de professores e método condizente com o ensino moderno. Nesse contexto, o Método Intuitivo foi colocado como prescrição na legislação paranaense e norteou a prática pedagógica de alguns professores. Considerando as publicações da revista e as leituras sobre o Método, compreendemos que houve a propagação do Método, bem como trabalhos a partir dessa perspectiva, no entanto não temos evidências de que todos os professores dominavam o Método; como hipótese, entendemos que isso seria muito difícil, pois a realidade da formação de professores era precária e escassa.

4.2 MÉTODO INTUITIVO NOS RELATÓRIOS DOS PROFESSORES

Os relatórios faziam parte das atribuições legais a serem cumpridas pelos professores, estando previsto no artigo n. 62 do Regimento da Instrução Pública (1903) e deveria ser entregue anualmente ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná nos relatórios publicados na revista *A Escola*. Neles, estão apontados elementos sobre as condições físicas das escolas, os materiais presentes nelas, dando ênfase aos materiais que faltavam, os dados referentes à quantidade de alunos que frequentavam as escolas e os números daqueles que desistiam. O Método Intuitivo se fez presente nesses relatórios.

A professora Julia Wanderley Petrich (1906), ao relatar sobre o Método, afirma que este deve ser de acordo com a necessidade de cada aluno, que para ser útil deveria estar pautado nas “leis da psicologia”, acrescentando que o método deveria variar conforme o grau de adiantamento de cada aluno. Em suas aulas, buscava “tornar intuitivas e claras as explicações dadas”, dizia que o Método

Intuitivo era vantajoso para ensinar as alunas mais “atrasadas”. Ela se colocava contra o ensino baseado somente na memória, colocava que a lição deveria partir de elementos concretos, sempre do mais simples ao abstrato. Essas evidências conotam sobre o uso do Método Intuitivo, embora esse não fosse compreendido como possível de ser ensinado a todos. No entanto convém destacar que, quando essa professora coloca que o método utilizado deveria ser baseado nas leis da Psicologia, nessa ideia estava presente o Método Intuitivo, pois era este em questão. Segundo o que a literatura nos traz, o método baseado nas leis da Psicologia, que coloca o aluno como sujeito do aprendizado e não mero receptor de conteúdos, passa a ser colocado em questão, principalmente, a partir dos estudos e defesas de Pestalozzi (pensador do século XVIII).

Valdemarin (2004), em seus estudos baseados nas concepções filosóficas, teorizou o método intuitivo e suas prescrições metodológicas e, com isso, destacou que o referido método tem suas bases no empirismo. Defendeu, ainda, que:

A grande revolução conceitual desencadeada pelo empirismo encontra seu terreno de aplicação por excelência no âmbito da educação, pois se a mente humana é uma “tábua rasa” e se todos os valores morais e intelectuais são provenientes da experiência sensível, é possível intervir e direcionar o desenvolvimento humano de acordo com o novo tipo ideal forjado pela revolução científica, pelo capitalismo, pelo novo modelo político (VALDEMARIN, 2004, p. 36).

Nos relatos da professora Josephina Carmen Rocha (1910), o ensino atrativo se fez presente, bem como a preocupação com o ensino útil, o qual deveria ser do simples ao composto, pois assim o aluno teria gosto pelo ensino.

Consideramos que por ser o Método Intuitivo uma determinação legal no período, bem como o próprio relatório, ele pode ter sido usado tão somente para atender a essa exigência, uma vez que, como já mencionado nesta pesquisa, faltava formação de professores para atuar conforme esse método.

No próximo tópico, abordamos a respeito das evidências do Método Intuitivo nos programas de ensino citados na revista *A Escola*, pois eles direcionariam os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, conteúdos esses, que apareceram, de forma geral, nos relatórios citados por nós, ou seja, ensino útil e atividades atrativas.

4.3 OS PROGRAMAS DE ENSINO E O MÉTODO INTUITIVO

O interesse em transformar a sociedade por meio da educação perpassou pelos programas de ensino os quais foram colocados na revista *A Escola*. A proposição consistia em tornar o ensino útil voltado para a vida e não mais um conhecimento sem utilidade, tão criticado pelos educadores no período republicano.

As críticas à escola tradicional não se faziam apenas em relação ao domínio ineficiente da leitura, escrita, cálculo e pela aprendizagem baseada exclusivamente na memória, que valorizava a repetição em detrimento a compreensão dos conteúdos, pois somavam-se à defasagem econômica, diferença essa que explicava “[...] o alto nível de desemprego e os baixos salários então existente, uma vez que o trabalho industrial demanda indivíduos letrados e capazes de raciocinar rápido e criativamente” (VALDEMARIM, 2004, p. 103).

Para atender as exigências da nova sociedade, a escola primária deveria aperfeiçoar os espíritos infantis, bem como moldar o caráter infantil por meio da moral, considerada como a “sciencia da conducta humana” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 3). Para isso, a escola precisaria ser atrativa em todos os seus aspectos, moralmente, intelectualmente e materialmente (A ESCOLA, 1906).

O ensino comercial ocupou espaços na revista *A Escola* e foi organizado em três anos: os dois primeiros eram um curso preparatório, e o último era o curso superior. O programa do curso era da seguinte maneira:

Curso preparatório- Calligraphia; portuguez-exercicio de orthographia e redação; línguas estrangeiras; principios de contabilidade; arithmetica; álgebra elemental; geometria elemental; noções de physica e chimica; historia e geographia; desenho.

Curso superior- Calligraphia, línguas estrangeiras; contabilidade; mathematica applicada ao commercio; estudo de mercadorias; analyse e manipulações; estudos de transportes; utensílios commerciaes; geographia commercial; história do commercio, marítima e industrial; legislação financeira e aduaneira; economia; desenho (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 29).

O programa do curso, sobretudo, do último ano, como podemos observar, estava pautado em disciplinas de conhecimentos voltados para o trabalho. Tal fato buscava preparar as pessoas para as necessidades do mercado, que, no período, demandava por pessoas com conhecimentos sobre os elementos que se faziam presentes nas sociedades em processo de modernização, pois:

O progresso das sciencias, o aperfeiçoamento dos utensilios commerciaes, o desenvolvimento extraordinário dos meios de transporte, produziram uma verdadeira revolução commercial. As relações entre os povos tornadas cada vez mais fáceis, pelos recursos da civilização, provocam continuamente a concurrencia excessiva (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 29).

Sobre as lentes do ensino intuitivo, o ensino de Geometria se fez presente no ambiente escolar partindo das situações. Com isso, desde os primeiros anos de ensino era necessário trabalhar de modo a tecer relações com as situações do cotidiano, uma vez que todo o conhecimento deveria ser útil e não meramente memorizados e nunca utilizados. Conforme Valdemarin (2004), a geometria era considerada a base indispensável ao Método Intuitivo e o desenho uma atividade essencial.

Para a escola moderna, havia um projeto pensado com a seguinte estrutura: curso primário dividido em quatro classes, sendo a 4ª o curso complementar; secundário com três anos; especial com três anos. Nessa estrutura, quando os alunos terminassem o curso primário, especificamente o curso complementar estariam aptos a frequentar o ensino secundário que por sua vez prepararia para qualquer que fosse o ramo do curso especial. Esses cursos tinham como base a defesa do ensino prático (A ESCOLA, 1907).

Sobre o programa de ensino, Vellozo (1907) fez críticas à instrução popular, por entender que essa, era baseada em teorias e por isso não oportunizava o aprendizado útil, que preparasse o aluno para o trabalho. Considerava que na instrução popular os alunos possuíam conhecimentos rasos e não sabiam fazer uso desses no cotidiano, muitas vezes precisavam abandonar os estudos para trabalhar e garantir a subsistência, com isso “[...] ficavam acanhados de espírito, incapazes de algo acima da rotina, inconscientes ou alheios à função política e social da República” (VELLOZO, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 81).

Percebe-se a intencionalidade de marcar a necessidade do ensino prático, bem como o quanto essa educação moderna servia aos interesses da República, uma vez que ela era defendida como o meio para formar o espírito do cidadão, pois acreditava que “Da escola moderna o jovem sae apto e forte para a vida” (VELLOZO, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 81).

Os apontamentos de Vellozo (1907) podem ser relacionados ao

contexto de tentativas de romper com a organização social vigente até então. Portanto colocava que a instrução ofertada até então era quase inútil, pois era “superficial, rhetorica exchaurente” (VELLOZO, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 110). A ideia defendida por esse colaborador era que:

Não basta ensinar a ler, escrever e contar, não basta arrastar a juventude na amargura de complicadíssimas theoricas amarfanhantes, sob alluvião de pormenores esmagadores; não basta INTRUIR; é preciso EDUCAR: armar o indivíduo para a lucta e para a victoria. A instrução é o meio, a educação é o fim (VELLOZO, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 110).

A educação moderna colocada nos faz questionar alguns pontos: a oferta previa o sistema de internato e tinha custos, com isso não era uma escola para todos, uma vez que muitos não possuíam recursos para tal, além de se distanciar do ideal de escola defendida pela República.

Ao observar o programa para o ensino comercial e da considerada escola moderna, nota-se o interesse em preparar as pessoas para atuarem em uma sociedade cujo comércio estava sob influência da educação escolar e suas inovações tecnológicas. Essas mudanças impulsionaram os direcionamentos da escola desde os primeiros anos. A questão era como formar? Assim sendo, no próximo tópico discorreremos sobre a Escola Normal, buscando nas páginas da revista *A Escola* evidências do Método Intuitivo.

4.4 AS ESCOLAS NORMAIS

A transformação da sociedade por meio da educação colocou a formação de professores como um elemento de centralidade, pois para preparar a nova sociedade eram necessários professores capacitados e preparados para ensinar de forma atrativa com vistas aos saberes práticos para as novas gerações. Convém destacar que a Escola Normal paranaense foi criada para atender também ao aumento do número de escolas, bem como de vagas para os alunos. A Escola Normal visava à formação de bons cidadãos “dócil, culto, asseado, patriótico” para servir de modelo (MACHADO, 2019).

A formação de cidadãos demandava por profissionais que fossem formados dentro desses moldes. A Escola Normal paranaense tinha um compêndio

próprio, elaborado por Dario Vellozo, com lições distribuídas aos três anos do curso. O professor deveria pautar seu trabalho no conhecimento científico.

Tanto a formação ofertada na Escola Normal quanto o ingresso nesta sem a realização de um curso preparatório eram alvos de crítica. Para Georgina Mongruel, a formação na Escola Normal era distante da prática, e para justificar sua crítica comparou o aprendizado teórico em detrimento do prático, com o aprender a nadar apenas com a leitura de livros, justificou sua compreensão sobre:

[...] o deploravel efeito que causa na educação de nossos jovens filhos, a entrada na vida pratica de normalistas recentemente sahidos da Escola, a cabeça cheia de theorias, mas completamente inhabeis na applicação dos methodos da diversidade de intelligencias que lhes são confiadas (MONGRUEL, 1907, ano 2, n. 8-9, p. 115).

Mongruel (1907) menciona e apresenta o modelo de Escola Normal europeia, considerado por ela pertinente, pois ao lado dessa escola havia uma escola de aplicação, na qual após observações os estudantes aplicavam suas aulas sob avaliação do professor de pedagogia. O foco no observar e reproduzir, tendo como base a prática do professor responsável, seria fundamental pela aplicação dos ensinamentos transmitidos para as turmas.

Macedo (1907), ao fazer suas críticas à estrutura do programa da Escola Normal, afirmava que o como era feito o curso prático de Pedagogia ele era “improficuo e algo defeituoso”. Como sugestão, Macedo colocou que o curso deveria ser aumentado em mais um ano, defendia que com isso os alunos estariam mais bem capacitados para a atuação no magistério. Para Macedo (1906), a Escola Normal era importante, pois era por meio do magistério que a escola popular seria difundida, assim a Escola Normal deveria ser organizada de modo prático, com conhecimentos úteis.

Formação prática e conhecimentos úteis foram os intensificadores das críticas quanto à Escola Normal até então organizada, e tal fato nos ajuda a compreender a forte tendência em romper com os modelos concretizados durante o Império. As ideias de ensino prático e útil estão diretamente relacionadas ao Método Intuitivo, porém a literatura coloca discussões sobre os impeditivos para tornar essa formação nos preceitos do método, uma vez que os professores das escolas normais, nem todos, tiveram a suas formações alicerçadas no Método Intuitivo.

Sobre a formação de professores, percebe-se uma concepção de

que os professores normalistas seriam os melhores preparados para atuar seguindo os princípios do Método Intuitivo. Era preciso transformar a sociedade e o caminho escolhido pelos republicanos foi a educação, para tanto, era preciso focar na formação de professores e no “como ensinar”, com isso reconheceu a força da Escola Normal como o espaço mais adequado à formação e o Método Intuitivo como estratégia eficaz para a formação de mestres responsáveis pela formação cidadã de mão de obra para o processo de urbanização, que vinha ganhando forças.

Portanto percebemos que, nos primeiros anos da República, faltava a formação de professores, de materiais necessários ao ensino a partir do Método Intuitivo. Entendemos essa situação como barreiras para a implantação do Método Intuitivo na educação Paranaense. No entanto houve tentativas de organizar materiais para esse fim. Como exemplo dessa realidade, abordamos, a seguir, sobre o *Compêndio de Pedagogia*, obra elaborada para ser usado na formação de professores em nível da Escola Normal.

4.5 COMPÊNDIO DE PEDAGOGIA

Como características da tentativa em promover a instrução, via Método Intuitivo, houve a organização e a divulgação de compêndios pedagógicos. No contexto paranaense, de modo específico em Curitiba, o *Compêndio Pedagógico* ficou a cargo de Dario Vellozo²⁴, pois conforme discursos de seus pares, ele era a pessoa mais preparada para tal função.

O referido Compêndio foi publicado pela primeira vez no ano de 1907, isso após várias solicitações de outros intelectuais relacionados à educação paranaense. Pela revista *A Escola*, percebem-se as solicitações desse Compêndio, por meio de exigência legal, para que ele fosse obrigatório às Escolas Normais. Para Gonçalves Junior (2010), esse fato:

Mostra que Vellozo comungava, pelo menos em algumas questões educacionais, com as preocupações e ideias as quais o governo

²⁴ Dario Persiano de Castro Vellozo nasceu no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1869. No ano de 1885, ingressa na oficina tipográfica de Moreira Mazimo e CIA., formando-se como tipógrafo e, depois, como compositor. No mês de agosto do mesmo ano, ele e seus pais mudaram para Curitiba, local em que Dario Vellozo “trabalhou como tipógrafo, na oficina do jornal *Dezenove de Dezembro*”. Também foi aluno tanto do Parthenon Paranaense quanto do Instituto Paranaense (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, [20--]).

estadual estava interessado em propagar nesse período e que, em contrapartida, fazia com que enxergasse no autor e em suas obras instrumentos de divulgação e formação de ideias e de motivação de ações (GONÇALVES JUNIOR, 2010, p. 189).

Azevedo Macedo (1906), direcionando suas “Epistolas pedagógicas” ao Dr. Sebastião Paraná, ao argumentar sobre o compêndio de Dario Vellozo, pontua que:

O meu objetivo principal hoje é falar-te de um livro precioso, que se acha em elaboração. O seo auctor é um lutador infatigavel: elle tem publicado na imprensa e em livros produções de real merecimento, orador eloquente, há recebido, na praça publica, em conferencias cívicas, em congressos maçonicos e de livres pensadores, aqui, no Rio de Janeiro e no Rio da Prata. As mais significativas ovações, é um espirito culto, assíduo commensal dos bons livros de lettras e sciencias, em prol das idéas liberaes é um batalhador intemerato preceptor da mocidade, admirável é a sua facilidade em transmittir os ensinamentos, dando ao mesmo tempo o exemplo de conduta irreprehensivel que o faz querido e respeitado de seus discipulos; o seo lar é sanctuario bemdicto; a sua vida é modelo de methodo de trabalho e de dedicação pelos infelizes (MACEDO, 1906, ano 1, n. 8-9, p. 135).

Em suas *Epistolas Pedagogicas*, de 1907, Macedo (1907), ao dirigilas ao então presidente do Estado Dr. Candido Ferreira, para além de considerar Dario Vellozo como o “Compayré paranaense²⁵”, caracterizou-o com as seguintes palavras:

[...] um educacionista que allia o talento a illustração e a força de vontade, que não cessa de agir e que tem a felicidade ineffavel de, pelos seos proprios olhos, estar vendo já, em parte, no ensino ministrado em escolas publicas paranaenses pelos seos ex alumnos de Pedagogia, os beneficos resultados de seos esforços (MACEDO, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 70).

No parecer de 1907, o qual foi assinado por Azevedo Macedo, João Podeleek Boué e Lysimaco Ferreira da Costa, notamos a elevação dos trabalhos realizados por Dario Vellozo, bem como acrescentou “será optimo professor aquelle que cuidadora e intelligentemente seguir os ensinamentos ali contidos” (MACEDO,

²⁵ Segundo Bastos (2000), Compayré foi um dos educadores franceses que foi traduzido e apropriado “pela elite intelectual brasileira. A necessidade de um embasamento científico para o desenvolvimento da educação faz com que os intelectuais brasileiros se apropriem das ideias de representantes da intelectualidade francesa para dar voz e força às ideias que consideram relevantes e significativas para serem implementadas.” (BASTOS, 2000, p. 81).

BOUÉ; COSTA; 1907, ano 2, n. 6-7, p. 74), fazendo referência ao Compêndio.

Verissimo de Souza (1906), ao discorrer sobre a necessidade da organização de um “compêndio apropriado ao ensino de Historia patria nas escolas publicas e collegios” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 8-9, p. 140), acreditava que Dario Vellozo teria competência suficiente para tal fato. Para ele,

[...] pelos seus brilhantissimos dotes de intellecto e pelo seu acendrado patriotismo, está o ilustrado Lente de Historia talhado para compor, com a mais alta idoneidade, um livro para o ensino da nossa Historia á infancia paranaense (SOUZA, 1906, ano 1, n. 8-9, p. 141).

Ermelino de Leão (1908, ano 3, n. 2, p. 72), em seu artigo intitulado *Pedagogia*, ao comentar sobre o Compêndio, salientou que se tratava de uma obra do “operoso e brilhante educador Dario Vellozo”.

A respeito do educador Dario Vellozo, Santos (1908) afirma que foi “um combativista, não é neste, como em outros difficeis campos de acção; por debaixo do fino brial dos cavalleiros medievos elle maneja com grande pericia a pena do escritor e a palavra do mestre” (SANTOS, ano 3, n. 3-5, p. 81).

Para J. B. V. (1908,), Dario Vellozo era o “ilustre homem de letras” (J.B.L. 1908, ano 3, n. 3-5, p. 91). Já Raul Gomes, ao discorrer a seção VI de seu artigo intitulado *Assumptos Pedagogicos*, afirmou Dario Vellozo como “nome que declinamos sempre com o maior respeito, nome do homem que, no Paraná, mais tem debatido pela causa que somos phalangistas humildes” (GOMES, ano 4, n. 1, p. 31). Já a professora normalista Antonia Reginato Vianna referiu-se a Dario Vellozo como “benemerito pedagogo brasileiro” (VIANNA, 1910, ano 4, n. 1-3, p. 137).

No relatório publicado na revista *A Escola* sobre o Compêndio, os examinadores apresentam o que denominaram de *Epigraphes das lições*. Assim, o Compêndio foi organizado em três anos, o primeiro e o segundo ano eram compostos por 10 lições; e o terceiro, por 11 lições. A comissão sintetizou da seguinte forma:

[...] no 1º anno, há o estudo das noções preliminares e do que há de mais notavel na historia da Pedagogia; no 2º anno, há o estudo da theoria pedagógica, sob o ponto de vista methodologico; no 3º há, de todos os princípios e regras, aplicação pratica ao ensino de cada uma das disciplinas das nossas escolas publicas primarias (BOUÉ; COSTA; MACEDO, 1907, ano 2, n. 6-7, p. 73).

Os colaboradores supracitados, cada um com sua singularidade de expressão, têm como ponto em comum a divulgação de notórios reconhecimentos da trajetória de Dario Vellozo, colocando-o como capacitado para contribuir de modo específico, via sua trajetória, com a produção do *Compendio de Pedagogia*, com a organização da educação paranaense.

Faz-se necessário destacar que, para além do *Compêndio de Pedagogia*, as confusões em torno das Lições de Coisas e do Método Intuitivo aparecem com frequência nas publicações da revista *A Escola*. Podemos afirmar que esse fato se deve ao modo como o Método Intuitivo foi consolidado no Brasil, uma vez que a chegada em seus momentos iniciais já apontava duas perspectivas, sendo elas a de Leôncio de Carvalho e a de Rui Barbosa. Leôncio de Carvalho entende a Lições de Coisas como parte do Método Intuitivo e que, por isso, deve ser trabalhada em alguns exercícios, de modo a chamar a atenção dos alunos para o conteúdo. Para Rui Barbosa, as Lições de Coisas era o próprio método, pois tudo deveria ser ensinado a partir das Lições de Coisas, com isso ela não deveria ter horário específico, pois, nas concepções dele, deveria abranger todo o ensino (VALDEMARIN, 2004).

Quanto às concepções de Rui Barbosa, faz-se importante enfatizar que ele foi responsável pela tradução do Manual de Norman Allison Calkins²⁶, internacionalmente recomendado e difundido como autor referência de Lições de Coisas. Conforme Valdemarin (2004), no ano de 1884, o referido manual já estava em sua 40ª edição, bem como foi recomendada por Ferdinand E. Buisson²⁷ ao governo Francês por ser considerada como a coleção de Lições de Coisas melhor elaborada. Esses destaques são significativos, pois direcionam que o entendimento de Rui Barbosa estava, de certa forma, em consonância com as concepções francesas. No entanto as primeiras escolas a fazer uso do Método Intuitivo no Brasil seguiram as bases americanas (VALDEMARIN, 2004), o que justifica a variedade de

²⁶ Norman Allison Calkins (1822-1895) foi professor do ensino primário e diretor de escola em Nova York- EUA. Após consolidar o Método Intuitivo nos Estados Unidos, ele publicou o manual didático intitulado *Primary Object Lessons for a Graduated Course of Development* (LOURENÇO FILHO, 1950).

²⁷ Ferdinand Buisson (1841-1931) foi educador e intelectual francês. Suas ideias foram bases para a elite intelectual brasileira, representada por Rui Barbosa (1849-1923) e Menezes Vieira (1848-1897). A influência dele no Brasil decorre da sua posição e atuação política e profissional, visto que ele foi “Inspetor Geral da Instrução Pública na França (1879), Diretor do Ensino Primário (1879), redator da *Revue Pédagogique*, Professor da Sorbonne (1887)”. (BASTOS, 2000, p. 83). Para saber mais, consultar obra de Bastos (2000).

compreensão e frentes de propostas referentes ao Método Intuitivo, o que chegou no Paraná e, também, na revista *A Escola*.

5 CONCLUSÕES

Nesta pesquisa de dissertação de mestrado, concentramos o nosso propósito em analisar o Método Intuitivo por meio das evidências encontradas nas publicações da revista *A Escola*. Entendemos que os métodos estão diretamente relacionados à educação escolar, pois ao lado do “o que ensinar” sempre esteve presente o “como ensinar”.

Elegemos a revista *A Escola* como fonte histórica de pesquisa, e essa escolha foi feita por se tratar de uma imprensa pedagógica criada pelo Grêmio dos professores públicos do Paraná, a qual teve como público-alvo os professores. A revista foi elaborada e disseminada entre os anos de 1906 e 1910, período situado na Primeira República. Por ter sua diretoria formada por apoiadores do regime de organização política, publicava, por meio de textos, leis e decretos, as determinações, críticas e opiniões sobre a instrução pública paranaense, bem como sua relação com o Método Intuitivo.

Por meio dos resultados desta pesquisa, podemos considerar que o Método Intuitivo teve espaço significativo nas publicações da revista *A Escola* em detrimento de outros métodos. Parte expressiva dos colaboradores de *A Escola* defendia a adoção do Método Intuitivo como uma ideal para formar o cidadão paranaense por meio do ensino prático voltado para a vida cotidiana. Essa concepção de ensino voltado para a prática fez parte das bases educacionais da República, pois acreditava-se que via educação era possível resolver os problemas sociais, o que resultaria na constituição de um novo Brasil, de um país moderno. Muito se focou no ensino prático para preparo para a vida, porém cabe enfatizar que, a partir das fundamentações do Método Intuitivo, o ensino deveria possibilitar a experimentação, no conhecimento científico e o professor deveria conhecer e respeitar as especificidades das crianças; assim, o método foi visto como inovador, pois, até então, o ensino era baseado na memorização de conteúdos abstratos.

Para a organicidade das discussões em torno das evidências do Método Intuitivo na revista *A Escola*, organizamos uma ficha catalográfica para identificar quais colaboradores e em quais tipos de publicações o Método Intuitivo esteve presente. Nesse processo, buscamos, na literatura especializada, discussões sobre o referido método e percebemos que, em termos cronológicos, ele não era novidade, visto que surgiu na Alemanha no final do século XVIII. Além disso, sua

chegada ao Brasil não foi tão somente com a Proclamação da República, uma vez que, desde o período provincial, esse método já era colocado na legislação. Porém, foi no contexto da República que houve sua consolidação enquanto método de ensino para a instrução pública, especialmente na realidade paranaense.

As leituras sobre o Método Intuitivo contribuíram para a nossa compreensão sobre a confusão entre esse método e as Lições de Coisas, bem como o reconhecimento dessas confusões nas publicações da revista, fossem elas nas legislações ou nos textos elaborados pelos diferentes colaboradores. Cabe ressaltar que essas confusões se referem ao trabalho realizado a partir do método, uma vez que, na literatura especializada, o Método Intuitivo tem denominações de Lições de Coisas.

Assim, pudemos observar que, conforme confusões desde as origens do Método Intuitivo, na revista, coexistiram discursos sobre as Lições de Coisas como uma disciplina à parte, e ela enquanto o próprio método, ou seja, proposta na qual todos os conteúdos deveriam ser ensinados a considerar as Lições de Coisas, pois isso possibilitaria o ensino prático, sem a necessidade de mera memorização, além de que prepararia os alunos para a vida prática, uma vez que os recursos didáticos a serem utilizados seriam tirados do próprio cotidiano.

As práticas de ensino relatadas pelos professores do período corroboram a confusão em torno do trabalho por meio do Método Intuitivo das Lições de Coisas, evidenciando ainda a baixa compreensão deles acerca de tal método, fato que esteve diretamente relacionado à falta de formação de professores com base no Método Intuitivo para trabalhar por intermédio desse, uma vez que os cursos da Escola Normal eram insuficientes em sua forma, não possuíam prédios próprios, eram pouco procurados e, na maioria das vezes, a formação do professor para atuar com o Método restringia a visitas às escolas modelos de São Paulo.

Assim, compreendemos o Método Intuitivo como uma estratégia defendida pelos republicanos capaz de promover a instrução pública para a população e que a revista *A Escola* foi utilizada para disseminar a ideia do método e as estratégias utilizadas para concretizar esse método de ensino. Nessas estratégias, identificamos a adoção de livros e compêndios, publicação de exemplos de atividades, regulamentos determinando as ações dos professores, inspetores e demais profissionais ligados à instrução. Convém destacar que os regulamentos traziam cobranças quanto ao trabalho do professor.

Por fim, salientamos que esta pesquisa buscou, a partir do eixo temático Método Intuitivo e da fonte revista *A Escola*, contribuir com a História da Educação, e que entendemos que esta não esgota as possibilidades de pesquisa sobre a temática aqui discorrida. Enfatizamos a importância de outros estudos para que, cada vez mais, possamos aprofundar e compreender os elementos que fizeram parte das discussões e organizações da educação paranaense, bem como o nosso interesse em novas análises para compreender as concepções dos professores atuantes das escolas paranaenses sobre o Método Intuitivo, partindo da hipótese de que, ao publicar a falta de matérias para trabalhar o Método Intuitivo, alguns deles, de certa forma, conheciam o método, bem como o acesso a textos traduzidos e publicados na revista sobre o Método Intuitivo. Um caminho para essas análises seria a investigação da temática em outros periódicos disseminados na década de 1990.

FONTES

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 1, n. 1, p. 1, 1906.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 1, n. 2, p. 27, 1906.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 1, n. 3, p. 62-64, 1906.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 1, n. 4, p. 83, 1906.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 2, n. 5, p. 66, 1907.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 2, n. 6-7, p. 101-102, 1907.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 3, n. 1, p. 19, 1908.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 4, n. 1, p. 2, 1909.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 5, n. 4-6, p. 260, 1910.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: **Acervo Biblioteca Pública do Paraná**: divisão estadual, ano 5, n. 1-3, p. 129-155, 1910.

BILAC, Olavo. A Língua Portuguesa. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 4, p. 66-68, 1906.

BOUÉ, João Podelek. Parecer sobre o compendio de Pedagogia que está elaborando o Sr. Dario Vellozo, lente de História Universal e do Brasil, do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 6-7, p. 72-74, 1907.

BOUÉ, João Podelek; COSTA, Lysimaco Ferreira da; MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. Parecer. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 6-7, p. 72-74, 1907.

BRAGA, Conego. Sintaxiologia. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 5-7, 1906.

BRAGA, Conego. Sintaxiologia. **A Escola**, Curitiba, ano 5, n. 7-12, p. 344, 1910.

CHANNING, Francis Alliston. Educação Agrícola. **A Escola**, Curitiba, ano 3, n. 2, p. 60-71, 1908.

CONGRESSO LEGISLATIVO DO PARANÁ. Projecto. **A Escola**, Curitiba, ano 3, n. 1, p. 17-18, 1908.

COSTA, Lysimaco Ferreira da. A geometria. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 6-7, p. 74-79, 1907.

COSTA, Lysimaco Ferreira da; MOREIRA, Fernando; SOUZA, Lourenço de. Congresso dos professores públicos. **A Escola**, Curitiba, ano 4, n. 1-3, p. 123-126, 1909.

DIÁRIO. Instrução Publica. **A Escola**, Curitiba, ano 3, n. 1, p.16-18, 1908.

FERRER, Francisco. A Reforma da Escola. **A Escola**, Curitiba, ano 5, n. 1-3, p. 146-152, 1910.

GOMES, Raul. Assumptos Pedagogicos. **A Escola**, Curitiba, ano 4, n. 1, p. 23-34, 1909.

J. B. V. Compendio de Pedagogia. **A Escola**, Curitiba, ano 3, n. 2, p. 91-92, 1908.

LEÃO, Ermelino. Pedagogia. **A Escola**, Curitiba, ano 3, n. 2, p. 72-77, 1908.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. Epistolas Pedagogicas. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 10-11, 1906.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. Epistolas Pegagógicas. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 8-9, p. 135-137, 1906.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. Epistolas Pegagógicas. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 6-7, p. 67-71, 1907.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo; BOUÉ, João Podelek; COSTA, Lysimaco Ferreira da. Parecer. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 6-7, p. 72-74, 1907.

MONGRUEL, Georgina. Ensino Didactico. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 8-9, p. 115-116, 1907.

MOREAU, Alicia. A pedagogia e a eschola. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 10-11, p. 155-161, 1906.

P. C. Biographia. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 5, p. 93-95, 1906.

PARANÁ, Sebastião. A Escola. **A Escola**, Curitiba, 1906, ano 1, n. 1, p. 1-2.

PARANÁ. **Decreto nº 93 de 11 de março de 1901**. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1901. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Ahú. 314 p.

PEREIRA, Esther. Curso de Pedagogia. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 7, p. 122-129, 1906.

PEREIRA, Esther. Principios Didacticos. **A Escola**, Curitiba, ano 3, n. 3-5, p. 89, 1908.

PETERS, João B. O Ensino Romano e a Escola Moderna. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 8-9, p. 113-114, 1907.

PETRICH, Julia Wanderley. Relatorios. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 17-25, 1906.

POMBO, Rocha. A Escola-Modelo Anglo-Saxonia. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 8-9, p. 127-133, 1907.

PRADO, Rachel. As Escolas. **A Escola**, Curitiba, ano 4, n. 2-3, p. 79-80, 1909.

ROCHA, Josephina Carmen. Relatorio. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 3, p. 43-46, 1906.

SANTOS, Claudino dos. Atravez de um Compendio. **A Escola**, Curitiba, ano 3, n. 3-5, p. 79-82, 1908.

SANTOS, Claudio dos. Ligeira excursão pelos domínios da psychologia do ensino. **A Escola**, Curitiba, ano 5, n. 7-12, p. 262-269, 1910.

SILVA, Raymundo. Germanismo em Santa Catarina. **A Escola**, Curitiba, ano 5, n. 4-6, p. 254-259, 1910.

SOUZA, Lourenço A. de. A missão da Escola. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 2-5, 1906.

SOUZA, Lourenço A. de. Relatorio. **A Escola**, Curitiba, ano 1, n. 4, p. 78-82, 1906.

SOUZA, Veríssimo de. A nossa Historia. **A Escola**, Curitiba ano 1, n. 8-9, p. 140-141, 1906.

SOUZA, Veríssimo de. O ensino de música. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 1-4, p. 21-23, 1907.

SOUZA, Veríssimo de. Educação Esthetica. **A Escola**, Curitiba, ano 5, a. 4-6, p. 209-210, 1910.

SOUZA, Verissimo de. Escripuração Mercantil. **A Escola**, Curitiba, ano 5, n. 7-12, p. 346, 1910.

VELLOZO, Dario. Subsidios pedagogicos. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 49, 1907.

VELLOZO, Dario. Subsidios pedagogicos. **A Escola**, Curitiba, ano 2, n. 1-4, p. 1-4, 1907.

VELLOZO, Dario. Subsidios Pedagogicos. **A Escola**, Curitiba, ano 4, n. 2-3, p. 50-51, 1909.

VIANNA, Antonia Reginato. Simples opinião. **A Escola**, Curitiba, ano 4, n. 1-3, p. 136-138, 1910.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Manoel Campos. **Padre Julio Ribeiro de Campos**: esboço bibliográfico. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334495159_PADRE_JULIO_RIBEIRO_DE_CAMPOS. Acesso em: 28 abr. 2021.
- ANDRADE, Maria Lucia de. Dario Vellozo e a escola moderna: a renovação do pensamento educacional no Paraná (1906-1918). *In*: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007.
- ARAUJO, Silvete Aparecida Crippa. Julia Wanderley, precursora das professoras normalistas no Paraná: o ideal republicano e a invenção da mulher professora (1874-1918). *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8714_4821.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.
- BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 45, p. 89-100, mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640138/7697>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BARROS, José D'Assunção. Os Annales e a história-problema-considerações sobre a importância da noção de "história-problema" para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências**, v. 2, n. 2, p. 305-325, jul./dez. 2012.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900). **Revista História da Educação**, Pelotas, n. 8, p. 79-109, set. 2000.
- BASTOS, Maria Helena Camara. As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande de Sul (1951-1992). *In*: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.
- BICCAS, Maurilane de Souza. O impresso como estratégia de formação. **Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- BOGONI, Marcia Ferreira Pinto. **Ensinar a ser cidadão**: as abordagens dos docentes do Paraná na Revista "A Escola" (1906/1910). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. *In*: SOUSA, Cyntia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo:

Escrituras, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Reformas da instrução pública. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-251.

CATANI, Denise Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de Ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./ dez. 1996.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010. Acesso em: 27 jan. 2020.

COMO funciona o Google Meet (Hangouts), app para videoconferências. **Zoom**, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://www.zoom.com.br/celular/deumzoom/como-funciona-google-meet-hangouts-appvideoconferencia>. Acesso em: 18 ago. 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. *In*: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-518.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1978. v. 2. t. III.

FRIZZARINI, Claudia Regina Boe; SILVA, Maria Célia Leme da. Saberes elementares geométricos e formas: passado e presente. **Revista de História da Educação Matemática (HISTEMAT)**, v. 2, n. 2, p. 122-139, 2016.

GOMES, Maria Laura Magalhães. Lições de coisas: apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 11, n. 2 (26), p. 53-80, mai./ago. 2011.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. A Educação pelo livro: uma análise do compêndio de pedagogia de Dario Vellozo (1907). **Outros Tempos**, v. 7, n. 10, p. 180-200, dez. 2010. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/105/81. Acesso em: 20 fev. 2020.

HAMDAN, Juliana Cesário. **Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LMFF-7BLM76/1/capa_agrad__ndice.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

INÁCIO, Marcilaine; FARIA FILHO, Luciano; ROSA Walquíria; SALES, Zeli Efigênia. **Escola, política e cultura**. Belo Horizonte: Argumentum/CNPQ, 2006.

LEMOS JUNIOR, Wilson. Os defensores de ensino de música na escola brasileira durante a primeira metade do século XX. **Revista eletrônica de musicologia**, v. 13, set. 2010. Disponível em: http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMr14/01/os_defensores_do_ensino_da_musica.htm l. Acesso em: 20 fev. 2020.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro; DS&A, 2005.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MELO, Cristiane Silva; MORMUL, Najla Mehanna. Rui Barbosa e a educação: as Lições de Coisas e o ensino da cultura moral e cívica. **Educação Unisinos**, v. 18, n. 3, set./dez. p. 320-330. 2014.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A instrução pública no estado do Paraná republicano: (des)continuidades da legislação educacional (1890-1913)**. Maringá, PR: UEM, 2019. (digitado).

MARACH, Caronline Baron. **Inquietações Modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MENEGASSI, Renilson José; CHAVES, Maria Izabel Afonso. O título e sua função estratégica na articulação do texto. **Linguagem & Ensino**, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2000. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/281>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A organização da escola primária pública do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p. 39 –53, jun. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4895/art04_22.pdf. Acesso em: 28 fev. 2021.

MORANDI, Franc. **Modelos e métodos em pedagogia**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2002.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Dario Persiano de Castro Vellozo**. Relação dos Delegados do Grande Oriente do Brasil no Paraná de 1867 até 1979. Curitiba: Museu Maçônico Paranaense, [20--]. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/DELEG_908_Dario_Vellozo.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4689.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison. Antonio Bandeira e a renovação pedagógica lida em livros escolares: ensinar aritmética de modo intuitivo (final do século XIX). **Revista História da Educação**, v. 23, e79977, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v23/2236-3459-heduc-23-e79977.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa Pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929-1930). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, abr./jun. 2015.

SANTOS, André de Souza. **Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal A República (1903-1912)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SCHELBAUER, Analete Regina. **A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870 – 1889)**. 2003. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2003.

SOUSA, Cyntia; CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. **Revista Do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 37, p. 177-183, 1994.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. *In*: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Unesp, 1998.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Método Intuitivo e trabalho docente: incursões na revista “A Escola” (1906-1910). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 41, p. 209-218, mar. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312873480_Metodo_intuitivo_e_trabalho_docente_incursoes_na_revista_A_Escola_1906-1910. Acesso em: 15 fev. 2020.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **A Expressão do Liberalismo na Revista A Escola (1906- 1910) no Paraná**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.